



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE



JANINI DE OLIVEIRA FÉLIX

TURISMO DA TERCEIRA IDADE

Lazer na Natureza, em Sergipe

SÃO CRISTÓVÃO-SE

2018

JANINI DE OLIVEIRA FÉLIX

TURISMO DA TERCEIRA IDADE

Lazer na Natureza, em Sergipe

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre pelo
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente da
Universidade Federal de Sergipe.

Orientadora: Prof (a). Dr (a). Gicélia Mendes

SÃO CRISTÓVÃO-SE

2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

F316t	<p>Félix, Janini de Oliveira</p> <p>Turismo da terceira idade : lazer na natureza, em Sergipe / Janini de Oliveira Félix ; orientadora: Gicélia Mendes. – São Cristóvão, SE, 2019. 101 f. : il.</p> <p>Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.</p> <p>1. Meio ambiente. 2. Turismo. 3. Idosos. 4. Natureza. 5. Sergipe. I. Mendes, Gicélia, orient. II. Título.</p> <p>CDU: 502:338.48-2-053.9(813.7)</p>
-------	--

JANINI DE OLIVEIRA FÉLIX

TURISMO DA TERCEIRA IDADE: LAZER NA NATUREZA, EM SERGIPE

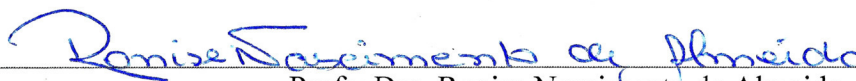
Dissertação apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe.

Aprovada em 31 de agosto de 2018

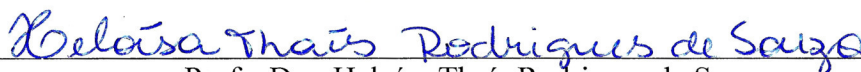


Profa. Dra. Gicélia Mendes - Universidade Federal de Sergipe
Presidente-orientadora

Profa Dra. Maria José Nascimento Soares - Universidade Federal de Sergipe
Examinador Interno



Profa. Dra. Ronise Nascimento de Almeida
Examinador Externo ao Programa




Profa. Dra. Heloísa Thaís Rodrigues de Souza
Examinador Externo a Instituição

SÃO CRISTÓVÃO-SE

2018

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta Dissertação e emprestar ou vender tais cópias.

Janini de Oliveira Félix
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe - UFS



Profa. Dra. Gicélia Mendes - Orientadora
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

A handwritten signature in blue ink, reading "Gicélia Mendes de Sá", is positioned above a horizontal line.

Prof (a). Dr (a). Gicélia Mendes - Orientadora
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe - UFS

AGRADECIMENTOS

Meu especial agradecimento a minha diletta Orientadora Dra. Gicélia Mendes, pelos ensinamentos do conhecimento científico e sobretudo humano, com sua sabedoria e espiritualidade ímpar. Sem a sua compreensão e paciência não estaria finalizando o ciclo de um sonho que já fora tido como quase que impossível, visto as adversidades, circunstâncias e demandas que vieram durante o período do curso.

Gratidão aos queridos colegas Edson Oliveira, Fabrício Nicácio, Gladys Oliveira e Janison Correia pela parceria, força e amizade de sempre durante e depois do curso de Mestrado. Gratidão aos colegas e chefias da COPGD e POSGRAP/UFS pela compreensão e parceria, pois me proporcionaram condições de aliar os estudos ao trabalho durante os exercícios de 2016 e 2017.

Agradeço imensamente a Raquel Gomes do Nascimento, pelo seu estímulo inicial em prestar a seleção de mestrado no Prodema, juntamente com Aline de Souza Leão, Elicherle dos Santos Caldas e Emannuel Oliveira, colegas e amigos que a UFS me proporcionou.

Gratidão ao universo, a inteligência Criadora que tudo é, por todas as oportunidades proporcionadas e vivenciadas durante esse percurso.

RESUMO

O envelhecimento da população brasileira é uma realidade e tem sido objeto de estudos no Brasil referendados por dados estatísticos coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diante do cenário da pirâmide etária, é importante a inclusão deste assunto nos discursos e pautas das políticas públicas, bem como no que tange à prestação de serviços na esfera privada como medida de aperfeiçoamento dos serviços destinados ao público da terceira idade, uma vez que este segmento vem crescendo na sociedade. O presente estudo tem como objetivo geral analisar as políticas públicas e de fomento ao turismo em Sergipe relacionadas aos atrativos naturais mais visitados pelo turista da terceira idade. Os objetivos específicos são:

1. Descrever os principais atrativos turísticos de Sergipe que envolvem as temáticas do lazer na natureza e turismo da terceira idade;
2. Avaliar as ações das políticas públicas voltadas à impulsão do turismo nos destinos com atrativos naturais em Sergipe.

Esta pesquisa se restringe a um dos segmentos de consumidores no turismo: as pessoas consideradas idosas, conforme a lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. A abordagem metodológica é hipotética dedutiva tendo como procedimentos metodológicos a análise de dados secundários coletados e de elementos bibliográficos e documentais, a exemplo de publicações de documentos técnicos, estudos e relatórios de planejamento governamental. Os estudos realizados mostram a carência de maiores investimentos no setor turístico que atende a este nicho; mostram o desalinhamento entre o processo de planejamento e gestão pública com a estrutura turística disponibilizada, ainda que já exista divulgação governamental, incluindo regiões sergipanas identificadas como turísticas, no cenário turístico nacional.

Palavras-Chave: Natureza. Políticas públicas. Terceira idade. Turismo.

ABSTRACT

The aging of Brazilian population is a reality and it has been the object of many studies in the country, considering statistical data collected by Brazilian Institute of Geography and Statistics. The age pyramid scenario is an important subject to be included in discourses and public policies guidelines as well as private services as a way to improve service option for the elderly, a growing segment in society. This study aims to analyze public policies and tourism promotion related to the most visited natural attractions by old age tourists in Sergipe. Specific objectives are: 1. Describe the main tourist attractions that involve thematic leisure in nature and tourism for the elderly in Sergipe; 2. Evaluate public policies actions, which aim to boost tourism of natural attractions destinations in Sergipe. This research is restricted to one of the segments of consumers in tourism: people considered elderly, in accordance to Law nº 10.741, dated October 1, 2003. The methodological approach is deductive hypothetical and its procedures are the analysis of collected secondary data, bibliographic and documentary elements such as publications of technical documents, studies, and government planning reports. The studies showed a lack of major investments in the tourism sector that serves this niche. It also showed the misalignment between planning process and public management with the available tourist structure, although there is already governmental disclosure including Sergipe regions identified as tourist in the national tourist scenario.

Keywords: Nature. Public policy. Third age. Tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa do Estado de Sergipe, os 05 Pólos.	39
Figura 02: Praia do Saco, Estância/Se.....	41
Figura 03: Canyon do Xingó, Rio São Francisco.....	42
Figura 04: Municípios que formam o Pólo Costa dos Coqueirais.....	47
Figura 05: Demonstração do PIB do Estado de Sergipe, Brasil.....	49
Figura 06: Percentual (%) de documentos oficiais que abordam os atrativos naturais sergipanos.....	52
Figura 07: Abordagem turística ambiental dos atrativos naturais para terceira idade em Sergipe.....	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Ocupação hoteleira – Aracaju – janeiro a dezembro, 2005 a 2011.....	61
Tabela 02: Ocupação dos perfis dos turistas.....	63

LISTA DE SIGLAS

API'S	Políticas para o Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais
ASN	Agência Sergipe de Notícias
ABAV	Associação Brasileira de Agências de viagens de Sergipe
ABIH	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
BANESE	Banco do Estado de Sergipe S/A
BID	Banco Intramericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste
BOH	Boletim de Ocupação Hoteleira
CADASTUR	Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas
CNDI	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
CODISE	Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe
DER	Departamento de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe
ENDEAVOR	Endeavor Brasil
EMSETUR	Empresa Sergipana de Turismo
FNRH	Ficha Nacional de Registro de Hóspedes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE	Índice de Cidades Empreendedoras Brasil
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
MAX	Museu Arqueológico do Xingó
MTur	Ministério do Turismo
OMS	Organização Mundial da Saúde

OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PCT	Projeto de Cooperação Técnica
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PDR Sergipe	Plano de Desenvolvimento Regional do Estado de Sergipe
PDSI	Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial
PIB	Produto Interno Bruto
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNI	Política Nacional do Idoso
PNT	Plano Nacional do Turismo
PROINVEST	Programa de Apoio ao Investimento dos Estados
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
PRODETUR	Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo
SEDETEC	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia
SEINFRA	Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano
SEPLAG	Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
SETUR	Secretaria de Estado do Turismo
SINGTUR/SE	Sindicato de Guias de Turismo de Sergipe
MTUR	Ministério do Turismo

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
2.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1	RESSIGNIFICANDO O TURISMO DE LAZER: RELAÇÃO NATUREZA E PESSOAS DA TERCEIRA IDADE.....	19
3.	METODOLOGIA	38
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	39
3.2	MÉTODOS E PROCEDIMENTOS.....	43
4.	RESULTADOS E DISCUSSÕES	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
6	REFERÊNCIAS	91
7	APÊNDICE - FICHA DE ANÁLISE DOCUMENTAL	97
8	APÊNDICE – FOLDER	98

1. INTRODUÇÃO

A referente pesquisa propõe analisar as políticas públicas de fomento ao turismo concernente à estrutura oferecida ao segmento turístico no estado, sobretudo a estrutura oferecida nos destinos com atrativos naturais visitados pelo turista da terceira idade e o público no geral.

Desde meados da década de 1950, a população do país vem se tornando mais velha em função da queda nos índices de fecundidade e natalidade e o prolongamento na expectativa de vida. A queda no índice de fecundidade tem relação direta com campanhas institucionais, surgimento de métodos contraceptivos, bem como o aprimoramento desses métodos que repercutiu em mudanças comportamentais e de mentalidade.

Segundo o Instituto Brasileiro Geográfico Estatístico IBGE (2002), o fator primordial que ainda repercute no envelhecimento da população brasileira é a redução da natalidade, portanto, o público-alvo desta pesquisa é o segmento da terceira idade, grupo etário em constante crescente no perfil demográfico brasileiro, segundo os dados oficiais do governo, como os relatórios de planos estratégicos, a exemplo do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável PDITS (2013) têm revelado a procura do destino Sergipe pelo segmento da terceira idade.

De acordo com Fromer e Vieira (2003), o prolongamento na expectativa de vida tem relação direta com melhorias no sistema de diversos campos sociais, em seus variados aspectos, na higiene pública, avanço da medicina, estabelecimento de políticas e programas de prevenção em saúde e também conquistas sociais, como progresso no nível de escolaridade, acesso à informação, bens de consumo, estrutura e regulamentação do sistema de trabalho. Além disso, a melhoria na qualidade de vida também se deve muito à gradativa atenção direcionada aos estudos e pesquisas nos campos da gerontologia em seus variados aspectos interdisciplinares como nas áreas biológica, psíquica, psicológica, clínica, socioeconômica e cultural.

Diante da alteração deste cenário analisamos a participação do público da terceira idade no turismo sergipano na proposta de analisar as ações voltadas ao turismo nas políticas públicas, nos destinos com atrativos naturais, em Sergipe. Para tanto, abordou-se primeiramente, a interação desse público com o lazer, natureza e turismo.

Não existe um conceito único referente ao turismo, uma vez que este fenômeno acompanha e se altera conforme as necessidades do público-alvo, o “turista” e segue tendências mundiais alterando significados até então já instituídos por uma visão cartesiana de alguns

autores, a exemplo de Krippendorff (2009), que considera o turismo como instrumento de restauração do corpo humano; e também, alternativa para recuperação do desgaste psicológico e físico do cotidiano, assim, esta pesquisa não tem a intenção de exaurir discussões conceituais do turismo considerando a dinâmica do turismo na contemporaneidade.

Aposentados e idosos representam um grupo da população em crescimento no país tendo em vista a longevidade e a queda da natalidade, de acordo com estatísticas do IBGE (2002), nesse contexto político-social, estudos sobre envelhecimento da população brasileira, geralmente têm implicações multidisciplinares em sua abordagem mais tradicional nas áreas de assistencialismo, saúde e demografia, o que demanda atenção de pesquisas inclusivas sobre o público da terceira idade, nos projetos turísticos de planejamento e políticas públicas governamentais.

Segundo o IBGE (2002), a população idosa tem dobrado a cada 20 anos, de forma gradativa, portanto, essa faixa etária vem se destacando no rol de discussões especialmente por sua autonomia, como também sua ascendência social, busca por atividades turísticas, seu poder econômico e de decisão, enquanto formadores de opiniões, cujas influências repercutirão também no futuro. Em 2012, a população brasileira na faixa etária de 60 anos acima somava em torno de 25,4 milhões, desse modo, se considerarmos que 4,8 milhões de pessoas que alcançaram os 60 anos, em cinco anos já equivalem a um acréscimo de 18% dessa parcela etária mostrando cada vez mais a importância da atenção voltada a esse nicho em crescente ascensão IBGE (2018).

Como a população brasileira está envelhecendo, os sistemas estruturais do trabalho, assistencialismo, saúde e previdenciário solicitam constantes reflexões e pesquisas comportamentais acerca de fatores como saída e inserção em outras atividades da vida em sociedade.

Astorino (2008) tece comentário acerca do prolongamento da expectativa de vida oriundo dos avanços e progressos da medicina, com isso, ocorre o aumento da demanda da faixa etária acima dos 60 anos por possuírem mais saúde e disposição. No Brasil, em torno de 800 mil pessoas atingem a faixa etária dos 60 anos, com expectativa de vida prolongada, esta demanda situa-se principalmente na região sudeste, onde concentra-se em torno de 46,36% de toda população da melhor idade do País.

O aumento da expectativa de vida torna-se “ganho” quando somada a qualidade nos anos adicionais de vida, com a promoção da saúde e manutenção da capacidade funcional, emocional e física. Neste sentido, o lazer e o turismo exercem também função catalisadora, pois

estimulam o sujeito as diversas possibilidades de interação social, esfera também determinante para o prolongamento ou restrição de um envelhecimento com qualidade de vida.

Esse aumento da expectativa de vida é resultado do progresso tecnológico, científico e dos avanços da medicina, desta forma, o crescimento dessa parcela de pessoas estabeleceu um novo nicho de mercado, tendo em vista o poder aquisitivo e tempo livre tornando-se turistas em potencial, portanto, o mercado passou a adotar uma terminologia do turismo direcionado a essa categoria, até então nomeando um segmento do turismo como o da “melhor idade”.

No entanto, recentemente o Ministério do Turismo (2017), publicou novas instruções acerca do tratamento à pessoa idosa, inclusive instruindo evitar o uso do termo “melhor idade” e ou “terceira idade”, na cartilha “Dicas para atender bem turistas idosos”, direcionada aos prestadores de serviço, sobre como atender bem o público de idosos viajantes. No tocante à nomenclatura da segmentação turística esta pesquisa utilizou como “turismo da terceira idade” considerando ser o termo mais usual nos estudos multidisciplinares e ao referenciar à pessoa, individualmente, utilizou o termo “pessoa idosa”.

Esta pesquisa considerou a elevação da expectativa de vida da população, a queda das taxas de fertilidade e natalidade brasileira; o aumento no consumo de consumidores da terceira idade no mercado em que se exige o aperfeiçoamento na oferta e emergência de novas prioridades de estudos e pesquisas acerca das necessidades desse “nicho”, termo comumente utilizado na literatura turística como segmento de mercado.

A atividade turística como opção de lazer oportuniza experiências, socialização, satisfação, assim, não existem definições únicas sobre o lazer e o turismo, visto as diversas conotações que ambos os termos produzem no âmbito sociológico e filosófico. A oportunidade produzida através de uma experiência humana e social promove o conhecimento a respeito de si mesmo e do mundo e à medida que o ser se estuda conquista independência em suas escolhas diminuindo então, o grau de interferências externas.

Nesse ínterim, o objetivo geral da pesquisa é de analisar as políticas públicas e de fomento ao turismo em Sergipe relacionados aos atrativos naturais mais visitados pelo turista da terceira idade. Os objetivos específicos são: descrever os principais atrativos turísticos que envolvem as temáticas do lazer na natureza e turismo da terceira idade; e avaliar as ações das políticas públicas voltadas à impulsão do turismo nos destinos com atrativos naturais em Sergipe.

Têm-se as seguintes hipóteses: 1. As políticas públicas de turismo abordam atividades turísticas voltadas ao meio ambiente e à valorização do segmento da terceira idade; 2. No estado de Sergipe os documentos oficiais refletem as necessidades de preservação da natureza e da

valorização do público da terceira idade para o desenvolvimento dos atrativos naturais do Estado.

Esta pesquisa apresenta uma introdutória; a fundamentação teórica com um apanhado envolvendo conceitos e questões sobre a temática entre turismo, natureza e a pessoa da terceira idade; a parte metodológica, com respectivos procedimentos; a apresentação das discussões e resultados; considerações finais; referências e apêndice.

A pesquisa contempla a análise das políticas públicas de fomento ao turismo em Sergipe relacionados aos atrativos naturais mais visitados pelo público alvo da terceira idade e a verificação das ações de políticas públicas direcionadas à atividade turística. Assim, a relevância deste estudo caracteriza-se em servir de balizamento teórico para a atuação de profissionais e pesquisadores nestes ambientes colaborativos de pesquisa, com a proposta de se ampliar perspectivas e visão sobre esse campo de estudo. Como um dos benefícios do turismo da terceira idade têm-se a promoção de sociabilização às pessoas que já se encontram em maior estado de tempo livre, cujo trabalho já não integra a prioridade e dever constante, assim, o tempo livre aproveitado para fins de turismo e lazer torna-se possível o desenvolvimento físico, emocional e sociocultural do indivíduo.

O governo de Sergipe juntamente com o Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo, em seu Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, o PDITS (2013), identificaram como pontos turísticos: a) Litoral norte: roteiro Foz do Rio São Francisco abrangendo Pirambu e Brejo Grande; b) Centro: capital Aracaju, roteiro de cidades históricas; centro histórico de Aracaju e neste roteiro está inserido o centro histórico da cidade de São Cristóvão; c) Litoral sul: Estância, com a Praia do Saco.

O campo de estudo desta pesquisa abrange as localidades com atrativos naturais, a exemplo do Canyon de Xingó, Croa do Goré, Praia do Saco, destinos mais procurados pelos turistas que visitam Sergipe, especialmente os da terceira idade. Conforme dados do IBGE, Sergipe é o menor estado em extensão territorial, com 21.918,493 Km² e a população sergipana está estimada em 2,2 milhões de pessoas, logo, Sergipe é o estado nordestino brasileiro que representa 0,26% da área total do Brasil, com 75 municípios.

De acordo com os relatórios de atividades anuais de governo, de 2008 a 2017 foram verificadas algumas ações dos órgãos sergipanos voltados ao turismo, tais como: investimentos em materiais de propaganda e divulgação para a inserção dos atrativos turísticos de Sergipe no mapa turístico em nível nacional; o estímulo à venda de pacotes em pontos turísticos de Sergipe considerados mais procurados pelo turista, segundo relatórios do governo. Por conseguinte, nos

relatórios foram citados como turismo de destaque em Sergipe o turismo de lazer, seguido do turismo de negócios.

Tanto é possível de realizar o turismo da terceira idade em Sergipe quanto é também possível atrelar o lazer na natureza com o turismo da terceira idade, mas para promoção do segmento do turismo da terceira idade, apesar do Estado oferecer atrativos naturais identificados como pontos turísticos estes não se encontram ainda em vias de estrutura física e logística adequada para este público, em especial, pois 75% dos 16 documentos oficiais verificados nesta pesquisa não fizeram referências às questões ambientais, turismo e terceira idade, portanto, as hipóteses levantadas por esta pesquisadora não foram validadas nos resultados desta pesquisa.

É necessário o envolvimento de entidades públicas e privadas com foco em criar novas alternativas para oferecer gama de serviços que abarcam especificamente as necessidades de pessoas idosas; também é necessário investimentos em nível de estudos com projetos inclusivos nas políticas públicas voltadas para o turismo da terceira idade no Estado, uma vez que para atrair esse público, é preciso sanar necessidades e expectativas em razão das peculiaridades da pessoa idosa com limitações fisiológicas o que exige atendimento e tratamento diferenciado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ressignificando o turismo de lazer: relação natureza e pessoas da terceira idade

A interação do ser e a natureza consiste num impasse marcado pela dominação do homem sobre a mesma. Dessa forma, esse domínio foi delineado desde a Gênese e a Idade média, como também em bases epistemológicas a datar dos primórdios da ciência moderna, de modo que, mediante discussões de produção do conhecimento, técnica e métodos, a ciência moderna engendrou-se colocando a natureza como meio e instrumento de exploração.

Diversas linhas filosóficas, em dadas épocas, foram criadas através de inúmeras perspectivas sobre a natureza retratando a visão de realidade do homem e da sociedade dissociando a relação homem / natureza, assim como a sua própria relação em essência, homem / homem, nas dimensões ambientais e humanas, no tempo e no espaço.

Unger (2010), com base nas premissas de Heidegger, fala sobre o entendimento do homem moderno sobre a natureza, segundo as ciências naturais, separado aos elementos espírito, matéria, sujeito e objeto, ou seja, interpretando a natureza como objeto externo ao sujeito, distante do espírito, significado substantivado.

A cultura ocidental costumeiramente atribui à natureza o reducionismo em seu significado até que este se limita a uma condição meramente material para posterior usufruto do homem. Unger (2010) afirma que desde as concepções medievais em torno do universo e natureza, inúmeros estudiosos observam na cultura judaico-cristã uma das principais bases de alimento ao antropocentrismo moderno e neste antropocentrismo persiste a ideia de que o homem é o único ser vivo a ter espírito e que Deus está externo à natureza.

Leandro (2008) faz oportuna afirmação no sentido de que a natureza espelha e reproduz inúmeras estampas e imagens às quais nós mesmos projetamos sobre ela. Refere-se à relatividade das respostas em torno de seu significado atribuídas sob a concepção de harmonia e beleza pelo artista; virtude e valor, para o filósofo; fonte de conhecimento, para o cientista; fonte de recurso e lugar sagrado no qual se firma a continuidade da vida, para o indígena, dentre outros arquétipos atribuídos à natureza.

Portanto, a natureza corresponde à imagem elaborada por nós, já que nenhuma concepção é mais verdadeira do que a outra. Em vista disso, as percepções são oriundas de uma projeção cultural e entendimento social. Leandro (2008) esclarece que, apesar da existência material da natureza e do acesso direto ao homem, há dentro de cada ser uma natureza distinta

e operante em si mesmo e em torno desse ser, em sua volta, na sistemática de ação e representação.

Leandro (2008) salienta sobre as concepções que transcorrem pelas percepções culturais e políticas da natureza, determinando os pensamentos que constroem representações em essências positivas ou negativas, símbolos estes que podem dificultar a aceção de realidade, porquanto entre a natureza e o ser há um universo com representações e símbolos que alteram a relação do homem com a mesma.

A autora menciona François Ost na ideia da presunção do homem em controlar, regular e dominar a natureza ao invés de regular a relação do próprio homem com a natureza, por intermédio de suas técnicas e métodos. Também menciona Richard Heinberg em sua proposta pelo “novo pacto com a natureza”, pacto este de reciprocidade, a do homem integrado à natureza.

Isto posto, os autores defendem a ideia de que nosso cotidiano é ainda limitado, pois estamos distantes de uma consciência até então desconhecida para nós, condicionados culturalmente e restritos como uma herança: a crise da relação do homem e a natureza, o distanciamento entre o homem e a natureza.

O conceito oficialmente aceito é o adotado pela Organização Mundial do Turismo (OMT), (1995, p.1), turismo é “o movimento de pessoas a lugar diverso do qual habite por tempo inferior a 360 dias, desde que esta não realize atividades econômicas”. O turismo integra um ramo do mercado econômico bastante especulado. Para Oliveira (2002), o turismo é visto como uma das ferramentas da política econômica uma vez que integra o setor de prestação de serviços cujo crescimento tem se destacado no sistema das economias industrializadas, sendo assim é considerado “fenômeno de massa” como resultado do crescimento econômico a nível global.

Autores como Burns (2002) e Krippendorff (2000) consideram turismo uma ciência interdisciplinar, com interesses econômicos, ecológicos, sociológicos, geográficos e psicológicos, ciência esta de caráter humano no qual envolve o deslocamento de seres humanos como produto final. Para Mota (2001), turismo é um fenômeno social que engloba o deslocamento temporário de uma ou mais pessoas que, em função de aspectos relacionados à motivação, deslocam-se de seu local de residência para outro local onde não exerçam atividades laborais ou remuneradas efetivando interações culturais, socioeconômica e ecológica entre os locais.

Estes conceitos não contemplam em sua integralidade o panorama atual do turismo, pois os agentes integrantes da cadeia têm ideologias distintas a respeito do que seja o fenômeno

turístico, suas políticas relacionadas e diretrizes; para uns, a atividade é vista como um elemento econômico, sustentável, salutar e inclusivo, para outros, o fenômeno turístico por se tratar de uma atividade econômica é também uma atividade degradante para a natureza e excludente socialmente, no que se refere a comunidade local, enquanto há também os que encaram o turismo como atividade cultural, portanto, a variedade de significados e discursos em torno do turismo representam um universo de linhas ideológicas.

Conceituar ou definir o que seja turismo vai depender do enfoque e dos aspectos relacionados ao fenômeno, seja no contexto de realizar turismo (turista) ou utilizar o turismo como meio econômico de subsistência, de acordo com a visão de Oliveira (2002), além dessa relatividade, muitos dos autores costumam adotar uma visão funcionalista e, às vezes, dualista, a exemplo das definições ao associar o fenômeno turístico às atividades de lazer, como bens de consumo e como fórmula de conquista à melhoria na qualidade de vida do indivíduo, tendo em vista a busca do turismo como equilíbrio entre ação e descanso ou apenas a inversão de uma rotina na forma de contemplação e diversão.

O indivíduo enquanto turista tem razões diferenciadas, portanto podemos afirmar que a atividade do turismo é um fenômeno ainda complexo tendo em vista as distintas marcas comportamentais do sujeito turista, desta forma, autores como Burns (2002) e Krippendorff (2000) categorizam duas linhas do turismo: como meio de inversão do cotidiano e como forma de redescoberta de significados para introspecção.

A prática do turismo como fenômeno social está muito presente nas expectativas do indivíduo que viaja em busca de uma experiência social; que busca recriar experiências, emoções, sensações e satisfação, nesse contexto, não falamos do turismo como opção de lazer que por sua vez reproduz a diversão, mas turismo como opção de lazer produtivo.

É comum observarmos a interpretação superficial que fazem sobre o turismo e o lazer como forma de diversão e entretenimento como bens de consumo, pois qualquer forma de produção de diversão não necessariamente produz satisfação verdadeira, já que não se vivencia, de fato, o lazer em sua completude. Essa visão está inserida em nosso contexto de forma maciça considerando as ferramentas midiáticas, o consumismo de forma mecânica e também pela própria natureza da atividade turística, considerada desde sempre uma atividade econômica onde os próprios agentes do ramo turístico ficam à margem do entendimento do que seja a essência do turismo como opção de lazer produtivo.

Esta pesquisa considera os significados do turismo e lazer como transcendentais ao entendimento usual, pois o rol de significados é aberto e não estanque, uma vez que são importantes meios de produção da satisfação integral do ser. Para a ocorrência do turismo é

fundamental o empenho conjunto entre a sociedade civil, a iniciativa privada e o papel do Estado com a adoção de medidas como monitoramento dos fluxos, campanhas de conscientização, diagnósticos de planejamento turísticos, dentre outras medidas.

Dias (2008) explica que na atividade turística estão envolvidos os elementos: a) turista, como sujeito principal da atividade turística; b) público-alvo, comunidade local ou residente, a população receptora; c) relações interpessoais ocasionadas durante a atividade turística; d) rol de fenômenos ocasionados pelo turismo nacional e internacional.

O fenômeno turístico é ocasionado a partir da agregação em cadeia entre produtos e serviços atuantes no cenário local, cenário este oriundo da herança cultural e histórica, do meio ambiente local e das práticas sociais, bem como o intercâmbio cultural gerado pela prática do turismo entre a comunidade local e os turistas.

De acordo com Dias (2008), turistas os indivíduos que realizam viagem por lazer, saúde, motivos familiares, dentre outras razões; indivíduos que participam de congressos e missões de diversas ordens; indivíduos que viajam a negócios e pessoas que permaneçam menos de 24 horas num local advindas de cruzeiro marítimo. O autor também comenta que o fenômeno turístico imprime forte impacto comportamental, uma vez que amplia a percepção do conhecimento através do comparativo entre as identidades culturais em cada localidade em que os indivíduos, grupos ou núcleos familiares se deslocam para realizar turismo.

Ainda segundo o autor, o turismo é também um instrumento de novas práticas sociais vez que proporciona novas perspectivas de compreensão e aceitação das distinções culturais. Neste sentido, o turismo tem sua relevância enquanto instrumento de inclusão, pois proporciona o encontro entre indivíduos de diversas culturas; estimula a adição de novos valores; promove a sociabilidade entre os sujeitos que interagem durante as respectivas viagens num patamar psicologicamente propício a novos contatos sociais.

De acordo com Boullon *apud* Dias (2008), são oito as causas que tornam a viagem obrigatória, por razões culturais ou educacionais, saúde, desejo de mudança (de rotina), compras, hedonismo (diversas motivações), descanso, prática de esporte e conhecimento.

Para Meyer (2007), a atividade do turismo se desenvolve e é influenciada conforme as mudanças sociais, naturais e econômicas, pois influenciam as motivações e expectativas de viagem. A autora aborda as alterações de paradigmas na contemporaneidade e os desdobramentos sobre o sujeito turista.

Assim, o turismo como fenômeno social desperta o interesse para estudo em função das motivações dos indivíduos e suas escolhas em relação ao lazer, férias e às viagens. As demandas de turistas buscam sempre novas e diferenciadas opções e, por isso, despertam nos profissionais

do segmento turístico o interesse em entender o que as pessoas almejam em seu tempo de descanso e lazer, assim como os respectivos valores que os sujeitos procuram nos destinos de interesse.

Geralmente, o turista espera o conforto e segurança doméstico (familiar) em lugares diferentes, bem como a troca de vivências por intermédio da convivência com a natureza, pessoas e locais observados por diferentes óticas.

O turista ao realizar turismo, normalmente, pretende vivenciar o extraordinário traduzido em instantes de satisfação e lazer. Assim, o turismo também está inserido na sociologia e psicologia por se tratar de um fenômeno complexo e com inúmeros significados subjetivos, fenômeno de inversão que pode promover instantes de encontro consigo mesmo e com outros indivíduos.

Para realização desta pesquisa definimos os atrativos turísticos, segundo Oliveira; Minasse e Marques (2015), pois cada atrativo tem sua relevância e capacidade de atração turística, assim, para esses autores os mesmos estão classificados em 05 subcategorias: a) atrativos naturais, atrativos culturais, atividades econômicas; realizações técnicas e científicas contemporâneas; como também, eventos programados. Pela amplitude do tema e conforme o objeto de estudo, focou-se nos atrativos naturais em que existe o meio ambiente e a natureza. Logo, referimos aos atrativos naturais, como sendo os rios, as praias, todo cenário natural com o mínimo de intervenção artificial humana.

No tocante ao cenário do turismo em Sergipe, segundo editorial *Contexto* (ano 12, nº 43, da Universidade Federal de Sergipe), o Estado ainda tem um faturamento muito inferior (menos de 1%) frente o potencial turístico que o detém, no entanto, ainda que a notabilidade seja mínima o estado de Sergipe vem crescendo em novos atrativos.

De acordo com entrevista realizada pelo editorial acadêmico, em 2014, com a professora do curso de turismo ambiental da UFS, Prof.^a M. Sc. Laura Almeida, o estado de Sergipe vem se projetando em função de tradicionais roteiros, ou seja, os mais vendidos, tendo como notável exemplo o cânion de Xingó. Estudos realizados por acadêmicos da Universidade Federal de Sergipe revelam que o parque hoteleiro em Sergipe cresceu aproximadamente 6%, de 2012 a 2014.

A Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR), órgão responsável pelas campanhas de divulgação do turismo em Sergipe tem conquistado avanços em razão ao trabalho de promoção turística, pois o número de turistas vem aumentando, uma vez que o estado foi incluído nos roteiros do turismo nacional e internacional, conforme verificado nos relatórios de atividades anuais de governo, dos anos de 2008 a 2017.

Conforme o editorial *Contexto* (2014), Sergipe investe no nicho do ecoturismo, ainda pouco explorado, a exemplo das trilhas de aventura na Rota do Cangaço, no Sertão e o Parque dos Falcões, em Itabaiana/Se, considerado ponto central de preservação e multiplicação de aves de rapina, em toda América Latina.

Segundo o PRODETUR, em seu Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, o PDITS (2013), os destinos turísticos em Sergipe são o Canyon do Xingó, próximo à cidade de Canindé do São Francisco; Foz do São Francisco (litoral norte), no povoado Cabeço; Croa do Goré, no Mosqueiro, a 10 km da Orla, da capital Aracaju; Praia do Saco (litoral sul), localizado à 76 km da Orla de Aracaju e Mangue Seco/BA que fica na divisa dos Estados entre Sergipe e Bahia, porém, para fins de estudos esta pesquisa se restringirá aos destinos situados em Sergipe.

A pesquisa realizada pelo Observatório de Sergipe (SEPLAG), em 2016, intitulada *Pesquisa de Serviços de Hospedagem 2016: um recorte dos dados no estado de Sergipe*, como nota técnica nº 01/2017, em 2016 existiam 285 estabelecimentos de hospedagem em Sergipe, com 9.430 unidades habitacionais totalizando 21.719 leitos, dentre suítes, quartos e chalés. Ainda segundo a pesquisa, de 2011 a 2016, ocorreu um crescimento de 17,9% no número de estabelecimentos de hospedagem em Aracaju e dentre as capitais do Nordeste, Aracaju atingiu um crescimento perdendo para Teresina (PI), com 38,8% e Maceió (AL), com 21,7%.

Os mercados turísticos são definidos de acordo com a cultura local, localização geográfica, comportamento da comunidade, costumes, necessidades e desejos do público alvo, poder socioeconômico e demanda de turistas. Assim, a tipologia do turismo também pode ser definida conforme os motivos pelos quais o sujeito determina a escolha dos locais ou destinos com base na preferência pessoal, consoante aspectos culturais, faixa etária e condição financeira, por exemplo.

Para o Ministério do Turismo (2010), a tipologia é definida conforme a motivação do indivíduo determinando a escolha dos locais com base na preferência pessoal, cultural, faixa etária, condição financeira, dentre outros fatores, assim, a segmentação de um perfil de demanda é elaborada a partir do estudo do perfil de consumidores conforme aspectos demográficos. Esses aspectos demográficos, ainda segundo o MTur, são definidos de acordo com aspectos individuais, faixa etária, sociais e poder aquisitivo, dentre outros aspectos e as preferências dos consumidores são influenciadas a partir da idade ou fase da vida, gênero, renda, formação educacional, estilo de vida e personalidade, padrão de consumo, dentre outros fatores a serem considerados no momento da decisão.

Todo tipo de mercado pode ser dividido em segmentos, em nichos, e, de acordo com Mota (2001), em indivíduos. Os segmentos de mercado são grupos definidos através da afinidade com o tipo de serviço oferecido; os nichos geralmente são uma parte de um grupo cujas necessidades nem sempre são exploradas com o devido atendimento e atenção exigida por esses consumidores.

Mota (2001) cita Kotler (1994) no tocante às quatro bases de segmentação: a geográfica, a demográfica, a psicográfica e a comportamental. Os desdobramentos da base geográfica dependem de “variáveis” por região, município, tamanho da localidade, concentração e clima; os desdobramentos da variável demográfica são definidos em função da idade, sexo, renda, profissão, condição socioeconômica, estilo de vida, perfil de família, religião, nacionalidade e etnografia; a variável psicográfica depende da classe social, estilo de vida e perfil do indivíduo; e a variável comportamental - que depende da atitude e costumes do consumidor em relação ao produto ofertado - nível de aptidão, lealdade e benefícios. Mota (2001) destaca ainda a importância dessas variáveis de segmentação como aspectos que definem o momento da oferta do produto no mercado.

Considerando apontamento de Campos (2010), a segmentação é a maneira de organizar o turismo para o planejamento, a gestão e a inserção no mercado. Os segmentos turísticos são estabelecidos por perfis da oferta, características e variáveis da demanda. A segmentação do turismo é determinada segundo o perfil de cada demanda e oferta. Os órgãos governamentais, como o Ministério do Turismo, entendem que cada local se destaca em algum segmento e cada roteiro se integra a determinada localidade através de respectiva avaliação dos atrativos e produtos em potencial oferecidos ao turista.

No Plano Nacional de Turismo (PNT) (2007-2010) aprofunda-se sobre o segmento turismo, mais especificamente através do Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos. Este programa é sustentado por duas linhas estratégicas: segmentação da oferta e da demanda do turismo e estruturação de roteiros turísticos. Segundo o PNT, segmentação é uma estratégia para a estruturação da oferta e consolidação de roteiros e destinos, de acordo com a identidade de cada localidade. Dessa forma, têm-se os principais segmentos da oferta turística: Turismo Cultural, Turismo Rural, Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Esportes, Turismo Náutico, Turismo de Saúde, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Sol e Praia, entre outros.

Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, o lazer tornou-se direito social, embora na prática e de acordo com os autores supracitados, muitos direitos elencados constitucionalmente estão ainda distantes de serem efetivamente praticados e incluídos na

realidade do povo brasileiro. A inclusão do direito ao lazer, à luz da Constituição, foi uma conquista alcançada nos direitos de cidadania, mas ainda é necessário dissociar a imagem de que é preciso dispor de condição financeira elevada para o desfrute de momentos de lazer.

Sob esse prisma, os autores validam a seguinte afirmação:

[...] o lazer precisa ter sentido para as pessoas que o usufruem, representar uma possibilidade de mobilização e engajamento político, facilitar a criação de redes de sociabilidade e estimular a reflexão sobre nossa sociedade, a fim de torná-la mais digna e justa. Nesse âmbito, precisamos reconhecer, legitimar, incentivar e valorizar as vivências de lazer criadas pelo próprio sujeito e pela comunidade[...]. (GOMES; PINHEIRO; LACERDA, 2010, p. 21)

Nas definições de Dumazedier (1979), há várias conotações para o significado do lazer, uma vez que esta não compõe uma única categoria como definição de comportamento social, pois para o autor são 04 as definições: a) a primeira frisa que qualquer comportamento pode ser considerado lazer independente de se estar dentro ou fora do contexto profissional, já que além de não ser considerado uma única categoria, o lazer é estilo de comportamento podendo ser identificado em qualquer realização de atividade e que seus modelos podem proporcionar qualidade de vida; b) associa o lazer ao não-trabalho, ou seja, é o tempo usufruído e dedicado às relações e obrigações conjugais, familiares, sócio-político e sócio religiosas; c) desvincula o lazer às relações obrigatórias doméstico-familiares, incluindo as obrigações sócio espirituais e sócio-políticas confundindo com a sociologia política e religiosa com a sociologia do lazer; d) A finalidade é a auto realização do sujeito, assim, o lazer é o resultado do novo valor social traduzido em novo direito social para utilização do tempo a sua autossatisfação.

Para o autor, o elemento primordial do lazer é a atividade, estar ativamente executando ações que promovem satisfação e é a partir da diferenciação do que se busca como fator importante para determinar a classificação dos conteúdos de lazer, na realização de inúmeras atividades. As diversas aspirações e interesses intrínsecos na motivação para realização do lazer remontam a diversas ramificações não estáticas, pois as opções e interesses são subjetivas. Dumazedier (1979) enfoca o lazer como meio da pessoa desenvolver a personalidade e potencializar a capacidade criadora, através também da sociabilidade promovendo então a transcendência do ser em si mesmo.

Marcellino (1995) divide os conceitos sobre o lazer em duas definições: a) valoriza o fator “atitude” tendo o lazer como estilo de vida, pois a auto realização é gerada a partir da ação e realização de qualquer situação; b) considera o fator “tempo” nomeado como tempo livre das atividades laborais e de demais obrigações sociais, tendo como fator relevante a qualidade do preenchimento do respectivo tempo livre. O lazer, por se tratar de uma temática comum na vida

das pessoas, muitas das vezes é tratada por deduções superficiais sendo confundida com a abordagem somente em torno do entretenimento em massa e consumista.

Segundo Marcellino (2006), no Brasil, os estudos em torno do lazer estão relacionados mais em função da urbanização nas cidades, embora tenha ocorrido também a influência, no passado, com o processo industrial, conforme o contexto europeu. Ademais, os estudos no campo do lazer vêm se aperfeiçoando no segmento das faixas etárias que analisam os conteúdos de atividades correspondentes a cada faixa e, por isso, essa área de estudo do lazer não pode ser vinculada a somente uma matéria específica, já que solicita a colaboração de diversas ciências sociais, filosófica, bem como nos ramos respectivos dos agentes atuantes diretamente com as atividades do lazer, a exemplo dos profissionais de arquitetura, educação física, terapeutas ocupacionais, turismólogos, educadores, dentre outros profissionais.

Assim, com vistas à abertura para compreensão das variáveis do lazer é que se espera prioridade na sistematização de vivências interdisciplinares em torno do lazer e a viabilização dessas propostas. Ainda consoante as considerações de Marcellino (2006), verificam-se os aspectos tempo e atitude como fatores importantes para criação de conteúdos e atividades, pois o lazer com base no aspecto atitude é visto a partir da relação entre o indivíduo e a experiência vivenciada que, por sua vez, tem-se a satisfação obtida; o lazer ligado ao tempo verifica as atividades realizadas no contexto externo às atividades laborais, familiares, sociais e religiosos. O autor ressalta então que esses aspectos devem ser considerados em associação mútua, pois restringir-se a um e outro poderia repercutir em prováveis erros.

Embora para as pessoas em geral, o lazer seja encarado como valor de descanso, distração ou recreação, numa ideia funcionalista, o lazer vai além dessas possibilidades de benefícios, pois propõe o desenvolvimento individual e social, a exemplo do turismo como opção de lazer que pode abrir leque de opções para novos contatos entre pessoas e lugares, no sentido de promover também a abertura para percepção e novas reflexões ligadas aos novos contextos.

Logo, o lazer tem uma relação dinâmica com vários aspectos sociais do sujeito e, por conseguinte, não propõe como resultado único a fuga do cotidiano da pessoa, em relação à ansiedade e tensões, mas procura propor ao sujeito que este foque e pense em si próprio; não estima o viés alienante comumente proposto pela mídia e indústria do consumo, pois assim, poderia ser considerado um instrumento de dominação ou “antilazer, pois o lazer pode ser considerado também como tempo utilizado para vivência de valores com promoção de mudanças morais e sociais no sujeito”.

Nesse paradigma de domínio, o tempo livre é utilizado como ferramenta do poder de consumo estimulando o aumento do consumo de bens e serviços. Assim, é colocada à margem grande parcela da população que não tem acesso ao poder de consumo, considerando a especialização de espaços construídos com a finalidade do lazer tornando o lazer e o turismo nem sempre acessível a todos.

Na percepção de Marcellino (2006), o lazer também se choca com barreiras e dificuldades impostas socialmente considerando o aspecto econômico que determina e pode inibir a prática do lazer existindo então uma relação desigual do lazer; existem também outros fatores que se chocam com os impedimentos, tais como o sexo em que geralmente as mulheres são menos favorecidas em relação aos homens considerando a jornada dupla diária, obrigações profissionais e familiares, a cultura machista também influencia na construção dessa realidade e outro aspecto a ser destacado é a faixa etária, pois para o autor, a pessoa idosa, por geralmente não integrar o mercado de trabalho, encontra impedimentos à realização de atividades de lazer, o que repercute na qualidade e frequência dessas atividades almejadas.

Seguindo o pensamento do autor considerando o nível social, a escolaridade, a faixa etária e o sexo, somado também a outro aspecto como a falta de segurança, são fatores que podem restringir o acesso a uma pequena parcela da sociedade às inúmeras opções e práticas do lazer interferindo também na qualidade e frequência dessas práticas.

Com base nas referências de Marcelino (2006), no Brasil e também nos Estados Unidos, com o advento da aposentadoria, a tendenciosa queda do padrão de vida das pessoas idosas dificultam o acesso à vivência do lazer, além disso, o fator emocional, para muitos, em especial, os que resistem em usufruir de seu tempo livre com atividades de lazer, independente de condições financeiras e físicas.

Superar os preconceitos históricos gerados pela sociedade em torno do envelhecimento e da pessoa idosa, pela ausência da sua participação laboral na sociedade, ainda é um desafio para essa categoria, pois a imposição cultural em rotular um padrão básico comportamental, tal qual associação da pessoa idosa a um único gosto e preferência são fatos que precisam ainda ser revistos pela sociedade. Assim, é preciso o estímulo à mudança da consciência coletiva, com vistas ao respeito a essas pessoas.

No tocante ao lazer com a proposta educativa, os estudiosos atribuem função e valor do lazer como meio, veículo e objeto de educação também. Para Marcellino (2006, p.51),

A educação para o lazer pode ser entendida, também, como um instrumento de defesa contra a homogeneização e internacionalização dos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação de massa, atenuando seus efeitos, através do desenvolvimento crítico.

Assim, tem-se a proposta de que esse estímulo incute gradativamente a busca consciente do lazer criativo, inovador, seja com o mínimo ou maior aporte financeiro; e a crítica com novas exigências para melhoria da estrutura nos espaços públicos e em comum, de lazer. Os debates do lazer atrelado ao ambiente natural ainda reproduzem deduções discutíveis uma vez que propõem reproduzir padrões de valores ideais como propostas de mudança comportamental, em vista da pausa para reflexão e instantes para a contemplação com paisagens naturais. Estudiosos defendem a ideia de que vivências realizadas em meio à natureza podem também estimular novas percepções, como também à responsabilidade ambiental coletiva.

Marinho (2005) ressalta a necessidade de se compreender o contexto do lazer integrado a outros elementos, entre eles, a educação ambiental e natureza como um cenário de múltiplas possibilidades e interesses, como parcela de uma cadeia complexa de relações que são influenciadas, não podendo atribuir responsabilidades isoladas perante qualquer mudança pretendida. Com isso, o lazer, como elemento expressivo da cultura, pode se transformar em aspecto de aceitação e inércia ou em elemento de resistência ou não aceitação à ordem social moderna.

Esse raciocínio contesta a visão de modismo ou simples consumo e exploração dirigido aos elementos lazer, educação ambiental e natureza, pois a autora defende que o processo de construção em coletivo com diversas esferas humanas, campos e áreas do conhecimento deve respeitar o papel que cada componente agrega. Destarte, a autora propõe a superação de ideias cartesianas e conceitos fechados muito presentes nas abordagens usuais.

Além de um direito constitucional, o lazer é destacado por Marinho (2005) como uma alternativa de promoção da cultura, componente integrante do exercício à cidadania, espaço para exposição do lúdico, liberdade, prazer e elemento catalisador de transformação pessoal e social. Assim, o lazer alcançou relevância na atualidade não somente em razão do desgaste cotidiano, mas também como alternativa de ressignificação do tempo disponível, de modo a alimentar a alma, a mente e o corpo.

Logo, a satisfação gerada pelo lazer pode promover acréscimos em termos de sentimentos positivos sobre si mesmo, fruto da expressão individual de liberdade: leitura de um livro; prática de esportes; ouvir música ou até o ato de executar uma atividade laboral que proporcione prazer individual, dessa forma, a mensuração dos significados do lazer é algo intangível.

Diferente do significado de lazer o turismo é uma das alternativas de promoção de lazer, pois é um evento ou uma ocorrência com inúmeras peculiaridades em que se tem a pessoa utilizando do seu tempo disponível para realização de uma viagem ou deslocamento não

permanente em locais distintos para contemplar e usufruir de atrativos naturais, culturais e artificiais, dessa forma, a partir da necessidade de variedade de opções de lazer, como a construção de novos ambientes para realização dessas atividades o turismo aparece como opção importante nesse cenário.

Ademais, Marinho (2005) explana sobre a prática de atividades em contato com elementos naturais desperta para construção de novos sentimentos, sentidos e sensibilidades em diversos padrões, pois a interação corpo e natureza traduzem uma tentativa de reconhecimento do meio ambiente e dos sujeitos envolvidos como a admissão e o reconhecimento do ser humano como parte integrante desse meio, o ambiente natural.

Nesse sentido, a respectiva autora aponta para os conteúdos dos cursos de formação nas diversas áreas do saber promotoras do desenvolvimento para saúde e bem estar do ser humano, no que se refere à reflexão em torno do processo educativo, prática e noções de educação ambiental e natureza sejam inseridos e repensados como propostas basilares, tratando os elementos lazer e natureza em suas dimensões técnicas, bem como, a exemplo das vertentes filosófica, sociológica, fisiológica e psicológica, dentre outras, perpassando por várias disciplinas com vistas a essa interação.

Diante do exposto, estudos que envolvem atividades na natureza não podem ser encarados apenas como oportunidade caracterizadora de mudança de estado, com fins apenas para entretenimento, mas, além disso, devem ser vistos como um tema emergente de valiosa importância para diversos campos do saber, com vistas a estabelecer possibilidades no mercado de trabalho e como práticas de mudanças comportamentais, padrões e crenças, para uma abertura perceptiva.

A respeito de bem-estar e de saúde, destacam-se as terapias alternativas que visam o bem-estar do ser humano, como terapia vibracional, ocupacional e a própria terapia da natureza (com utilização de florais, ervas medicinais e cristais) remetem a culturas de antigas civilizações que já utilizavam a natureza como combustível da alma. Apesar de a cultura ocidental tratar a natureza como objeto de domínio e exploração, é comum o uso de alternativas para o reabastecimento físico e energético, como chás, banhos, passeios em bosques, jardins e praias, pois, assim, existe a relação socialmente construída por alguns que associam o contato do verde e o colorido da fauna a sensações de bem-estar e alegria. Então, há a polêmica em torno dessa tendência vez que há pessoas que constroem relações com a natureza como padrões pré-estabelecidos.

Somos parte da natureza, logo, defendemos que a construção dessa interação pode promover uma sensação de completude, daí a importância da proposta de construção dessa

relação do ser humano com a natureza de forma sustentável. As autoras Fromer e Vieira (2003) discorrem sobre a relevância na maneira com que o turismo - atividade social e econômica - interpreta a pessoa do idoso enquanto ser e consumidor, além de citarem os desafios que os profissionais do setor precisam empreender, a fim de alcançar o aperfeiçoamento dos serviços prestados e produtos oferecidos para esse nicho de mercado. É notável que, mais do que imprimir devida qualidade na gama de serviços, é imperioso usar a criatividade e sensibilidade para se trabalhar com esse público.

Como reação natural da conjuntura de mercado, as autoras destacam a regra fundamental de que não se pode, nem se deve adicionar ao serviço e produto o cunho assistencialista. A pessoa idosa é cidadão e consumidor, com independência, desejos e opiniões, pois a fase do envelhecimento da população é um fato social natural que influencia e repercute em vários aspectos da sociedade.

Desse modo, faz-se mister a realização de pesquisas sobre essa fase sublime da vida, com ressignificações e redescobertas. Assim, o fenômeno do turismo sob um viés sociocultural não poderia estar distante dessa realidade frente aos atrativos disponíveis, como o cultural e natural, dentre outros.

[...] O lazer e o turismo podem ser importantes aliados no sentido de ampliar a inclusão social das pessoas idosas, desde que os fundamentos sociais, culturais e políticos aqui delineados sejam compreendidos, respeitados e colocados em prática por meio de estratégias educativas coerentes com esses princípios. (GOMES; PINHEIRO; LACERDA, 2010, p. 90).

Inerente à expressão “melhor idade”, Fromer e Vieira (2003) afirmam que o mercado turístico a adota com fins de *marketing* como forma impulsionadora desse nicho, o da terceira idade. Há também um propósito na subtração do termo “velhice” que, costumeiramente, gera desconforto, diferente da expressão “melhor idade”, que valoriza esta fase como uma tendência demográfica natural, ajudando, contudo, a desfragmentar preconceitos.

A expressão “melhor idade” também abarca uma concepção de continuidade, entendendo-se, assim, que a expressão ora adotada busca destacar visão e aspectos positivos acerca da fase do envelhecimento, bem como designar que as demais fases da vida sejam também fases positivas.

Além disso, o termo “melhor idade” não enseja a negação das especificidades, nem das dificuldades dessa fase da vida, mas propõe um novo olhar que contempla o respeito às peculiaridades desse momento, vislumbrando o leque de possibilidades que outrora seria visto como uma fase sem brilho, sem qualidade e vantagens. Esse olhar e interpretação podem implicar em posturas e atitudes diferentes, seja de forma individual ou coletiva.

O Ministério do Turismo lançou o programa intitulado “Viaja Mais Melhor Idade”, em 2007, com a sua primeira edição e essa proposta foi implantada no mercado turístico com a finalidade de inserir o viajante idoso na demanda turística incentivando o turismo da melhor idade, dessa forma, o programa oferecia descontos e condições diferenciadas com serviços personalizados ao público da terceira idade.

Logo após a implantação do programa, constatou-se altas taxas de hospedagem nos períodos de baixa sazonalidade e até o encerramento da primeira edição, em 2010, de acordo com o Mtur foram comprados em torno de 600 mil pacotes turísticos que gerou mais de R\$ 531 milhões de reais. A segunda edição promovida em 2010 lançou um portal com descontos e condições também diferenciadas para este público, até final de 2015 e então o portal alcançou mais de 485 mil acessos, com mais de 500 ofertas pulverizadas em 95 destinos nacionais.

A partir deste histórico, entende-se que o Mtur vinha desde então incentivando a promoção do segmento do turismo da “melhor idade” e no propósito de recomendar o tratamento digno às pessoas idosas, bem como estimular os profissionais da área do turismo a identificar a necessidade da pessoa idosa, foi lançada uma cartilha, em junho de 2017, pelo Mtur e distribuída em todas as secretarias estaduais de turismo no Brasil e assim, na cartilha preconiza-se o seguinte: “devem ser evitados os termos como “velhinhos”, “melhor idade”, “terceira idade” e “vovô(ó) ou “avozinho(a), a não ser que sejam, de fato, avô e avó de quem os chama”.

Ato contínuo, a cartilha também afirma que embora o termo “idoso” esteja empregado na legislação o termo mais usado, na atualidade, é “pessoa idosa”. Desse modo, embora não tenha se tratado de uma destituição da terminologia “melhor idade” na literatura formal do turismo, no tocante à segmentação turística e nas práticas de mercado, recentemente o próprio Mtur já defende que o termo melhor idade deve ser evitado como recomendação do melhor tratamento à pessoa idosa, o que no entendimento desta pesquisadora, tratou-se de uma ressalva clara.

Essa ressalva tem como respaldo legítimo a hierarquia jurídica consoante as leis 8.842, de 04 de janeiro de 1994, que dispõe acerca da Política Nacional do Idoso para assegurar os direitos sociais do idoso que considera “idoso”, a pessoa maior de sessenta anos de idade, bem como a lei 10.741, 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso com o fito de regular os direitos já assegurados às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos. Vale também ressaltar, que para elaboração dessa cartilha o Ministério do Turismo teve colaboração do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) e da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, dentre outros colaboradores.

Outro ponto a ser destacado sobre o emprego do termo melhor idade revela uma denotação capitalista comumente utilizado como suposto processo de valorização de um dos ciclos da vida através de um discurso refletido na necessidade de convencimento à sociedade sobre uma atividade humana, nesse cenário, a atividade turística, visto superficialmente como bem de consumo, desta forma, faz-se necessário contextualizar e debater termos primordiais no foco da pesquisa.

Este questionamento crítico do estudo encontra-se ainda em processo dinâmico de transformação considerando a nomenclatura mais usual, mas para fins das ciências psicológicas, por exemplo, generalizar um ciclo de vida como “melhor idade”, fase importante da vida não considerando as peculiaridades de cada ser em processo de envelhecimento, não levando em conta as transformações físicas; chegada de aposentadoria; período de reconstrução do pensamento e convivência social, seja com amigos ou familiares ou até degeneração das funções fisiológicas é adequado o estudo mais detido sobre o processo de desenvolvimento da pessoa nesta faixa etária para fins do emprego de determinadas terminologias.

Neste ínterim, o termo utilizado nesta pesquisa no tratamento direcionado às pessoas acima de 60 anos são “pessoa idosa”, já quanto à nomenclatura da segmentação de mercado, muito embora na mesma cartilha elaborada pelo Mtur também conste a recomendação da não utilização do termo “terceira idade” optou-se por utilizar o termo “turismo da terceira idade” considerando a nomenclatura mais usual nos estudos multidisciplinares utilizados acerca da pessoa idosa, assim como na Educação Física, Gerontologia ambiental e social, na Psicologia, Sociologia e Medicina, dentre outras áreas, pois também, em que pese, esse termo também foi tipificado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Portanto, é importante observar que este estudo não tem como proposta a pretensão de estabelecer e aplicar nova nomenclatura na segmentação do mercado de turismo, assim, optou-se pelo uso de um dos termos considerando as nuances do cenário atual. Envelhecer é um ciclo natural da vida, ciclo de transição e a respeito deste ciclo, demograficamente muitos países vêm apresentando alterações, a exemplo do Brasil, que, segundo o IBGE (2002), a proporção do quantitativo de pessoas idosas vem superando a proporção do quantitativo de crianças.

Nesse contexto, tendo em vista a pirâmide etária brasileira atual, é importante a inclusão desse assunto com grau de relevância, nos discursos e pautas das políticas públicas bem como no que tange a prestação de serviços na esfera privada e mais do que inovar e aperfeiçoar os serviços destinados ao público da terceira idade, a partir do momento que este tema interessa à sociedade a Universidade não poderia estar à margem dos estudos e discussões sobre este tema rico e complexo para o aperfeiçoamento técnico-científico.

No Brasil, o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, foi instituído para regulamentação dos direitos assegurados aos indivíduos com idade igual ou superior aos 60 anos. Igualmente à Conferência Internacional sobre o Envelhecimento, a Organização Mundial da Saúde estipulou o ano de 1999 como o “Ano Internacional do Idoso”, tendo como lema “manter-se ativo para o envelhecimento melhor”, ou seja, com qualidade.

Fromer e Vieira (2003) debatem sobre o propósito em se prestigiar a velhice, em detrimento do rótulo antigo e depreciativo, principalmente nas populações ocidentais. Diante disso, o mercado e a produção intelectual adotaram a expressão “terceira idade” - termo que se originou na França, em meados dos anos 70 - em lugar da expressão “velhice”. No aspecto cronológico de tipificação da pessoa idosa, esse termo foi estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), em Viena, em 1982.

Até então, os critérios definidos para inserção da pessoa na faixa da terceira idade eram os 65 anos, em países desenvolvidos e 60 anos, nos países em desenvolvimento. Em 2000, a ONU estabeleceu os 60 anos como parâmetro para considerar um “indivíduo idoso”, com o fito facilitador para registros estatísticos.

Porém, existem outros padrões de identificação da fase adulta para a velhice. Fromer e Vieira (2003) mencionam fatores como a condição socioeconômica e a situação biológica (como a própria medicina já reconhece como “velho” a pessoa que perdeu a autonomia, ou seja, pessoa que perdeu a capacidade de desempenhar suas atividades diárias, seja qual for o ritmo de sua respectiva execução). Baseado nisso, Garcia (2001, p.42), na obra de Fromer e Vieira (2003, p. 18) menciona:

[...] Associar a terceira idade a uma fase de perdas pessoais reforça a imagem de debilidade e incapacidade do idoso, além de não considerar o fato de que as pessoas têm perdas no decorrer de toda sua vida, e não apenas na velhice.
Se é verdade que o idoso tem limitações de natureza física e que, em parte, tem seu poder de influência diminuído, não há como negar que tais circunstâncias também podem acometer indivíduos de outras faixas etárias. (FROMER; VIEIRA, 2003, p.27)

Então, percebe-se que o estabelecimento de uma idade para que o indivíduo ingresse na terceira idade é na verdade um método utilizado para finalidades de pesquisa e entendimento consensual, essencial para atribuição de direitos.

De acordo com a ONU, as pessoas compreendidas nessa faixa etária são contribuintes em potencial e em desenvolvimento, com habilidades e condições de promoverem melhoria em suas vidas e em suas sociedades, por intermédio de políticas públicas e programas de prevenção. Em 1991, a Assembleia Geral determinou o “Princípio das Nações Unidas em Favor das Pessoas Idosas”, elencando 18 direitos das pessoas idosas, consoante à independência,

participação, cuidado, autorrealização e dignidade. Em 1992, a Conferência Internacional sobre o Envelhecimento deu continuidade ao Plano de Ação, adotando o ano de 1999 como o “Ano Internacional do Idoso”.

Para a OMS, a idade de 65 anos é considerada limite inicial caracterizador da velhice. Embora simplista, essa delimitação é utilizada geralmente por estatísticos que trabalham com dados de geriatria, estabelecendo o valor cronológico, ainda que nem sempre tal valor corresponda com a idade fisiológica, já que essa varia de pessoa para pessoa, como disserta Haddad (1986). Para a autora, ainda não existe uma unanimidade no tocante do “o que é ser velho”, pois o debate é meramente doutrinário.

Conforme citado por Haddad (1986), com base em Ávila:

[...] O velho sadio não é psicológico nem fisiologicamente velho. O que caracteriza a velhice não é a quantidade dos anos vividos. Nem é o estado das artérias, como dizia Metchnikof. Nem é anormalidade endócrina, como queria Pende. O que caracteriza a velhice é a perda dos ideais da juventude, é a dessintonização com a mentalidade do seu tempo, é o desinteresse pelo cotidiano nacional e internacional, é o humor irritadiço, é a desconfiança do futuro, o desamor ao trabalho (HADDAD, 1986).

Consoante Haddad (1986), a Sociedade Americana de Gerontologia tem como lema “o acréscimo de vida aos anos e não anos à vida”: assim sendo, a educação para a velhice tem sua importância no quadro de normas que a Gerontologia Social define como premissas para se alcançar o envelhecimento. Segundo a Política Nacional do Idoso - PNI (2010), entende-se estar idosa a pessoa com 60 anos ou mais, conforme parâmetros demográficos nacionais e internacionais.

Freitag (2005) afirma que maior parte do tempo os indivíduos passam a vida envelhecendo, no lugar de amadurecer e orienta que precisamos buscar a felicidade como meta principal da vida, independente da condição financeira e prestígio. Para isso, é preciso gerar e receber gentileza, com resignação pelo passar dos anos. Embora as atividades prazerosas melhorem a qualidade de vida, essas não podem proporcionar a felicidade, dado que esse estado só pode ser desenvolvido dentro de nós mesmos.

Santana (2012) assevera que a questão da “velhice como a melhor idade” como uma fase que não pode ser comparada às outras fases do desenvolvimento da pessoa, pois são categorias distintas e esta, por si mesma, precisa ser vivenciada com uma noção de consciência e percepção temporal, considerando que o referencial está na respectiva experiência da velhice.

Outrossim, a autora esclarece a diferença entre o envelhecimento e a velhice. O envelhecimento refere-se à estrutura de planejamento individual e coletivo perpassando por interferências socioculturais, considerando-se um processo, diferente da velhice que alude ao

“estar”, ao “ser velho”. Ou seja, a velhice é a fase da vida, enquanto o velho ou idoso representa o resultado final.

O paradigma de ser ou não ser a velhice a fase da melhor idade tem relação direta com a vivência prazerosa e com a qualidade de vida. Nesse quadro existem vários fatores para que a vivência se torne realidade, pois dependem de políticas públicas de promoção e prevenção em saúde, além de estudos mais elaborados com pesquisas etnográficas, multi e interdisciplinares. Um ponto a ressaltar é a abordagem fragmentária a respeito da qualidade de vida muito destacada nos discursos sócio-políticos e nas diversas áreas das ciências superficialmente associada ao bem-estar e à qualidade de vida no que diz respeito aos aspectos físico, mental e intelectual, uma vez que esses aspectos são multidisciplinares tendo em vista as áreas do conhecimento científico e seus respectivos recortes de estudo, o que também dificulta o consenso a uma definição.

Exemplo disso é que no âmbito das ciências humanas e biológicas muito se fala sobre qualidade de vida no intuito da promoção da saúde; já nas áreas socioeconômicas os estudos se concentram nos fatores e indicadores sociais como referencial de parâmetro, conforme Almeida, Gutierrez, Marques (2012), logo, a forma como se aborda depende do contexto e da área de interesse de estudo repercutindo em conceitos distintos.

Retomando o contexto, Santana (2012) destaca que a responsabilidade na fase da terceira idade deve ser compartilhada entre o próprio indivíduo, como personagem principal de sua vivência, entre o Estado, através das políticas implementadas e entre a sociedade, na atenção necessária ao idoso em seus diversos aspectos.

Uma vez que as pessoas naturalmente são condicionadas a corresponder ao nível de sociabilidade aceitável numa comunidade ou sociedade, apesar da realidade imposta e já criada, existe o mundo imaginário e ainda não criado, no qual o lazer pode estimular a possível liberdade positiva, ainda não dissociada do bem comum e assim, torna-se possível, o estímulo a novas concepções, posturas, comportamentos, sensações e sentimentos, aderindo a novas maneiras de viver e vivenciar.

Castro (2012) postula que o acesso aos instrumentos culturais, lúdicos e sociais através do lazer estimula o processo de singularidade do sujeito ao encontro consigo mesmo e, desta forma, a autora especula que talvez a fase da terceira idade seja ideal para se recuperar “o que se é, o que se quer e o que se pode querer”. Desse modo, traduz a conquista da liberdade das cobranças de corresponder e desempenhar inúmeros papéis no decorrer da vida, ao libertar-se das demandas e modelos pré-fabricados.

Ou seja, à medida que o ser se estuda e absorve conhecimento a respeito de si mesmo e do mundo, maior independência emocional e psicológica o sujeito conquista, eclodindo escolhas mais independentes e espontâneas, diminuindo, então, o grau de interferências externas.

Consequentemente, essa liberdade pode significar disposição em criar desafios e vivências com conteúdos que contribuem com o desenvolvimento de significados em sua autocrítica, autonomia, criatividade e autoconhecimento, ou seja, na formação de autonomia pessoal. Com isso, abre-se um leque de possibilidades a novas decisões, diante de situações impostas ou imprevistas, embora essas mesmas escolhas também sejam influenciadas por fatores internos, socioculturais e psíquicos. Portanto, para estimular a criatividade humana é necessária a promoção de oportunidades que visem novas experiências em busca do desenvolvimento desse potencial.

Ao longo dos estudos na área da Gerontologia, pesquisas mostram a importância do lazer, na fase da terceira idade e, nesse sentido, o turismo se apresenta como uma das alternativas do lazer para esse público. De acordo com autores dessa área de estudo, a melhor idade também pode ser vista e interpretada como:

[...] Uma fase durante a qual o indivíduo pode se permitir o direito de fazer concessões a si mesmo, sem culpas, livre das imposições sociais e das obrigações cotidianas que acabam tolhendo as ações dos homens em sua idade adulta e ativa. (FROMER; VIEIRA, 2003, p. 19).

Nesse sentido, o turismo como opção de lazer pode promover oportunidades que estimulam a vivência de novas experiências e estabelecimento de novos diálogos, pois buscar o potencial criativo de cada ser é uma necessidade e decisão importante em nível pessoal principalmente na terceira idade.

3. METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos da pesquisa, de acordo com Dencker (2007), a investigação científica visa a compreensão de uma realidade e, para a construção do conhecimento, é necessária a reflexão e construção de um corpo metodicamente organizado, dirigido pelo método científico.

Dessa maneira, como nas demais áreas do saber, para a construção do conhecimento na área do turismo, a parcial observação dos fatos em si não se consuma em pesquisa, o suficiente para construção do conhecimento científico. O estudioso do fenômeno “turismo” percebe a interação interdisciplinar com outros campos do conhecimento tais como Ciências Sociais, Antropologia, Filosofia, Ciências da Saúde, Educação Ambiental, Educação Física, Psicologia, Administração e Marketing, dentre outras áreas.

Assim sendo, a pesquisa sobre modalidades do turismo é construída através do tratamento interdisciplinar, passível às interferências de distintos paradigmas. Desta forma, frente ao universo ilimitado de teorias e conceitos de diversas áreas do conhecimento não há a possibilidade de se exaurir os estudos em torno do fenômeno do turismo.

Dencker (2007) ainda se aprofunda na multidisciplinaridade da investigação em turismo, pois de acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT), estudos sobre o turismo se utilizam de referenciais teóricos de um conjunto de conhecimentos específicos (que possuem estudos precedentes validados cientificamente), consoante à pedagogia, procedimentos, métodos e áreas de conteúdo.

3.1 Caracterização da área de estudo

Figura 01: Mapa do Estado de Sergipe, os 05 Pólos.



Fonte: Technum Consultoria (2011) in PDITS (2013).

Conforme identificado no mapa, o campo de estudo desta pesquisa abrange as localidades com atrativos naturais, do Pólo Costa dos Coqueirais, os destinos do Canyon de Xingó, Croa do Goré, Praia do Saco e a capital Aracaju, segundo o PRODETUR, em seu Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, o PDITS (2013). Conforme dados do IBGE, Sergipe é o menor estado em extensão territorial, com 21.918,493 Km² e a população sergipana está estimada em 2,2 milhões de pessoas, logo, Sergipe é o estado nordestino brasileiro que representa 0,26% da área total do Brasil, com 75 municípios.

O estado de Sergipe conta com uma faixa litorânea de 163 km, com praias e paisagens, conforme a Agência Sergipe de notícias (2017), é delimitado pelo oceano Atlântico (leste) fazendo divisa com os estados da Bahia (oeste e sul) e Alagoas (norte), tendo o Rio São Francisco como divisor no norte do Estado. Aracaju é a capital do estado de Sergipe, com 160 anos de fundação, a capital nordestina mais nova.

A partir da análise documental do PDITS (2013), os destinos mais visitados de Sergipe são o Canyon do Xingó, perto da cidade de Canindé do São Francisco; a Foz do São Francisco, no litoral norte, no povoado Cabeço; a Croa do Goré, no Mosqueiro, a 10 km da Orla, da capital Aracaju; a Praia do Saco, no litoral sul, localizado a 76 km da Orla de Aracaju e Mangue Seco/BA, que fica na divisa dos Estados entre Sergipe e Bahia, entretanto, o foco de nossos estudos restringe-se aos destinos sergipanos.

Segundo o documento técnico, o PDITS (2013), polo Costa dos Coqueirais, em termos de desenvolvimento econômico a atividade turística no estado ainda se encontra num nível abaixo das expectativas esperados pelo governo embora, gradativamente, venha apresentando crescimento, em passos lentos, comparado às demais regiões nordestinas e em relação às demais regiões do País.

No tocante à criação de empregos, de dezembro de 2011 a novembro de 2012, segundo o documento técnico PDITS (2013) Costa dos Coqueirais, a estimativa foi de 2.308 empregos diretos e indiretos e outros setores integrados à atividade turística atingiram o índice de 19,4% de um total de empregos gerados em Sergipe. Assim, em 2012, os empregos proporcionados pela atividade turística representaram um acréscimo de 5,75%, comparado ao ano anterior.

O estado Sergipano dispõe de um bioma, atrativo natural diversificado distribuído ao longo de sua faixa territorial, além do patrimônio cultural, folclórico e histórico, atrativos turísticos que ensejam estudos para implementação de programas de gestão pública no propósito de tornarem mais competitivos as opções disponíveis e em potencial.

As localidades mais procuradas estão situadas na faixa litorânea de Aracaju e alguns locais do interior, a exemplo do sertão sergipano, o Cânion de Xingó, o Rio São Francisco e o Parque Nacional Serra Itabaiana. A capital Aracaju é o portão de entrada do turismo no estado, já que funciona como o centro principal receptivo do turismo por dispor de infraestrutura turística superior e mais adequada em relação aos demais municípios sergipanos, segundo o PDITS (2013) Costa dos Coqueirais.

A capital Aracaju tem uma extensão territorial de 181,156 Km², clima sub úmido e tem como vegetação a Mata Atlântica, manguezal e restinga, conforme a Enciclopédia dos Municípios Sergipanos (2014) e de acordo com o senso do IBGE, em 2010, a capital tem 571.149 habitantes. Tem como atrativos turísticos a Orla Praia de Atalaia, Colina do Santo Antônio, Orla Pôr do Sol, Morro do Urubu, Museu da Gente Sergipana; Museu do Palácio Olímpio Campos; Museu do Homem Sergipano, marionete do forró, dentre outros atrativos. A praia do Mosqueiro fica a 21 km da capital, considerado uma das regiões procuradas pelos turistas para o passeio da Croa do Goré, através de catamarã.

Figura 02: Praia do Saco, Estância/SE.



Fonte: <https://viagemeturismo.abril.com.br/estados/sergipe/>

No interior, o município de Estância, fica no Sul Sergipano, à 67 km da capital, tem 64.409 habitantes, com o clima sub úmido e vegetação da Mata Atlântica, manguezais e restinga, segundo a Enciclopédia dos Municípios Sergipanos (2014) e tem umas das principais regiões visitadas pelos turistas nesta região, a Praia do Saco.

No sertão sergipano, a localidade mais visitada por turistas que procuram o destino Sergipe é o município de Canindé do São Francisco, cujo bioma é a Caatinga, apresentando clima semiárido e uma população de 24.686 habitantes. A cidade tem uma área territorial de 902,246 Km², de acordo com a Enciclopédia dos Municípios Sergipanos (2014), o município fica distante da capital 190 km e tem como atrativos turísticos os Lagos e Cânion do Xingó, a Rota do Cangaço, Museu Arqueológico do Xingó – MAX e os sítios arqueológicos e a Usina hidrelétrica de Xingó.

Figura 03: Canyon do Xingó, Rio São Francisco.



Fonte: <https://viagemeturismo.abril.com.br/estados/sergipe/>

Na região do baixo São Francisco está situado o município de Brejo Grande, com 184,857 Km² de extensão territorial, apresenta o clima semiúmido, com vegetação de manguezal e restinga, está distante da capital a 144 km e tem 7.742 habitantes, segundo a Enciclopédia dos Municípios Sergipanos (2014), tem como atrativos turísticos o destino bastante procurado da ilha do povoado Cabeço, na foz do Rio São Francisco.

Na intenção de obter respostas sobre as razões desses turistas buscarem os atrativos naturais de Sergipe, inicialmente propomos trabalhar com a aplicação de questionários junto os agentes de viagens de Sergipe, considerando o universo de pesquisa que abrangeria um total de 242 agências de viagens cadastradas oficialmente, dentre as quais 181 estão situadas só na capital e 62 pelo interior do estado, de acordo com o CADASTUR. Segundo o Mtur, o CADASTUR é o cadastro de prestadores de serviços turísticos com a finalidade de registrar todos estabelecimentos que estejam em operação e legalmente constituídos, seguindo o artigo 22 elencado na Política Nacional de Turismo, sob a égide da lei 11.771, de setembro de 2008.

Assim, considerando o extenso universo de agências de turismo no Estado optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental.

A partir do acesso aos dados secundários disponibilizados pela Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), Ministério do Turismo (Mtur) e Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR) órgãos de planejamento governamental do estado e

fomento ao turismo foram verificados relatórios, que trouxeram informações referente às políticas públicas de indução e fomento ao turismo sergipano, especificamente nos segmentos da terceira idade, do turismo de sol e praia e negócios, disponibilizados de 2007 a 2017, nos relatórios do Governo de Sergipe. Com vistas aos planos estratégicos do Estado observou-se que o turismo sergipano está inserido como elemento integrante do desenvolvimento econômico em articulação das políticas sociais, seguindo as premissas e sistematização do Programa de fomento também por políticas, recursos disponibilizados e geridos pelo governo federal, através do Ministério do Turismo, a exemplo do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável PDITS, assim a pesquisa foi direcionada à análise das políticas públicas de fomento ao turismo relacionados aos atrativos turísticos naturais mais visitados pelo turista da terceira idade.

3.2 Métodos e procedimentos

Trata-se de uma pesquisa documental que, segundo Oliveira (2007) está relacionada à análise de documentos que não receberam nenhum tipo de tratamento científico e são considerados como fontes primárias. Cabe ressaltar que esse tipo de estudo requer uma análise cuidadosa por parte do pesquisador, o qual se propõe de modo sistematizado explorar fontes que ainda não foram trabalhadas anteriormente. Diferentemente da pesquisa bibliográfica que parte da análise de dados secundários, ou seja, contribuições de diversos autores acerca de determinada temática.

O método de abordagem utilizado nesta pesquisa foi o hipotético dedutivo proposto por Karl Popper (1975) em que a eliminação dos erros na abordagem de uma hipótese, a partir da apresentação de resultados que confrontam a hipótese e garantem o seu falseamento ou corroboração.

Para Popper (1975) toda teoria científica tem caráter temporária uma vez que pode ser confrontada por outra teoria com justificativas que comprovam a falseabilidade da teoria em questão. Logo, coloca-se em evidência a vulnerabilidade da teoria científica, ou seja, as lacunas tendo em vista que esta pode ser refutada por argumentos divergentes. O mesmo destaca o caráter hipotético das teorias científicas. Para ele, não há base segura para a ciência, cujas teorias nunca podem ser provadas (CHALMERS *apud* MACHADO, 2002).

Adotou-se como critérios de inclusão: dados primários que tratassem sobre uma ou mais das variáveis turismo, terceira idade e natureza; estarem em bancos de dados ou em websites

confiáveis e de acesso aberto; serem documentos oficiais completos do estado de Sergipe. Aqueles que não possuíam as variáveis supracitadas e não faziam referência à temática foram apenas contabilizados a nível de informação, porém não fizeram parte dos documentos analisados. Nesta pesquisa não foram aplicados questionários e entrevistas.

Com base na hipótese estabelecida e variáveis determinadas (turismo, terceira idade e natureza) foram realizadas buscas em websites da Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV); da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH); Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (CODISE); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); ENDEAVOR BRASIL, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SEDETEC); Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), Pesquisa no site da Secretaria de Estado do Turismo (SETUR); notícias referentes ao turismo sergipano, no Portal Agência Sergipe de Notícias (ASN), Portal alimentado pela SETUR; Empresa Sergipana de Turismo EMSETUR e o Portal do Ministério do Turismo (Mtur) e em outros bancos de dados confiáveis, observando-se os critérios de inclusão da pesquisa.

Dos 29 documentos selecionados e analisados na íntegra, 16 foram enquadrados nos critérios da metodologia adotada, partindo-se inicialmente pela leitura flutuante com o propósito de selecionar as principais informações acerca do objeto de estudo. Desse modo, para facilitar o processo de análise todas as informações foram agrupadas em um instrumento denominado quadro de análise documental com questões abertas e fechadas (Apêndice) desenvolvido pela pesquisadora. Cabe destacar que as questões investigativas foram formuladas posteriormente à elaboração do referencial teórico, o qual proporcionou o conhecimento necessário acerca da temática e foi essencial para o desenvolvimento deste tipo de instrumento.

Posteriormente todas as informações coletadas foram organizadas em um único documento composto pela síntese de todos os dados selecionados. Cabe destacar que se realizaram cálculos da estatística básica, a fim de demonstrar por meio de gráficos a realidade atual sobre o tema. As demais informações encontradas foram tratadas de modo descritivo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Políticas públicas são instrumentos utilizados pelo poder governamental para formulação, planejamento e execução de ações propostas e posterior monitoramento dos resultados de incentivo ao desenvolvimento econômico e social de uma região considerando a participação da população a partir do planejamento participativo. DIAS (2003) defende que políticas públicas é uma cadeia de ações implementadas pelo poder público com vistas ao alcance dos anseios da população e estas de linhas de ação devem satisfazer o interesse e bem comum.

As Políticas Públicas constituem o conhecimento de necessidade pública, pois para que se formule uma política pública é necessário que haja dois elementos fundamentais: agenda e alternativa (Capella, 2018), logo, a agenda é a relação aos problemas ou questões específicas que estariam atingindo a uma população a alternativa, seria a prospecção do plano para aquela ação, ou seja, como solucionar as questões elencadas pela população.

A Política Nacional de Turismo, por meio do Decreto-Lei nº55, de 18 de novembro de 1966, criou também o Conselho Nacional de Turismo, a título de governança do turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

Na lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, no art. 5º, o PNT (2008) tem como alguns de seus objetivos a promoção, descentralização e regionalização do turismo incentivando os Estados, Distrito Federal e Municípios a implementarem o planejamento em seus respectivos territórios, das atividades relativas ao turismo, sustentavelmente; criação e execução de empreendimentos vinculados às atividades culturais, animação turística, entretenimento e lazer bem como demais atrativos em potencial que estimulam o tempo de estadia na localidade; o incentivo a adoção de ações e práticas de responsabilidade para com a conservação do meio ambiente natural, a partir da prática do turismo sustentável em áreas naturais; preservação da identidade cultural das comunidades locais e populações tradicionais que sofrem com os impactos ocasionados pela atividade do turismo; desenvolvimento e promoção dos segmentos turísticos; execução do inventário do patrimônio turístico nacional e suas devidas atualizações, dentre outras ações como a prevenção e combate à exploração sexual.

Ainda em seu texto tem-se destaque para as unidades de conservação em que o turismo deverá estar em conformidade com os objetivos das unidades de conservação, assim como também no plano de manejo. Em 2003, ocorreu a reestruturação do PNT e foi criado o Ministério do Turismo (Mtur), logo, o PNT foi substituído pelo PNT

2007-2010, o novo PNT foi estruturado em macroprogramas pautados na criação e implementação da Política Nacional do Turismo, delimitação e referenciais sobre a territorialidade turística brasileiras e o suporte e apoio técnico às ações e atividades fins do turismo.

A Política Nacional do Turismo (PNT) envolve a integração do governo federal, iniciativa privada e terceiro setor, através do Conselho Nacional do Turismo e do Ministério do Turismo. A reformulação do PNT 2013-2016 foi traçado seguindo orientações do Plano Plurianual 2012/2015 tendo como premissas atenção voltadas ao desenvolvimento econômico, social e erradicação da pobreza.

Para Silva (2011), além da PNT, o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), é um dos programas estruturantes balizadores das políticas públicas no turismo, no Nordeste a partir da gerência regional atrelada a organização descentralizada do setor turístico. Além disso, executam projetos que se relacionam com interesses da iniciativa privada, do setor turístico.

O PRODETUR Nacional tem como objetivo construir elementos que nortearão a consecução das metas do Plano Nacional do Turismo 2007-2010 e tem como objetivos específicos o crescimento da capacidade competitiva dos destinos turísticos do cenário nacional e a consolidação da política turística nacional, através da descentralização na gestão governamental e participativa com os demais âmbitos da administração pública, federal, estadual e municipal, dessa forma, para execução dos objetivos o PRODETUR Nacional incentiva o financiamento para projetos de desenvolvimento do turismo, assim, a atividade turística em Sergipe teve um aumento de 30%, em relação ao número de turistas, durante o intervalo de 1995 a 2000 e mais de 50%, no período entre 2000 e 2005, de acordo com dados coletados em 2005, disponíveis no documento técnico do polo Costa dos Coqueirais (2013).

No propósito para o desenvolvimento turístico sergipano, através da política estadual setorial de turismo, as regiões territoriais do estado foram nomeadas Polos, ou seja, áreas de planejamento. Essas áreas conforme a proximidade de atrativos em potencial para o turismo e distância foram definidas por porções pequenas e desse modo, cada porção apresenta um leque de opções para realização de passeios na natureza, ecológicos, culturais, aventura, lazer, fluviais e de negócios, são os 05 Polos: 1) Polo Costa dos Coqueirais: abrange os municípios situados no Baixo São Francisco, Leste Sergipano, na Grande Aracaju e no Sul Sergipano; 2) Polo Velho Chico: municípios situados no Alto Sertão e Baixo São Francisco; 3) Polo das Serras Sergipanas: abrange os municípios situados no Agreste Central; 4) Polo Sertão das Águas: abrange municípios do Centro Sul Sergipano e o Sul Sergipano 5) Polo dos Tabuleiros: abrange

municípios do Médio Sertão e Leste Sergipano. Logo, a pesquisa em foco delimitou-se em analisar os atrativos naturais, com potencial turístico para o segmento da terceira idade, nos municípios que compõem o Pólo Costa dos Coqueirais, de acordo com a figura abaixo.

Figura 04: Municípios que formam o Pólo Costa dos Coqueirais.



Fonte: Technum Consultoria (2011) in PDITS (2013).

Com base em Silva (2011), em Sergipe, a gestão do turismo se baseia por referenciais de demandas organizacionais de espaço, como o Plano Diretor Municipal, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo (PDITS), dividido por Polos turísticos, Plano de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Rio São Francisco, Plano de Desenvolvimento Regional do Estado de Sergipe (PDR Sergipe) e o Plano Estratégico do Governo de Sergipe, na versão atualizada 2015-2018.

Com vistas a alcançar o desenvolvimento regional descentralizado, proposta adotada pelo governo Federal, o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, Polo Costa dos Coqueirais (2013), tem como objetivo proporcionar a estrutura e o planejamento necessário de forma integrada preservando os aspectos peculiares e potenciais turísticos em cada local integrado ao Polo, de acordo com as premissas do desenvolvimento sustentável na atividade turística; e de promover a integração e o destaque nas segmentações turísticas de negócios e

eventos; de sol e praia e histórico-cultural priorizando a elevação da qualidade de vida da população permanente. O Polo Costa dos Coqueirais enfoca as principais vocações turísticas, já procuradas, respectivamente, em cada trecho integrado ao Polo visando a melhoria na estrutura dos locais, tendo em vista o aumento do tempo de visitação e permanência dos turistas.

O Costa dos Coqueirais tem também como meta promover a divulgação ampliando a capacidade de atração dos destinos integrados ao Polo para o aumento da demanda e consequente crescimento no número de pernites dos turistas nas demais áreas integradas ao Polo, visto que geralmente os turistas visitam em maior quantidade a área central, Aracaju. Com este fito, tem-se o propósito de estimular o crescimento e a desconcentração da atividade turística, com base na oferta de roteiros estruturados e integrados dos municípios integrados ao Polo, em razão da localização estratégica, condições econômicas, gama de serviços oferecidos e nível da procura turística.

Dessa maneira, espera-se que a partir do conjunto integrado de ações e investimentos em torno do Polo Costa dos Coqueirais a atividade turística proporcione cada vez mais fonte de renda e novos mercados de trabalho para contribuição da distribuição de renda e qualidade de vida da comunidade local, de forma mais equitativa.

A capital, Aracaju, funciona como porta de entrada do Polo Costa dos Coqueirais, juntamente com o roteiro das cidades históricas, denominado trecho área Central; no litoral Sul depara-se com roteiros voltados ao segmento do turismo de sol e praia, com a estrutura e equipamentos de serviços turísticos e no litoral Norte, tem-se a expectativa do aumento de fluxo de turistas no trecho, tendo em vista os investimentos destinados ao incremento na acessibilidade e infraestrutura, nos serviços da cadeia turística, com a ressalva ainda da necessidade de se consolidar um modelo de gestão e desenvolvimento turístico continuado no trecho.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), documento técnico Polo Costa dos Coqueirais (2013) o governo sergipano em parceria com a Universidade Federal de Sergipe, em 2007, ordenou o Estado em oito territórios de acordo com preceitos econômicos e produtivos, geoambientais, sociais, político-institucionais e também culturais denominando-os assim: Alto Sertão Sergipano, Baixo São Francisco Sergipano, Leste Sergipano, Médio Sertão Sergipano, Agreste Central Sergipano, Grande Aracaju, Centro-Sul Sergipano e Sul Sergipano.

O PDR Sergipe (2017), contrato nº 216031, do Projeto de Cooperação Técnica (PCT) BRA/IICA/09/003- Consolidação das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional, é um dispositivo para o alinhamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

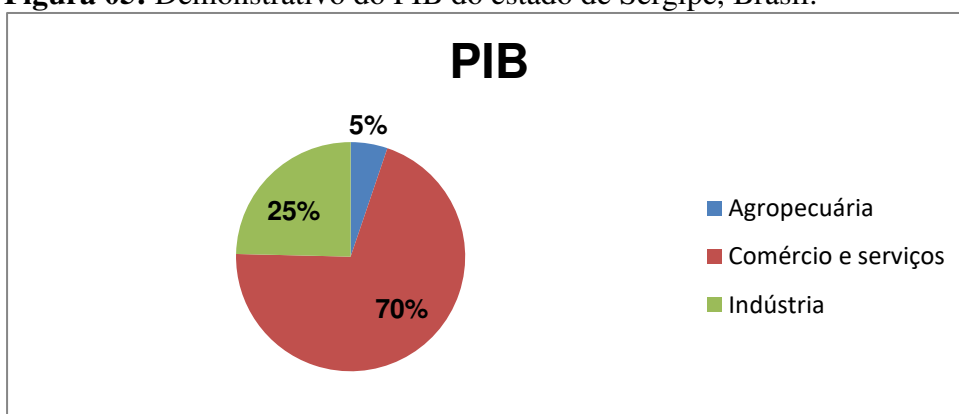
em Sergipe, cujo objetivo é traçar diretrizes estratégicas para promoção do desenvolvimento de longo prazo no estado, com ênfase dada aos locais menos favorecidos, com um viés voltado para a impulsão do potencial endógeno de desenvolvimento e inclusão de suas características culturais, sociais, econômicas e ambientais.

Dessa forma, o Plano de Desenvolvimento Regional do Estado de Sergipe (2017) visa também o alcance da equidade na atenuação das desigualdades espaciais dos níveis de renda e vida, com foco para valorização da diversidade, oportunidades, potencialidades locais e regionais para construção de uma nova realidade em torno do desenvolvimento dos territórios sergipanos.

Existem vários programas elencados, tais como o Programa de Aquisição de Conteúdo Local, para produtos e serviços; Programa Sergipano de Desenvolvimento (PDSI); Políticas para o Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs); Programa de Apoio ao investimento dos Estados (PROINVESTE) e operações financeiras através do Banco do Nordeste (BNB) e do Banco do Estado de Sergipe (BANESE).

O IBGE (2016), *apud*, PDR Sergipe (2017), informou que, em Sergipe, 70,1%, o correspondente ao aporte de R\$ 23,6 bilhões, do Valor Adicionado Bruto (VAB) foi captado em razão da cadeia de serviços como comércio, administração pública, atividades imobiliárias e outras atividades, enquanto, 24,6% foi gerado pela indústria extrativista mineral, eletricidade, gás, água e construção civil e 5,2% a partir da agropecuária, dessa forma, o Produto Interno Bruto (PIB) foi de R\$ 37,472 bilhões, conforme a figura 05.

Figura 05: Demonstrativo do PIB do estado de Sergipe, Brasil.



Fonte: PDR SERGIPE (2017).

De acordo com a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe CODISE, o estado sergipano é delimitado por duas rodovias federais, a BR-101, perpassando no sentido Sul-Norte e a BR-235, no sentido Oeste-Leste interligados às rodovias federais, as rodovias

estaduais do sistema viário, com 5.326 km de estradas, com a linha Verde dispondo de paisagem ecológica e natural, estrada litorânea, destinadas somente a veículos de passeios, em local protegida pelo IBAMA, no trecho que interliga os estados da Bahia e Sergipe. No tocante o sistema ferroviário no estado, já privatizado e gerenciado pela empresa Férrea Centro Atlântico S.A, operado apenas para o transporte de cargas e conecta Aracaju às capitais vizinhas, Salvador, Maceió e Recife.

De acordo com a CODISE, a estrutura portuária tem seu cais de acostagem implantado a 2.400 metros da linha da costa, com um quebra-mar com 550 m de comprimento, porto de uso misto, para deslocamento de granéis e cargas operado pela Companhia Vale do Rio Doce, em Barra dos Coqueiros, situado à 15 km da capital sergipana, já a estrutura aeroportuária no aeroporto de Santa Maria, em Aracaju, conta com pista de pouso com capacidade para receber qualquer aeronave comercial.

Ainda de acordo com o portal da CODISE, o estado de Sergipe tem uma média de crescimento industrial maior do que a do Nordeste e a nível nacional, uma vez que foram empreendidos a partir de 2007, mais de 90 instalações industriais em razão dos recursos promovidos através do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI) totalizando cerca de mais de R\$ 600 milhões de recursos aplicados.

De acordo com informações relacionadas no documento do Plano de Desenvolvimento Regional do estado de Sergipe, o PDR Sergipe (2017), Sergipe situa-se estrategicamente entre grandes estados de alto poder de mercado como Bahia e Pernambuco, assim, o turismo é citado como recurso de alta potencialidade para utilização das políticas de apoio e incentivo ao desenvolvimento socioeconômico e territorial e pelas políticas de impulsão a produção rural e agricultura familiar, porém, o estado apresenta dificuldades em função da limitação do tamanho de mercado, por apresentar também pequeno potencial de competitividade no setor empresarial e insipiente estrutura portuária.

O PDR Sergipe (2017) apresentou resultados de estudos realizadas através de oficinas participativas sobre discussão do diagnóstico que foram alinhados em eixos temáticos: a) comércio e serviços; b) indústria; c) agronegócio e desenvolvimento rural; d) turismo, para elaboração do Diagnóstico Situacional Participativo e Cenários Alternativos, do PDR Sergipe (2017).

Segundo o PDR Sergipe (2017), 60% das pessoas contactadas manifestaram otimismo em relação ao futuro, do ponto de vista socioeconômico e 40% demonstraram-se pessimistas. As que se manifestaram otimistas em relação ao futuro do estado apontou para os campos de grau de desenvolvimento, campos sociais, econômicos e ambientais em relação à realidade do

nordeste; crescimento e consolidação da cadeia produtiva leiteira e o crescimento industrial, energético e mineral; além de uma melhora no campo educacional e do ponto de vista dos pessimistas foram considerados o alto grau de dependência econômica; atraso permanente comparado aos estados consolidados economicamente, problemas ambientais com resíduos sólidos, aterros e secas, além da devastação da produção da base rural, a destruição de culturas tradicionais.

Dentre as sete diretrizes do PDR (2017), 37 programas e 150 projetos/ações tem-se a diretriz “Turismo Sustentável baseado na cultura e riqueza natural”, com 04 programas e 19 projetos/ações, com vistas para uma cadeia de operações e atividades para o crescimento turístico, com base na sustentabilidade do turismo, com interação as manifestações culturais sergipanas.

De acordo com o Diagnóstico Situacional Participativo e Cenários Alternativos, do PDR Sergipe (2017), o turismo foi eleito como segmento de maior potencial para o desenvolvimento de Sergipe, como elemento de maior expectativa, seguido da Indústria e agropecuária, segmentos estes adotados atualmente como segmentos principais, muito embora o turismo atualmente tenha pequena relevância no produto bruto da economia sergipana, um indício claro é a inserção de dados oficiais relacionadas ao turismo dentro da nomenclatura do comércio e serviços ou em subgrupos como “outros setores e atividades”.

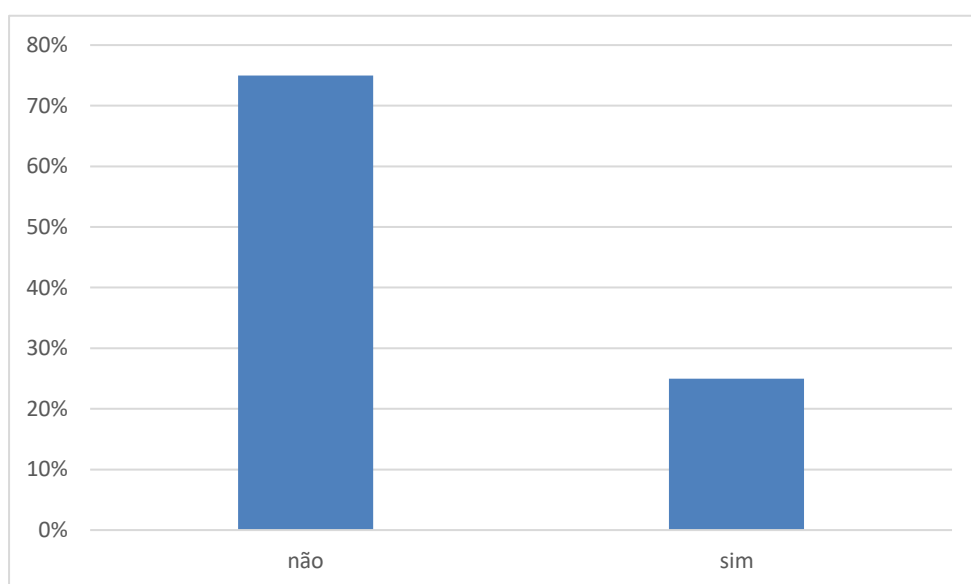
Com vistas ao resultado do levantamento do PDR Sergipe 2017, o turismo foi elevado pelas pessoas pesquisadas como setor de maior potencial para o desenvolvimento regional, desse modo, segundo dados do levantamento, para implantação do potencial desse setor é necessário elencar dois eixos de relevante atuação: a) estruturação da governança e o levantamento do potencial turístico; b) amplificação das atividades relacionadas ao turismo, com ênfase nos atrativos identificados, os atrativos naturais e culturais. Nesse ínterim, o foco para natureza e cultura é imprescindível desde que sustentados em bases que garantam a permanência dos atrativos turísticos, com vistas ao benefício da qualidade de vida da população.

Essa dinâmica entre os atrativos naturais e culturais pode oferecer ao turista opções variadas de modo que o turista não sinta necessidade de visitar estados vizinhos, para complementação de sua rota turística, já que geralmente muitos da demanda turística visitam Sergipe como ponte entre os estados fronteiriços, Alagoas e Bahia, tradicionalmente consolidados turisticamente. Para que este cenário turístico em Sergipe se transforme é necessário ainda o engajamento entre roteiros com a capacitação dos profissionais atuantes na cadeia turística e embora Sergipe esteja ainda aquém do que se espera em termos de projeção nacional, possui alto potencial vinculado aos atrativos existentes.

Foram encontrados 29 documentos oficiais dos quais 16 deles enquadraram-se nos critérios metodológicos de inclusão pré-estabelecidos: 03 leis (nº 7.950, 29/12/2014, nº 4.826, 16/05/2003 e nº 22.006, 2003) 10 relatórios anuais de atividades do Governo de Sergipe (2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 27) e 03 planos (desenvolvimento regional de Sergipe 2017, Nacional de Turismo 2018-2022 e o de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (2013) que estão relacionados ao objeto de estudo.

Com relação à abordagem de atrativos naturais podemos observar que 75% (n.12) não destacam ou fazem referência a questões ambientais, turismo e terceira idade. No entanto, 25% (n.04) destacam aspectos quanto à implantação de ações para o melhoramento do turismo ambiental em Sergipe, bem como a construção e/ou reforma de espaços públicos de modo a propiciar melhor apoio à atividade turística. A figura 06 destaca o percentual (%) de documentos oficiais que abordam acerca dos atrativos naturais (praias, cachoeiras, parques, etc) Sergipano, 2018.

Figura 06: Percentual (%) de documentos oficiais que abordam acerca dos atrativos naturais Sergipano, 2018.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

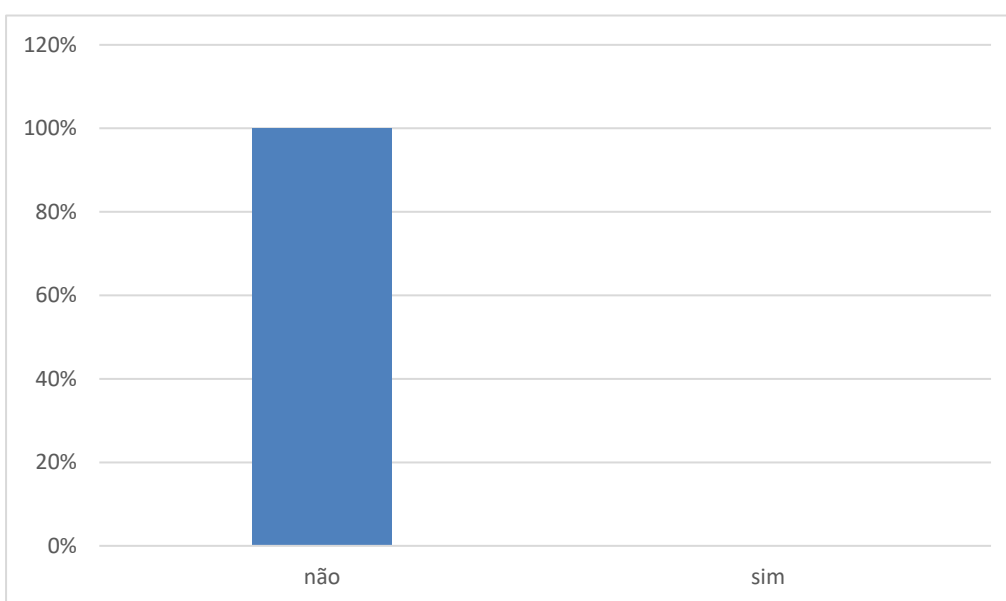
Embora, tenha-se obtido esse resultado percebe-se o interesse dos gestores dos Ministérios do Turismo e do Meio Ambiente quanto à utilização dos atrativos naturais brasileiros não somente com a finalidade econômica uma vez que em fevereiro de 2017 ocorreram reuniões entre os gestores das duas pastas para discutirem a realização de um plano estratégico e o desenvolvimento de estudos de viabilidade técnica-ambiental dos parques nacionais que poderiam por meio de investimentos em infraestrutura receberem turistas de todo

mundo. Haja vista que para eles o turismo é uma das atividades que possuem potencial na preservação e conservação ambiental BRASIL (2017).

Em nível estadual, de acordo com os relatórios governamentais de 2008 a 2017 verificados, observou-se nenhuma divulgação no tocante às ações e resultados das políticas públicas voltadas à sustentabilidade do turismo em Sergipe para a terceira idade e sua viabilidade na região.

No que diz respeito à abordagem dos atrativos naturais especificamente para o público da terceira idade observou-se que 100% (n.16) não mencionam aspectos quanto a esta questão como pode ser observado na figura 07. Abordagem turística ambiental dos atrativos naturais para terceira idade em Sergipe.

Figura 07: Abordagem turística ambiental dos atrativos naturais para terceira idade em Sergipe, 2018.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Pesquisa desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), demonstra a realidade do envelhecimento populacional em muitos países e destaca que no Brasil houve um aumento de 18% do quantitativo de idosos do ano de 2012 (25,4 milhões) para o ano de 2017 ultrapassando os trinta milhões.

Nesse sentido, não somente ocorreram mudanças consideráveis quanto ao fato de envelhecer, mas também com relação à mão de obra, a concentração de grande parte da renda familiar e ao tempo livre que este público possui para realização de atividades turísticas que proporcionam melhor qualidade de vida. Sena, González e Ávila (2007) destacam que este

segmento de mercado possui um nível intelectual e cultural elevados diferentemente de outras gerações passadas, o que se materializa pela exigência de melhores serviços de cunho social e turístico.

Santos e Bertoldi (2012) corroboram com a pesquisa e revelam que a atividade turística garante inúmeros benefícios não somente no ramo financeiro e econômico, como também a população da terceira idade que acabam realizando atividades físicas, lúdicas e recreacional sendo as mesmas consideradas como uma “válvula de escape” essencial para satisfazer novas demandas dessa fase da vida.

Diferentemente do que acontece, mesmo que de modo sucinto, em outros estados existe a valorização dos aspectos ambientais e do público na faixa etária de 60 anos em diante, de forma integrativa, no entanto nesta pesquisa não foram notadas ações pontuais para terceira idade em nenhum dos documentos analisados, o que revela uma fragilidade em relação à utilização dos atrativos naturais sergipanos, além disso não é observado o apoio e desenvolvimento de ações voltadas para o público da terceira idade estadual nem tampouco dos demais estados e países.

Por meio desse resultado, podemos observar um desafio a ser superado, haja vista que em nenhum dos 16 documentos oficiais inexistem iniciativas quando a estruturação e desenvolvimento de planos estruturais participativos em que ocorram o fortalecimento de ações que reforcem o turismo estadual tendo em vista a valoração ambiental e os diversos segmentos turísticos que impulsionam esse setor.

Portanto as duas hipóteses mencionadas nesta pesquisa “ 1. As políticas públicas de turismo abordam atividades turísticas voltadas ao meio ambiente e valorização do segmento da terceira idade; 2. No estado de Sergipe os documentos oficiais refletem as necessidades de preservação da natureza e da valorização do público da terceira idade para o desenvolvimento dos atrativos naturais do Estado”, não foram validadas segundo a análise documental apresentados nos resultados.

Pensar em turismo para terceira idade requer mudanças legislativas, aperfeiçoamentos locais e estruturais, que visem oferecer melhores condições ambientes e turísticas. Por sua vez o uso de atrativos naturais como parques nacionais ou até outros ambientes requerem melhorias no acesso, assistência turística por parte de pessoas que possuam um conhecimento aprofundado sobre cada demanda ofertada, aspectos de saúde como desenvolvimento de pontos de apoio a saúde, bem-estar e primeiros socorros que garantam o suporte necessário a cada tipo de atividade e segmento.

Em estudo realizado por Fromer (2003) constatou-se que o turismo com foco para os atrativos naturais possui inúmeros benefícios e ultrapassa a realização da contemplação ambiental de modo meramente passivo com roteiros e horários pré-determinados para um fenômeno proporcionador de experiências inovadoras em que o aumento da autoestima e a realização pessoal se fazem presentes.

No tocante às ideias principais relacionadas aos aspectos turismo, meio ambiente e terceira idade a Lei nº 7.950, 29/12/2014 destaca que o planejamento e desenvolvimento da política estadual de turismo deve ser de forma compartilhada com outras entidades, sociedade civil e órgãos da administração estadual e municipal, os quais serão responsáveis a realizarem atividades que fortaleçam e ampliem os aspectos turísticos, seja por meio de eventos que visem a divulgação de potencialidades a nível estadual e ou local, como também a profissionalização e a capacitação de pessoal para o trabalho com o turismo ambiental.

Para implementação da política de turismo é necessário a gestão descentralizada nos âmbitos nacional, regional e local, haja vista a necessidade de debates e uma construção participativa, em que a comunidade local deve ser consultada.

Nota-se que em algumas publicações a exemplo do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, publicado em 2004, e posteriormente configurado como política pública de turismo para todo o territorial nacional ratifica-se a importância da descentralização e regionalização de ações principalmente voltadas ao alcance de metas de cunho meramente socioeconômico (Ministério do Turismo, 2013).

Na Lei nº 22.006 de 2003 notou-se a exposição apenas da necessidade de tornar acessível o patrimônio natural e cultural do estado. No entanto, o Plano Nacional de Turismo 2018-2022 faz referência ao turismo atrelado à preservação ambiental e manutenção dos recursos naturais (natureza) por meio da sustentabilidade no turismo, mesmo que sucintamente.

Oliveira, Minasse e Marques (2015) corroboram na discussão e salientam a importância de se prescrever o desenvolvimento sustentável desses atrativos turísticos nos planos de atividades e gestão pública, a título de planejamento estratégico para a fruição e manutenção dos atrativos turísticos selecionados como destinos turísticos.

Nesse sentido, desenvolvimento sustentável turístico ou turismo sustentável é, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), o atendimento das necessidades de fruição dos turistas, bem como as socioeconômicas dos destinos turísticos, os que são receptores considerando a preservação cultural em sua integridade e a preservação integral dos ambientes naturais, em sua diversidade biológica.

Nota-se assim, a importância do turismo sustentável como ferramenta de gestão no usufruto dos recursos naturais no turismo de massa, com vistas ao planejamento e gestão atentos aos aspectos ambientais, culturais e sociais para atenuar ao máximo os impactos decorrentes da atividade com a participação ativa dos moradores locais inseridos na cadeia econômica e social da atividade.

O relatório de atividades do governo do ano de 2010 da EMSETUR evidenciou o fomento ao turismo direcionado ao público da terceira idade, em parceria com o Ministério do Turismo (MTur) e com a Associação da Melhor idade de Sergipe. Porém, apenas nos relatórios anuais de atividades 2013 e 2014 foi observada a continuidade deste aspecto, destacando o lançamento do Programa Viaja Mais Melhor Idade elaborado para propiciar ao público acima de 60 anos, aposentados e pensionistas pacotes de viagens com desconto e vantagem para todo Brasil. Os demais documentos analisados não faziam referência à temática abordada.

Arelado aos atrativos já existentes no estado o turismo de lazer é bastante realizado e validado pelas entidades competentes ligadas ao ramo como o segmento mais procurado, faz-se necessária então a implementação de projetos pedagógicos que adotem o lazer com outro olhar ao que corriqueiramente é praticado sob uma concepção utilitarista, visto como entretenimento, difundido de forma contumaz nos canais midiáticos e agências de viagens.

Até antes da extinção da festa pré-carnavalesca, o Pré-Caju, as grandes festas promovidas em Aracaju, tanto o Pré-Caju como o Forró-Caju eram utilizados como grandes alvos de projeção midiática em torno do destino Sergipe, mas tendo em vista a crise econômica atual do cenário brasileiro, o governo estadual se viu na necessidade de se readequar às prioridades e necessidades do momento, sendo assim, pode-se discutir o lazer como canal de práticas sociais viabilizadoras da valorização dos atrativos naturais e culturais no estado, bem como da vivência social propícios ao segmento da terceira idade.

Segundo o PDR Sergipe (2017), o estado de Sergipe ainda não estabeleceu Arranjos produtivos locais APL consolidados no ramo turístico e isto dificulta o fortalecimento do turismo nos seus diversos setores e ramificações para o estabelecimento e execução efetivos dos programas de: estruturação da atividade; comunicação ao turista (divulgação, acesso e sinalização); expansão das atividades com atenção às potencialidades naturais e culturais e o implante do corredor turístico do litoral norte, para a valorização dos atrativos naturais e culturais como eixos de crescimento para o turismo, com respectiva adequação da infraestrutura, suporte e comunicação ao turista, também elencados no PDR Sergipe (Sergipe).

Assim, no decorrer das atividades do presente estudo constatou-se o despreparo e falta de estrutura de comunicação para suporte ao turista, tanto dos números de telefones das

entidades vinculadas ao ramo como SETUR e EMSETUR que nem sempre é possível contactá-los e com isso houve dificuldade na pesquisa documental, inclusive de acesso aos portais virtuais mantidos pelos órgãos governamentais, muitos deles, desatualizados. Essa problemática no acesso aos materiais de divulgação turística no estado interfere diretamente no estímulo ao interesse do turista em potencial pela busca do destino Sergipe. E por este viés, dificulta-se muito mais o acesso prático e qualificado a demanda da terceira idade, vez que requer atendimento e gama de serviços qualificados para este público.

Visando facilitar o acesso do turista em potencial às informações do destino Sergipe, o governo lançou o aplicativo “Descubra Sergipe”, uma vez que os canais digitais são hoje ferramentas de divulgação importantes e na primeira verificação por parte da presente pesquisadora, em 1º de novembro de 2017, foi observado que no campo superior do portal, no ícone “eventos” consta somente uma publicação, antiga, datada de 29 de julho de 2016, fazendo menção ao Festival do Caranguejo naquele ano; a publicação da relação de hotéis listados no campo “Onde ficar?” está também desatualizada, datada de agosto de 2016; no campo “Notícias”, constam ainda e também, notícias relacionadas ao ano de 2016.

Isso mostra um descaso institucional em relação a ações de comunicação e suporte ao turista no estado, pois se a informação digital como ferramenta de acesso ao turista não é disponibilizada de forma eficaz e atualizada, as repercussões advindas do empenho governamental na promoção de feiras, campanhas e de encontros em outros estados se reduzem, para fins práticos, no que se refere ao turista que busca individualmente informações sobre o destino Sergipe.

Dentre as diretrizes, no PDR Sergipe (2017), existe também a diretriz “Meio Ambiente” foi verificada então a necessidade do alinhamento entre políticas públicas estaduais e federais, pois sob a ótica do sergipano, ainda de acordo com o plano governamental a seca atua como um gargalo, pois é considerada o marco restritivo ambiental ao desenvolvimento. Dessa forma, a sociedade exige esforços governamentais no propósito de promover melhores condições de convivência com o cenário natural.

No contexto turístico nos locais interioranos a estrutura ainda é incipiente, sobretudo, no tocante às propostas de estruturação de turismo sustentável, uma vez que é necessária essa implantação. A proposta do turismo sustentável é de viabilizar e equalizar os meios e ferramentas entre as interfaces sociais e naturais propondo a preservação do meio natural.

Segundo o Portal Brasil (2016), 28 milhões de pessoas com faixa etária acima de 60 anos já perfazem 13,7% de toda população brasileira considerando o crescimento da expectativa de vida, dessa maneira, a mobilidade é uma temática relevante quando se trata de propiciar

qualidade de vida a todos usuários e, em especial, os usuários com idade acima de 60 anos, assim, nota-se a necessidade do Estado em adotar medidas cuja temática esteja inserida também nos projetos de políticas públicas.

No que diz respeito à infraestrutura, segundo a ENDEAVOR Brasil (2016), Aracaju alcançou a classificação em 15º e Salvador, em 19º, neste aspecto, a palavra da vez é a conectividade, ou seja, o transporte interurbano: conectividade de rodovias (em km), números de passageiros em voos diretos, distância ao porto mais próximo (em km); e condições urbanas: % da população com acesso a internet rápida, índice de fluidez do trânsito, preço médio do m², taxa de homicídios (para cada 100 mil habitantes) e custo médio de energia elétrica.

Ainda segundo o respectivo estudo, Índice de Cidades Empreendedoras- ICE (2016), a infraestrutura das cidades mais bem conectadas têm como características condições internas excelentes, pois geralmente são pequenas, centrais e em função disso estão bem conectadas e destas 15 primeiras cidades bem colocadas no aspecto infraestrutura, somente três cidades têm mais de 1 milhão de habitantes, a exemplo de São Paulo, Campinas e Curitiba sendo que somente uma cidade não está situada no sudeste ou sul, a cidade Aracaju, situada no nordeste, em 15º no ranking considerado este pilar da infraestrutura.

Com isso, nota-se a ausência de estrutura consolidada para o segmento do turismo a pessoas da terceira idade considerando a ausência de medidas específicas e eficazes relacionada este público que requer qualidade e praticidade nos serviços prestados, na iniciativa pública e privada.

Os dados apresentados na pesquisa de demanda não contemplaram os demais municípios que compõem a porção do Polo Costa dos Coqueirais, tendo como foco principal a capital Aracaju, onde ocorrem os principais eventos e estão os atrativos turísticos mais vendidos, além de contar com toda estrutura logística e hoteleira concentrada em sua maior parte na cidade, pois os municípios interioranos carecem de maior atenção e respaldo no tocante aos serviços turísticos, equipamentos e infraestrutura básica, além da prestação dos serviços públicos.

Segundo a pesquisa de demanda turística comentada no PDTIS, quase todos os itens avaliados pelos turistas referentes aos demais municípios do polo foram avaliados negativamente, além dos próprios roteiros trabalhados pelas agências que não estimulam uma vivência mais aprofundada com os cenários e atrativos das regiões, a exemplo da Foz de São Francisco e Mangue Seco, pois todos os passeios geralmente não incluem pernoites nos pacotes direcionados aos demais municípios do Polo Costa dos Coqueirais.

De acordo com a pesquisa realizada pela SEPLAG, nota técnica nº 01/2017, “Pesquisa de serviços de hospedagem em 2016: um recorte dos dados no estado de Sergipe”, no ano de 2016, existiam 285 estabelecimentos de hospedagem no estado com um total de 9.340 unidades habitacionais, dentre suítes, quartos e chalés, bem como 21.719 leitos. Dentre os estabelecimentos 48,4% estão as pousadas; 29,1%, hotéis e 18,9% de motéis, já as pensões, apart-hotéis e albergues turísticos totalizam 3,6%. Este levantamento realizado pela SEPLAG se baseou em dados coletados pelo IBGE e verificaram que as pousadas são a maioria, na região nordestina, enquanto em relação ao cenário geral do país, os hotéis atendem o correspondente a 47,9%, enquanto as pousadas, equivalem a 31,9% e os motéis, 14,2%. Sergipe conta com cerca de 33 unidades habitacionais por estabelecimento de hospedagem com média acima do considerado nacionalmente e na região nordeste, pois varia entre 32 e 30 unidades.

Ainda com base na pesquisa, nota técnica nº 01/2017/SEPLAG, o estado possui 76 estabelecimentos de hospedagem, considerada superior à média da região nordeste, média de 73 leitos. Assim, dos anos de 2011 a 2016 ocorreu um acréscimo de 17,9% no quantitativo de estabelecimentos de hospedagem e dentre as capitais nordestinas, Aracaju atingiu a 3ª classificação, abaixo de Teresina, com 38,8% e Maceió, com 21,7%.

Já no tocante às unidades habitacionais, Aracaju cresceu em 26,4%, atingindo a 2ª classificação em relação aos municípios nordestinos, abaixo de João Pessoa, com 36,1% e com relação ao número de leitos a capital sergipana se destaca como o município que mais cresceu, com 26,6%.

De 2007 a 2011 estudos foram realizados para composição do plano revisado Polo Costa dos Coqueirais (2013), tendo como base, informações secundárias coletadas pela EMSETUR, Ministério do Turismo e por meio de pesquisas primárias e assim, de acordo com dados extraídos da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNRH, bem como através do Boletim de Ocupação Hoteleira – B.O.H, fichas estas preenchidas por hóspedes nos estabelecimentos de hospedaria foi possível verificar um quadro estatístico referente à taxa de ocupação, permanência média e fluxo turístico. Os números alcançados não ensejam o universo total dos estabelecimentos de hospedagem na capital Aracaju, como no que diz respeito ao total de unidades hoteleiras cadastradas em Aracaju e no Estado.

Os dados verificados na pesquisa de mercado hoteleiro, nos anos de 2008, 2009 e 2010 foram: em 2008, pesquisou-se 26 unidades hoteleiras que corresponderam a aproximadamente 16,56% de um universo de 157 estabelecimentos cadastrados no Estado; em 2009, foram pesquisados 29 estabelecimentos que representaram 16,67% de um total de 174 estabelecimentos de hospedagem e em 2010, foram pesquisados 30 unidades hoteleiras que

corresponderam à 16,85% do universo total de 178 estabelecimentos cadastrados no Estado; no que concerne às unidades habitacionais e diante desta amostra validada concluíram que em 2008, foram pesquisados 36,59% do número total de estabelecimentos cadastrados; em 2009, pesquisaram o equivalente a 34,98% do número total de estabelecimentos cadastrados e em 2010, o correspondente a 35,98% da capacidade total de estabelecimentos instalados. Essas informações respaldaram o diagnóstico confeccionado referente ao entorno turístico, em maior parte da capital Aracaju.

Conforme análise do estudo realizado pelo Plano Polo Costa dos Coqueirais (2013), observou-se a dificuldade na coleta de registros históricos dos 13 municípios que compõem a porção Costa dos Coqueirais, tendo em vista que a capital é o município que comporta quase toda concentração de equipamentos turísticos e unidades hoteleiras do Estado. Verificou-se que o visitante que chega em Sergipe tem geralmente a intenção de concentrar o roteiro turístico na própria capital e nesta é que geralmente são adquiridos os pacotes individuais ao Delta do São Francisco (SE), Mangue Seco (BA) e cidades históricas como São Cristóvão e Laranjeiras, justificando o número reduzido de pernites nos demais municípios que não a capital.

Pesquisa de demanda turística realizada em 2011 e comentada no PDITS Costa dos Coqueirais (2013) no tocante ao tipo de hospedagem revelou que maior parcela de turistas que visitam Sergipe tem preferência por hospedar-se na casa de familiares e amigos, 48,5%, ao passo que 32,5% usufruíram da prestação de serviços oferecidos pelos hotéis e pousadas. Enquanto, 11,4% são de turistas que geralmente alugam imóveis como casas e apartamentos para curtos períodos de permanência. Esses dados foram confrontados com dados antigos apresentados pelo PDITS 2001/2003 em que na época apontava o turismo do lazer como segmento turístico de maior motivação, uma vez que correspondeu a 89%.

A estrutura hoteleira dos municípios reunidos na porção Costa dos Coqueirais está concentrada na capital, pois de acordo com a pesquisa feita pelo respectivo plano do Polo, de 2005 a 2011 Aracaju possuía 43 hotéis, 88 pousadas e um camping, com um total de 132 estabelecimentos enquanto nos demais municípios do mesmo Pólo havia apenas 6 hotéis e 26 pousadas, dentre os quais, não dispõem de registros e dados sobre fluxo de hospedagem, visto que não colocaram como prática o uso e a exigência do preenchimento pelo hóspede, da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNRH, para fins de cálculo de taxa de ocupação hoteleira, logo não existem dados para avaliar a taxa de ocupação e variação do tempo de permanência do fluxo turístico hoteleiro nos municípios interioranos do Polo. Ato contínuo, verificou-se pequena variação na taxa de ocupação hoteleira na capital, Aracaju, de 2005 a 2011, cuja taxa de ocupação manteve-se em 50%. Maior taxa verificada foi no mês de janeiro, de 75 a 80% de

taxa ocupação enquanto nos demais meses foram atingidas pequenas oscilações de 50 a 60%. Vale ressaltar também que as informações coletadas em 2011 se restringiram aos meses de janeiro a julho.

Tabela 01. Ocupação Hoteleira – Aracaju - Janeiro a Dezembro - 2005 a 2011

Mês	% de Ocupação Hoteleira							Variação
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2010/2011
Janeiro	77,7	81,9	72,6	74,1	78,5	77,0	77,0	0,00
Fevereiro	56,9	63,8	56,1	59,9	59,9	50,8	53,3	4,92
Março	55,8	62,5	54,7	58,6	50,8	49,7	48,5	-2,42
Abril	54,4	62,0	56,1	59,4	47,3	53,9	50,1	-7,06
Mai	50,5	62,5	62,4	49,9	42,9	44,3	44,1	-0,46
Junho	54,1	57,6	61,9	63,8	52,1	53,1	53,8	1,32
1º Semestre	58,2	65,1	60,6	61,0	55,3	54,8	54,5	-0,61
Julho	61,4	62,5	59,4	60,2	53,1	50,3	57,2	13,72
Agosto	50,0	55,2	50,6	53,2	43,8	47,2	-	-
Setembro	53,6	63,9	54,9	59,6	49,2	58,2	-	-
Outubro	60,5	57,7	57,5	57,4	56,3	57,0	-	-
Novembro	61,1	57,4	62,4	62,4	56,2	60,5	-	-
Dezembro	62,6	57,2	55,9	56,4	52,7	56,7	-	-
2º Semestre	58,2	59,0	56,8	58,2	51,9	55,0	56,0	-
Total Anual	58,2	62,0	58,7	59,6	53,6	54,9	55,2	-

Fonte: Boletim de Ocupação Hoteleira. - B.O.H./Hotéis / PDITS Costa dos Coqueirais (2013)

De acordo com o PDITS (2013), no tocante à permanência média do visitante nos estabelecimentos de hospedagem, nos anos de 2007 a 2010, o menor tempo médio atingido foi no mês de agosto de 2007, com um tempo médio de 2,36 dias e a maior média alcançada foi no mês de fevereiro de 2009, com 3,35 dias e com relação aos demais períodos do ano a oscilação verificada foi pouco relevante, assim, o período da alta estação, concentrado nos meses de janeiro e fevereiro geralmente favorecem o aumento do tempo de permanência do turista em Aracaju, com uma média de 03 dias. Importante frisar que quando ocorreu aumento no fluxo de turistas, em determinada época do ano, isso não implicou no aumento do tempo médio de permanência do turista, no local, em Aracaju, pois a média vem sendo mantida.

A referida pesquisa, no PDITS (2013), sobre o tempo médio de permanência nos estabelecimentos de hospedagem em Aracaju também considerou fatores e níveis de influência diretos e indiretos sobre o fluxo turístico como o grau de atratividade do local turístico e o interesse do mercado nacional sobre o destino sergipano, considerando o custo e benefício no momento da escolha pela localidade; além da concorrência com produtos turísticos consolidados no mercado nordestino como Salvador, Maceió, Recife e João Pessoa.

Esta discrepância na competitividade turística de Sergipe em relação às demais cidades nordestinas sempre foi um grande problema a julgar pela fraca infraestrutura e o incipiente

apoio logístico na estrutura turística, em cadeia como hotéis, restaurantes, eventos, sinalização turística e carência de agentes profissionais mais qualificados, nos municípios interioranos, em especial.

Para o cálculo do número de pernoites, no estudo realizado, segundo o Plano Costa dos Coqueirais (2013), foi relacionado o fluxo de demanda turística ao tempo de permanência na cidade Aracajuana, tendo como parâmetro o número total de pernoites no primeiro semestre, no período referencial entre 2005 e 2011, assim, foi obtido um acréscimo de 31,53%, ao passo que no encerramento de cada ano no mesmo período houve decréscimo de 27,82% no total de pernoites.

É notório também o baixo número de pernoites nos demais municípios do Polo, tendo em vista a infraestrutura a exemplo do transporte, estradas, apoio logístico e saneamento que são incipientes ou digamos até, precários em termos de qualidade e de manutenção desses equipamentos turísticos disponíveis nas localidades do interior.

Ainda segundo o PDITS Costa dos Coqueirais (2013), para se ampliar as possibilidades de fidelização do público, bem como para captação de variados perfis de turistas no estado foi realizado o estudo do público alvo dos destinos turísticos do estado, ou seja, foi verificado o perfil do turista que visita Aracaju e os municípios do Polo Costa dos Coqueirais. Essa análise foi elaborada com base na pesquisa de Demanda Turística, realizada pela EMSETUR, em 2011 e alguns dos elementos analisados foram: gênero, faixa etária, estado civil, escolaridade, profissão, ocupação, motivação da viagem, companhia na viagem, tipo de hospedagem escolhido e utilização ou não de serviços de agências de viagens. Os resultados foram os seguintes quanto às questões de gênero, faixa etária, escolaridade, profissão e ocupação, ainda segundo o PDITS (2013):

- Gênero: predominância do sexo masculino, com variação dos anos de 2008 à 2010, respectivamente, de 73,89%, 75,67% e 77,04%, portanto, segundo a pesquisa de demanda turística aplicada pela EMSETUR, em 2011 apontou que o sexo masculino atingiu 50,7%.
- Faixa etária: No ano de 2010 o somatório as faixas, de 26 a 30 anos e 31 a 35 anos somaram 20,23% e a maior preferência foi o segmento do ecoturismo e turismo de aventura; as faixas de 36 a 40, de 41 a 45, de 46 a 50 anos e de 51 a 55 anos somaram 32,17%; a faixa de 56 a 60 anos e acima de 60 anos representaram 39,84% do total e se enquadraram na preferência pelo turismo de negócios e turismo de lazer em se tratando de um perfil que geralmente já adquiriu estabilidade financeira.

- Escolaridade: Nível básico, 3,9%; fundamental, 8,1%; ensino médio, 30,3%; superior incompleto, 19,2%; superior graduado 31,8% e pós-graduação, 6,8%;
- Profissão: As profissões dos turistas que mais apareceram na pesquisa de demanda turística, aplicada pela Emsetur, em 2010, foram os engenheiros, administradores e advogados, seguidos de comerciantes, tecnólogos, gerentes e consultores/assessores tornando a perceber a razão da viagem ocasionada em função de negócios e eventos;

Ocupação: Em 2011, o cenário apresentado foi: Assalariado registrado, 29,3%; assalariado não registrado, 4,6%; autônomos, 6%; funcionário público, 13,5%; estudante, 11,2%; aposentado, 17,4%; dona de casa, 9%; profissional liberal, 3,8%; empresário, 4,4% e desempregado, 0,9%;

Esses dados estão representados na tabela abaixo:

Tabela 02. Ocupação dos perfis dos turistas

Ocupação	Nº.	%
Assalariado com registro	202	29,3
Autônomo	41	6,0
Funcionário Público	93	13,5
Assalariado sem registro	32	4,6
Estudante	77	11,2
Aposentado/Pensionista	120	17,4
Dona-de-casa	62	9,0
Profissional Liberal	26	3,8
Empresário	30	4,4
Desempregado	06	0,9
Total	689	100

Fonte: EMSETUR in PDITS Costa dos Coqueirais (2013)

Já no tocante ao estado civil, tipo de hospedagem utilizada, uso de agências de viagens e motivação da viagem, seguem dados, segundo o PDITS (2013):

- Estado civil e acompanhamento: De acordo com dados complementares de 2011, alimentados pela pesquisa de demanda turística, 45,5% dos turistas são solteiros e 45,5% são casados; No que diz respeito a companhia durante a viagem, o turista que aporta no estado geralmente viaja em companhia de familiares, 40,5% enquanto, 39,2% realizam a viagem sozinhos, o que remete a motivação de viagens a trabalho, negócios e eventos; somente 18,1% viajam na companhia de amigos.
- Tipo de hospedagem utilizada: Consoante os dados disponibilizados pelo PDITS, em 2011, tipo de hospedagem mais utilizado foram residências de familiares ou amigos, com 48,5% tendo como contrapartida, somente, 23,5% pelo uso de hotéis.

- Intermediação de agências de viagens: 92% dos turistas não buscaram o intermédio de agências de viagens para o planejamento da viagem ou passeio. Um dado interessante foi que 8% dos turistas que utilizaram as agências, 98,2% foram restritos à emissão de passagens e ou reserva de hospedagem.
- Motivação da viagem: Segundos dados coletados em 2011, boa parte de turistas que visitam o estado optaram por hospedar-se na casa de familiares e amigos, alcançando o índice de 48,5%, ao passo que 32,5% usufruíram da prestação de serviços oferecidos pelos hotéis e pousadas.

No tocante à faixa etária, o estudo comprovou que, até o ano de 2010, o grande fluxo de turistas com faixa etária até 60 anos era predominante e também, mais especificamente, nos anos de 2008 à 2011, porém, houve uma contrapartida no mês de alta temporada, em janeiro de 2011, mostrando que as faixas etárias inferiores a 60 anos predominavam e a dedução proposta, segundo o estudo realizado pelo PDITS (2013) foi em função ao período de aplicação dos questionários, período este que não é comumente escolhido pelas pessoas com faixa etária superior a 60 anos. Os resultados demonstram a necessidade de se concentrar cuidados e investimentos importantes com vistas a esse nicho de mercado, no turismo em Sergipe, com a devida implementação de oferta, equipamentos e infraestrutura necessária, considerando as relações de valor e lazer nos atrativos naturais e culturais voltados ao turista da terceira idade;

Nota-se que a visitação à casa de familiares vem determinando a motivação da viagem assim como o tipo de hospedagem escolhido, levando em conta, a margem de erro considerando o período de aplicação da pesquisa, no mês de janeiro, durante as férias escolares.

De acordo com o PDITS Costa dos Coqueirais (2013), no tocante à composição receptiva de turistas que visitam Aracaju os principais Estados emissores do fluxo de hóspedes são Bahia, com 29,59% em 2010 e São Paulo 14,37%, no mesmo ano, seguidos do Rio de Janeiro, Pernambuco e do próprio público doméstico sergipano. Com relação ao mercado internacional, os países emissores que mais se destacaram foram: Estados Unidos, Itália, Espanha, Alemanha e Argentina, em 2008. Já em 2009, França, Holanda e Portugal também tiveram destaque e no ano de 2010, os maiores emissores foram Estados Unidos, Itália, Alemanha, França e Argentina.

Conforme o estudo verificado pelo plano Costa dos Coqueirais, no período de 2008 à 2010, os Estados Unidos mantiveram-se em destaque no *ranking* de países emissores com os respectivos números: 627 visitantes estrangeiros, em 2008, o equivalente a 17% do total de visitantes estrangeiros; 564 visitantes estrangeiros, o correspondente a 25,58% e no ano de

2010, 591 turistas estrangeiros, com 23%. Referente ao mesmo período verificou-se também que a demanda de turistas que ocorre em Aracaju é em grande parcela da própria região nordestina, com um total de 57,21%.

Segundo o resultado da pesquisa de demanda turística realizada pela EMSETUR, em 2011, comentado na íntegra, pelo PDTIS Costa dos Coqueirais (2013), o tipo qualitativo do turista que desembarca em Sergipe está mais atrelado às questões profissionais, ou seja, negócios, com um índice de 25,9% e em segunda motivação, o lazer, com 23,8%. Não houve menção com destaque ao turismo da terceira idade. Geralmente, o tipo de transporte mais utilizado é a modalidade aérea, com 49,1 %, seguida de 32,1%, pela escolha do ônibus, enquanto o uso do automóvel veio em terceiro lugar, na pesquisa realizada em 2011.

O aeroporto Santa Maria, situado na zona sul de Aracaju, capital sergipana, fica à 12 km de distância do centro histórico sendo o único aeródromo público para o atendimento de voos diários no estado. A função principal do aeroporto é direcionada ao atendimento de turistas que buscam o turismo de lazer e às pessoas que realizam negócios no estado, além da movimentação e operações de helicópteros que deslocam funcionários para as plataformas de extração de petróleo, situados nos litorais sergipano e alagoano.

O estudo realizado pelo Pólo Costa dos Coqueirais citou o Anuário Estatístico da INFRAERO, confeccionado em 2012, em que foi retratado o quadro do fluxo de passageiros embarcados e desembarcados, no período de 2008 a 2011, o que demonstrou uma evolução superior a 40% do fluxo de passageiros. Chegou-se também à informação de que o transporte aéreo também exerce destaque em relação aos demais meios de transporte escolhidos pelos turistas que visitam Aracaju, visto que, em 2010, alcançou-se o percentual de 24,33% pela preferência do uso do transporte aéreo em relação ao uso do automóvel, que vem seguindo na segunda posição, com o percentual de 21,91%.

Não foi tratada no Anuário Estatístico da Infraero nenhuma referência quanto à preferência do uso de transportes pelo público da terceira idade. O uso do ônibus teve pouca procura estando em penúltimo lugar, enquanto o transporte fluvial ou hidroviário apareceu em último lugar, muito em razão da ausência de portos fluviais para transporte de passageiros de grande porte, pois, geralmente, o deslocamento fluvial é realizado a partir de barcos particulares de moradores sergipanos que residem próximo a capital.

Vale ressaltar que no tocante aos resultados verificados sobre a preferência da modalidade de transporte pelos turistas foram parcialmente prejudicados em razão do alto número de hóspedes que se recusam preencher o campo sobre o transporte utilizado, no formulário fornecido pelo estabelecimento hoteleiro.

Ainda segundo o diagnóstico realizado pelo Plano Costa dos Coqueirais (2013), referente à demanda turística nacional atraída pelo destino Sergipe observou-se variações mínimas no período decorrido entre 2005 a 2009, enquanto de 2009 a 2010, houve uma evolução de 15,5%. Foi feito também um comparativo entre os meses de julho dos anos de 2010 e 2011 em que se obteve o percentual de acréscimo de 20,77%, justificado pelo período festivo junino com festas promovidas pelo governo e manifestações folclóricas da região. Cenário este que vem assumindo novos contornos, desde 2017, considerando a crise econômica e política que assolou nos últimos anos no País, o que colocou em xeque um dos produtos turísticos, até então, de maior destaque, os festejos juninos, bem como a festa pré-carnavalesca também extinta, o Pré-Caju, antes realizada no início de cada ano.

E no tocante o fluxo turístico internacional atraído pelo destino Sergipe foi definido o cenário estatístico referente ao período de 2005 a 2011, com um universo total de 4.741 visitantes em 2005, acréscimo registrado de 28% em relação à 2006, porém, houve uma contrapartida com a queda de 37%, entre os anos 2006 e 2007. Ainda nos anos subsequentes permaneceu o decréscimo no fluxo de turistas estrangeiros, pois, em 2010, houve aproximadamente uma queda de até 46% a menos do número estimado de visitantes estrangeiros comparado ao ano referencial de 2005.

Com base nos dados extraídos da pesquisa de demanda turística 2010-2011, realizada pela EMSETUR cujos resultados estão constantes no PDITS Costa dos Coqueirais (2013), a despeito do nível de satisfação do turista sobre aparato, serviços, logística, infraestrutura geral e serviços públicos oferecidos em Sergipe, verificou-se:

- Que 55,8 % dos turistas pesquisados avaliaram com o índice “bom” a qualidade dos equipamentos e serviços turísticos oferecidos; 32,9% avaliaram com o índice “ótimo”. As avaliações negativas dos índices “razoável e ruim” perfizeram um total de 8%, em 2010.
- Que referente os mesmos itens avaliados, em 2011, os índices “bom e ótimo” totalizaram 90% das avaliações pontuadas pelos turistas; já o total dos índices “razoável e ruim” alcançaram 10% das avaliações.

Esses índices positivos em relação à avaliação dos turistas contrariam os dados coletados nesta pesquisa tendo em vista a ausência de arranjos produtivos locais solidificados na área turística das cidades interioranas receptoras de turistas, ainda que em menor proporção de visitação comparada à capital Aracaju e também em função da incipiente infraestrutura

disponibilizada nessas regiões interioranas, visto que ainda merecem atenção e investimento das entidades públicas.

Além disso, com base nos relatórios disponibilizados pelo governo de 2008 à 2013 observou-se que a infraestrutura oferecida necessita de implementações e inovações para o atendimento das exigências e necessidades dos turistas da terceira idade, como também em relação aos atrativos naturais do Estado, considerando a pouca relevância destinada a estes recursos, focos da atividade turística, pelas entidades governamentais, uma vez que o turismo ainda aparece em menor grau nos dados oficiais referente ao produto bruto da economia sergipana.

Com referência à “boa” hospitalidade dos sergipanos o item foi avaliado com 52,2% no ano de 2010 e em 2011, a hospitalidade foi avaliada como “ótima”, com 50,3%. Quesito importante para o turismo da terceira idade é a hospitalidade, assim o Estado poderia aproveitar os pontos positivos alinhando a implementações necessárias na estrutura física, a partir das ações de políticas públicas, em convênio também, com entidades privadas.

Para implementação da política de turismo na gestão pública é necessária a gestão descentralizada nos âmbitos nacional, regional e local, fruto de uma construção e debate participativo onde os grupos envolvidos e a comunidade devem ser consultadas. O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, foi publicado em 2004 como política pública, para todo o territorial nacional, através do Plano Nacional do Turismo e segundo o Programa de Regionalização do Turismo (2013), o propósito de sua criação foi a descentralização e regionalização, com ênfase no planejamento coordenado e participativo para a impulsão do alcance das metas socioeconômicas.

Esse Programa foi iniciado com a participação de todas as 27 Unidades Federativas, com o estabelecimento de estratégias, planejamento de ações e critérios para construção do mapeamento dos municípios denominados “região turística”. Ainda contou com a participação conjunta entre os órgãos, entidades de turismo nos âmbitos municipais e estaduais, entidades privadas e instituições de ensino e para o estabelecimento das regiões turísticas, com foco na sustentabilidade e inclusão social foram diagnosticadas 219 regiões consideradas turísticas, dentre um universo de 3.319 municípios brasileiros. A partir dessa identificação foi construído o Mapa da Regionalização do Turismo, a fim de traçar ações norteadoras aos programas propostos e geridos pelo Ministério do Turismo.

Afirma o PRT (2013), para o alcance das metas estabelecidas pelo Programa de Regionalização do Turismo é necessário que os órgãos governamentais dessas regiões brasileiras identificadas como turísticas, sigam premissas básicas como: abordagem territorial,

integração e participação social, inclusão, descentralização, sustentabilidade e inovação e competitividade. Dessa forma, tem-se como objetivo geral do PRT proporcionar apoio à gestão, suporte e estruturação e promover a atividade turística no País, de modo regionalizado e descentralizado.

Ainda sob a avaliação do PRT (2013), a gestão compartilhada proposta é estruturada nos âmbitos estadual, regional, estadual e nacional. Em nível nacional, tem-se a Coordenação Nacional do Programa, gerenciada pelo Ministério do Turismo, através também de um Comitê Executivo do Programa de Regionalização, de caráter técnico-político, em coordenação com o Sistema Nacional de Turismo e a Câmara Temática de Regionalização do Conselho Nacional de Turismo. Já em nível estadual, regional e municipal, o Programa é executado através da gestão pública, o setor produtivo da atividade turística, as instituições de ensino superior e as organizações da sociedade civil e a transversalidade do PRT ocorrem a partir da interação, convergência e esforços do Ministério do Turismo, Secretarias, Diretorias, Coordenações com vistas ao atendimento das solicitações dos Estados, municípios e regiões turísticas.

Nesse sentido, em nível estadual, de posse do relatório de Planejamento Estratégico, fornecido pela SEPLAG, através da respectiva página virtual, verificamos a missão estabelecida, com respectivos valores, compromissos e propósitos da gestão 2015-2018, cuja finalidade do documento é nortear as ações dos vários órgãos governamentais com base nos princípios que gerenciam a administração pública. Assim, a respectiva gestão, com base no planejamento estratégico no Estado tem como missão “Cuidar das pessoas - especialmente pela elevação da qualidade na prestação dos serviços de saúde, educação e segurança pública – promover os valores culturais e construir um futuro de prosperidade em base sustentável e inclusiva de Sergipe.” Neste plano a proposta para o desenvolvimento do turismo foi inserido no macro desafio 07: “Potencializar a competitividade da Economia Sergipana”, teve como objetivo a promoção do fortalecimento, qualificação e competitividade de produtos e serviços turísticos de Sergipe.

Depreende-se do relatório de gestão pública, no tocante ao planejamento estratégico, as políticas públicas voltadas à diversificação e ao crescimento econômico em Sergipe foram pautadas pelo binômio da inclusão social resultando na inserção de direitos através da redução das disparidades de renda e inclusão de direitos. De acordo com o respectivo documento, entre 2007-2014, dentre os Estados do Nordeste, Sergipe foi um dos que mais geraram emprego a partir do estímulo de atração de empreendimentos. Assim, foram gerados 58 mil empregos no interior do Estado e 64 mil, em Aracaju, em comparação com o período 2003-2006, com 16.679

empregos registrados formalmente. Não foi mencionada a atividade turística como fator integrante geradora de empregos no estado sergipano.

Foi verificado nos relatórios políticas públicas sociais com base em ações de base voltadas a ajustes nas finanças estaduais, despesas de previdência, aplicação de investimentos e operações de programas e projetos sociais com financiamentos internos e internacionais.

O atual governo tem como compromisso 02 eixos estruturados da seguinte maneira: Eixo de ação 01, "Cuidar de pessoas": propostas adotadas pelo governo com o objetivo de amparar o campo social, cuja finalidade é incrementar o exercício da qualidade de vida da população e da cidadania, ou seja, políticas públicas direcionadas aos serviços e bens públicos; Eixo ação 02, "Construir o futuro" propostas com o fito da promoção de políticas públicas para o desenvolvimento do estado de Sergipe, com foco também na sustentabilidade respeitando valores culturais sergipanos e também, com foco no estímulo ao crescimento da agricultura, indústria, setor comercial e de serviços do estado. Não foram encontradas ações específicas que incentivem o turismo entrelaçado ao meio ambiente, aos recursos naturais do estado de modo que integre todos os municípios dos Polos contemplados no PDITS (2013) e tampouco, ações de incentivo impulsionador ao turismo da terceira idade.

No intuito de viabilizar e aplicar políticas governamentais, principalmente nas regiões consideradas mais carentes de infraestrutura, economicamente e de assistência, segundo relatório de plano estratégico governamental é proposto o equilíbrio entre os oito territórios de desenvolvimento sergipano: alto sertão sergipano, médio sertão sergipano, agreste central sergipano, baixo São Francisco sergipano, leste sergipano, centro sul sergipano, grande Aracaju e sul Sergipano.

Ainda com base nesse estudo documental estão entre os fatores principais que geram desigualdades territoriais de planejamento: a) Desigualdades entre as bases de aporte econômicos nos territórios e municípios, considerando os âmbitos de produção de infraestrutura; b) Efetividade na execução das políticas públicas nos territórios e municípios considerando os três entes na esfera federal, estadual e municipal, com vistas a priorizar os municípios e territórios mais carentes no quesito da infraestrutura produtiva e as regiões mais frágeis em termos sociais, tendo como exemplo os 15 municípios de menores índices de desenvolvimento humano, em especial, a região do Baixo São Francisco, cujos maiores problemas são de ordem econômica colocando os indicadores sociais, ainda aquém da média esperada em comparação à média do estado sergipano.

Neste ínterim, um dos compromissos elencados no eixo 2 pelo Estado estão ações voltadas ao desenvolvimento turístico em Sergipe, descrito, respectivamente, no plano

estratégico do governo como Compromisso de número 11, “Implantar o corredor turístico do Litoral Norte e ampliar a infraestrutura dos principais roteiros turísticos”, tendo como parceiros a Secretaria de Estado do Turismo, a Secretaria de Estado da Infraestrutura e do desenvolvimento Urbano - SEINFRA, o Departamento de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe – DER e a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe – CODISE, uma vez que o turismo é uma atividade econômica que movimenta o PIB nacional e local, a atividade turística no estado de Sergipe dispõe de atrativos naturais e culturais, artigos patrimoniais históricos e folclore natural, porém, ainda que o estado ofereça esse potencial o próprio governo reconhece no referido relatório de planejamento estratégico a carência de estrutura para que se promova o incremento na oferta dos atrativos turísticos no Estado.

Percebe-se que o governo sergipano pretende estender a infraestrutura na intenção de consolidar os roteiros turísticos em Sergipe, em especial, a Rota do Sertão e Litoral Sul, tendo como exemplo, a construção de orlas, atracadouros e a viabilização de equipamentos turísticos e culturais, considerando a implantação do corredor turístico do litoral norte, por meio da construção da SE-100 Norte que interliga Pirambu e Brejo Grande; e a busca pelo Governo por aporte financeiro frente ao Governo Federal na finalidade de construir nova ponte sobre o Rio São Francisco; e a construção de novo centro de convenções, no propósito de impulsionar o turismo de negócios e eventos em Sergipe.

Nota-se então que o Governo na intenção de fortalecer o segmento turístico sergipano como atividade econômica local tem realizado obras necessárias para a integração territorial e de desenvolvimento regional, assim, é de responsabilidade do Estado o monitoramento; a avaliação e disponibilização da infraestrutura necessária, seja ela de transportes, urbana, segurança, dentre outras áreas, para fins de acesso à iniciativa privada que oferta, por sua vez, serviços e respectivos aparelhos turísticos.

O Governo de 2015 a 2018 definiu como metas a construção das Orlas de Canindé do São Francisco, Brejo Grande, Povoado Pontal, em Indiaroba, Povoado Crasto, em Santa Luzia do Itanhy; a construção dos atracadouros no Povoado Curralinho, em Poço Redondo, Povoado Pontal, em Indiaroba, São Cristóvão e Povoado Crasto, em Santa Luzia do Itanhy; a reforma do Centro de Turismo de Aracaju; a modernização do Centro de Convenções de Sergipe e a criação, bem como a implantação de aparatos turísticos e culturais na Praça da Ponta do Saco, Museu do Cangaço e Cidade cenográfica; e a implantação do corredor turístico do litoral norte, na rodovia SE 100 Norte.

Apesar do esforço advindo do aparelho público em torno da impulsão ao turismo no Estado, ainda há muito que se estudar, a fim de diagnosticar prováveis deficiências no aparato

disponibilizado pelos entes governamentais uma vez que os esforços do governo atual têm se concentrado muito mais na construção de grandes obras e divulgação do destino Sergipe pelo País.

Embora adotem algumas ações de capacitação para agentes atuantes das atividades, atividades de relevante impacto para o desenvolvimento da região, pouca atenção tem sido reservada a questão de campanhas internas em prol do fortalecimento da identidade do sergipano, que por consequência, pouco se divulga o valor dos atrativos culturais da terra, a nível de mercado local.

Ainda é tímida a propagação genuína da valorização sergipana enquanto identidade cultural, uma vez que o turismo em Sergipe ainda não está consolidado estruturalmente, sendo assim, o desenvolvimento turístico de Sergipe vem crescendo em passos lentos, embora seja um estado com grande potencial turístico.

A exemplo dessa fragilidade no cenário, poderia ser estimulado e promovido o turismo comunitário, ou seja, turismo em comunidades tradicionais como ribeirinhos, quilombolas e indígenas, mas não há estrutura e roteiros para turismo comunitário, haja vista a fragilidade das Instituições ligadas ao turismo e à cultura. É necessário o estímulo do eixo setorial para promoção da cultura como foco de desenvolvimento do turismo a partir do patrimônio imaterial, pois ainda é insipiente a disseminação de conhecimento referente ao aparato cultural do estado, com pouca divulgação e inclusão de movimentos folclóricos e culturais, como, por exemplo, nas escolas, bem como a proposta da inserção do turismo escolar no roteiro e isso foi diagnosticado, muito em função da fragilidade das entidades vinculadas ao turismo e cultura, à sociedade civil e ao setor público, verificado então pelo Diagnóstico Situacional Participativo e Cenários Alternativos, do PDR Sergipe (2017).

Destarte, o ecoturismo, ecológico e rural, também foi verificado como segmento ainda fragilizado em termos de estrutura e logística, com ausência de roteiros ecológicos e rurais; poucos estudos sobre a estrutura e o dinamismo ambiental e os respectivos riscos ao meio ambiente, tendo em vista também, a degradação do Rio São Francisco e a fragilidade das instituições voltadas ao turismo e cultura, sociedade civil e setor público também são fatores que fragilizam a consolidação de roteiros de ecoturismo no estado.

Para tanto, o governo precisa executar as ações efetivamente pautadas nas três dimensões propostas pelo turismo sustentável: econômica, sociocultural e ambiental devem estar integradas. De acordo com Dias (2005), a sustentabilidade econômica propõe a garantia do progresso econômico de forma eficiente com vistas ao benefício da comunidade e das gerações seguintes; a sustentabilidade social e cultural propõe atenuar as desigualdades sociais

com base na preservação dos valores culturais locais, patrimônio material e imaterial; e a sustentabilidade ambiental propõe o desenvolvimento de forma equitativa em favor da preservação dos sistemas ecológicos da biodiversidade e dos recursos naturais.

As respectivas iniciativas foram a implantação do projeto de promoção de Sergipe aliado aos grandes eventos esportivos (Copa do Mundo Fifa, 2014, Copa América, 2015 e Olimpíadas de Verão, 2016); ampliação e melhoria da infraestrutura turística sergipana, através do PRODETUR; promoção de iniciativas de qualificação da oferta de produtos e serviços turísticos de Sergipe (PRODETUR); fomento e acesso dos investidores do setor turístico aos incentivos financeiros, fiscais e logísticos; capacitação da mão-de-obra para inclusão na atividade turística; realização de ações estratégicas de divulgação do oferta turística sergipana; extensão da participação dos produtos de demais setores econômicos (alimentação, artesanato, vestuário, higiene) à cadeia produtiva do turismo.

Ainda segundo o relatório de gestão de planejamento estratégico, 2011 a 2015, o turismo também esteve inserido no programa temático de promoção e acesso à cultura, cujo objetivo foi a dinamização das expressões artísticas e culturais por meio do suporte à sua elaboração, viabilização e propagação com vistas ao reconhecimento da diversidade cultural, em cadeia com demais camadas da economia e do turismo.

O turismo também foi colocado em pauta na proposta de desenvolvimento econômico inclusivo que envolveu alternativas para extensão do potencial produtivo de vários setores econômicos e o crescimento a competitividade em Sergipe, a partir da qualificação da oferta turística sergipana, com atenção para eficácia de ações no campo cultural, bem como na identidade visual e elaboração de núcleos produtivos para o artesanato local. Foi colocada também como iniciativa a sustentabilidade na gestão ambiental integrada com o gerenciamento dos recursos hídricos, a partir da recuperação de locais degradados a partir da estrutura sanitária e de fornecimento hídrico.

No tocante à infraestrutura produtiva e logística, um dos eixos do planejamento estratégico da gestão anterior foi colocando em pauta a qualidade da população sergipana a partir da construção, conservação e ampliação da malha viária no estado; implantação de dispositivos de uso comum em locais públicos com o intuito de compensar o *déficit* habitacional das comunidades fragilizadas.

Conforme o portal da Secretaria de Estado do Turismo, as ações do governo voltadas para o turismo, em 2017, têm se concentrado em divulgações em feiras de turismo a exemplo da feira da Associação Brasileira de Agências de Viagens, ABAV, realizada em São Paulo, no mês de setembro; Feirão de Turismo em Santos; Feira Cultura e Arte do Alto Sertão, na Nova

Orla de Canindé de São Francisco; bem como esforços para firmar novas parcerias com o fito de alavancar a divulgação do destino Sergipe.

O governo tem avaliado a inserção do Parque dos Falcões em roteiro sergipano; através da Secretaria de turismo o governo tem avaliado pontos turísticos em Laranjeiras, em razão da futura obras e importância para o local por meio do Programa do Desenvolvimento do Turismo PRODETUR, com a recuperação e reforma do Museu Afro Brasileiro de Sergipe, vale destacar que a licitação está ainda em andamento e propõe a revitalização total do prédio; em Aracaju, os comerciantes do centro aguardam a finalização da obra de recuperação do Centro de Turismo, também com recursos do PRODETUR, investimento de R\$ 1, 345 milhão, a obra foi iniciada em 2016.

Nos meses de junho e julho de 2017, a Secretaria de Turismo emitiu notícias sobre a intenção de se instituir como meta a inclusão do turismo religioso na rota turística do Estado, tema este ainda discutido na Assembleia Legislativa.

Em entrevista fornecida para Agência Sergipe de Notícias, o Secretário de Estado do Turismo, o Senhor Fábio Henrique mencionou sobre a reunião realizada em Campinas/SP, na Operadora Catedral, considerada a maior operadora de turismo religioso no Brasil, com a proposta levada pelo Governo para inclusão de Sergipe no destino da agência e de acordo com o diretor da Operadora, o estado tem potencial para inserção na rota de turistas portugueses e italianos que optam pelo Nordeste, a fim de realizar turismo religioso. Este é também um segmento importante a ser incentivado no estado e cujo público alvo do segmento turístico também abarca pessoas da terceira idade, assim, pode se tornar uma alternativa para os turistas da terceira idade.

Ainda segundo a Agência de notícias de Sergipe, de acordo com estudo feito pelo Ministério do Turismo, o turismo religioso proporciona alternativa como fonte de desenvolvimento econômico e cultural para a população local, sendo assim, atualmente esse segmento traduz cerca de 3 % da atividade turística no cenário nacional.

De acordo com estudos levantados pelo Sebrae o segmento do turismo religioso vem fomentando a estrutura socioeconômica de comunidades locais captando pequenos negócios que dinamizam a economia de comércio, indústria e serviços e o artesanato da região que investe nesse segmento. Paralelamente a isso é uma oportunidade para o governo alavancar o turismo da terceira idade em Sergipe.

Observa-se que os entes governamentais em parceria com empresas privadas têm promovido ações de impulso ao desenvolvimento econômico da região, incluindo o turismo, como instrumento propulsor para a economia do estado e embora esteja incluída a proposta da

valorização dos atrativos naturais e culturais no Programa Estratégico do Governo pouco se tem repercutido em termos de efetividade com alternativas inovadoras e de impulso ao empreendedorismo por parte da iniciativa pública e privada; manutenção dos recursos naturais e da estrutura montada, ainda incipiente.

O Estado identificou desde as gestões anteriores a importância e movimentação do fluxo de turistas da terceira idade em Sergipe, mas não se verifica em termos práticos propostas e resultados específicos de melhoria ao atendimento deste público em especial.

Verificou-se também a articulação das atividades registradas nos relatórios de resultados do governo, em consonância com o programa anual de trabalho de 2016 e com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Regional do Estado de Sergipe PDR Sergipe, PRODETUR, EMSETUR, SETUR, SEPLAG, CODISE, SEINFRA, INFRAERO, ABAV, ABIH, dentre outras entidades governamentais e não governamentais. Assim, o Estado conta com a parceria necessária para buscar novos elementos que agreguem em proposições de fortalecimento ao turismo, manutenção e valorização dos atrativos naturais sergipanos e atenção mais voltada aos turistas, assim como o público da terceira idade.

Foram observados também os resultados de gestão do governo de Sergipe, dos anos 2013 a 2016 e a partir dos dados acessados, disponibilizados pela SEPLAG, ano 2016, disponibilizado pela SEPLAG, no campo do turismo o governo focou no estímulo a divulgação nacional sobre Sergipe como destino turístico, com a realização de feiras, cursos de capacitações, merchandisings, dentre demais recursos.

A gestão de 2016 focou também na ampliação da infraestrutura turística com obras de implantação do corredor turístico do litoral norte e amplificação da infraestrutura dos destinos considerados cruciais pela gestão; dentre estas obras, a amplificação do Centro de Convenções de Sergipe que pode ser aproveitado para promoção de eventos mais estruturados, com capacidade para receber até cinco mil pessoas, assim, observa-se atenção em especial ao estímulo do segmento turístico de eventos e negócios.

Ato contínuo, o poder público estadual investiu no ano de 2016, na construção da orla de Canindé de São Francisco que começou em 2015 e foi finalizada em julho de 2016, além da implantação do sistema de esgotamento sanitário para o entorno da orla; em 2016, encontrava-se em licitação propostas com projetos de obras de importância turística como o esgotamento sanitário e a orla no povoado Castro, em Santa Luzia do Itanhy; orlas e atracadouros na Ilha Mem de Sá e no povoado Caibros, em Itaporanga d'Ajuda; construção da orla do povoado Curralinho, em Poço Redondo; a orla no povoado Saúde, em Santana do São Francisco; a orla

do povoado Pontal, em Indiaroba; a construção de uma praça de eventos em Nossa Senhora do Socorro; a reforma da orla Pôr do Sol e a reforma da Rua do Turista, em Aracaju.

Tais obras foram custeadas através do PRODETUR, recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo em Sergipe, com o capital de U\$ 100 milhões para o desenvolvimento do turismo em Sergipe, deste valor, U\$ 40 milhões foram oriundos de recursos estaduais e U\$ 60 milhões foram fomentados a partir de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Através do PRODETUR, foram proporcionadas também capacitações aos profissionais que trabalham no campo turístico sergipano e no tocante a publicidade do destino Sergipe, pelo governo, marcou-se presença em feiras e *workshops* de turismo.

Verifica-se com base nos dados apresentados a importância dos projetos de ampliação dos equipamentos de turismo, como a construção de orlas e reformas no Centro de Convenções e a Rua do Turista, porém, é perceptível ainda a ausência de estudos e pesquisas que vão detectar gargalos para o embasamento de projetos com devida estrutura pedagógica voltada para o desenvolvimento do turismo, a partir da articulação de diversas áreas que se comunicam e se complementam e que, por sua vez, podem repercutir em acréscimos substanciais no projetos de fomentação turística. Portanto, o engajamento interdisciplinar de áreas como arquitetura, biologia, geografia, educação, educação física, publicidade, gerontologia, dentre outras, para formulação de projetos pedagógicos considerando os segmentos do turismo da terceira idade e de lazer, podem auxiliar na estrutura de uma cadeia de turismo solidificada.

A produção de projetos interdisciplinares pode servir de instrumentos que tanto agregam o valor social do turismo como para efeitos de promoção das cidades do estado, como no caso de Aracaju, a única cidade de Sergipe elencada no ranking das cidades empreendedoras, conforme o estudo elaborado pela ENDEAVOR BRASIL, estudo este também citado pelo PRODETUR. A ENDEAVOR Brasil, é uma organização global sem fins lucrativos, com a missão de multiplicar o potencial empreendedor brasileiro.

Dessa forma, a ENDEAVOR Brasil promove o debate do índice de Cidades Empreendedoras para arrematar a importância ao fomento do empreendedorismo brasileiro, a partir da elaboração do relatório de Índice de Cidades Empreendedoras BRASIL, ICE. O ICE tem como proposta apresentar indicadores de boas práticas como adoção de conduta pelas cidades brasileiras e por gestores fomentadores de política pública nas três esferas, federal, estadual e municipal.

Nos anos 2013 e 2014, Aracaju, a capital de Sergipe, ainda não estava elencada na relação das cidades empreendedoras pela ENDEAVOR Brasil, surgindo assim, nos relatórios

de 2015 e 2016, observou-se então que no índice de Cidades Empreendedoras 2015 (ICE 2015), Aracaju, estava em 23ª posição, à frente da cidade Salvador/Bahia, estado vizinho, em 24º, ao passo que no ICE 2016, Aracaju elevou-se para a 20ª posição permanecendo à frente de Salvador que caiu para a 25º posição no *ranking*. Assim, São Paulo foi a cidade que permaneceu em 1ª posição nos anos de 2015 e 2016, considerando a análise de 32 cidades brasileiras, em 22 estados, a exceção da região norte, cujas cidades analisadas foram Belém e Manaus, sendo que em todas as regiões foram analisadas ao menos uma de suas respectivas capitais.

Segundo o relatório ICE2016, a abrangência geográfica dessas cidades, juntas representam cerca de 40% do PIB nacional, ou seja, mais de 40% das *Scale-ups* do país e são 07 as determinantes para elaboração dos índices deste estudo anual são: a) ambiente regulatório (serviços, comércio e economia); b) infraestrutura; c) mercado; d) acesso à capital; e) inovação; f) capital humano; g) cultura empreendedora.

Sob a ótica do estudo realizado ICE2016, na região nordeste, pela ENDEAVOR Brasil, em razão da crise econômica brasileira, houve uma queda de números em relação ao ICE2015, pois a região nordestina apresentou indicadores prejudicados, a partir dos efeitos e instabilidade econômica, sendo assim, foram verificados diversos indicadores inferiores, o que afetou as condições mercadológicas da região.

Com base na verificação do relatório de resultados da gestão do governo de Sergipe, ano 2015, no tocante ao fortalecimento dirigido ao turismo foram elencadas a garantia do acesso aos bens culturais, bem como os meios para a expressão simbólica com vistas à promoção da cidadania, protagonismo social e valorização da diversidade cultural, tendo como ações promovidas seminários como: o seminário sergipano de políticas públicas para a cultura; o seminário política para cultura negra, comemoração do aniversário de 61 anos do Teatro Atheneu, encontros, feiras, temporada de artes cênicas, semana de museus, editais de oficinas culturais. E para buscar a continuidade das atividades voltadas ao turismo aumentou-se o número no crescimento dos cursos de qualificação profissional e de pesquisadores em torno do desempenho do Estado em exportações e importações, para geração de empregos, a partir de políticas de desenvolvimento em parceria com o Banco do estado de Sergipe S.A (BANESE).

A partir da proposta inclusa no Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), em 2015, foram viabilizados empreendimentos industriais, agroindustriais, pecuária, aquícolas, turísticos e tecnológico. Sobre as ações de promoção ao turismo o governo promoveu a divulgação do destino marcando presença em nove feiras e *workshops* nacionais e internacionais do ramo turístico; na esfera local foi promovida a ação “ Promoção Regional do Destino Sergipe”, com o slogan “ Sergipe – Sua próxima viagem” com encontros de negócios

para divulgação do destino e respectiva capacitação dos profissionais atuantes da atividade turística de quatro capitais nordestinas, em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe (SEBRAE/SE) e com a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Sergipe (ABHI/SE). Também foram realizados o fórum “Café com o trade”, para debates, discussões e reivindicações, festejos juninos, com a recepção turística no aeroporto de Aracaju, capacitação de agente de viagens.

Percebe-se que a gestão anterior embora tenha investido em operações de impulsão ao *marketing* turístico sergipano também não voltou atenção a pacotes de medidas em prol da relação entre sociedade, cultura e natureza, com justiça ambiental, a exemplo do turismo comunitário que visa a sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

O relatório Brasil, Índice de Competitividade do Turismo Nacional: Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, confeccionado pelo Ministério do Turismo com o Sebrae e a Fundação Getúlio Vargas, mensura a efetividade dos objetivos e estratégias da política públicas do turismo, em nível nacional, pois avalia aspectos econômicos, sociais e ambientais que apresentam o nível de competitividade dos destinos turísticos e desta forma, viabiliza um diagnóstico real de cada localidade para o estabelecimento de políticas e ações públicas com atenção para o crescimento da atividade turística.

No Plano revisado do PDITS Costa dos Coqueirais consta também um estudo sobre Índice de Competitividade do Turismo Nacional, de 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, pelo Ministério do Turismo/FGV (2011), cujo resultado demonstrou que Aracaju alcançou o índice de competitividade de 62,7, o que representou um avanço de pontos percentuais da média nacional (57,5%), dessa forma, em 2011, a capital sergipana teve destaque nas dimensões: capacidade empresarial, políticas públicas, acesso e infraestrutura geral.

As dimensões que alcançaram poucos índices de competitividade turística da cidade Aracaju foram o *marketing*, promoção e monitoramento da atividade turística, o que corrobora com as impressões verificadas nesta pesquisa com relação à efetividade das ações voltadas ao desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental e econômica, sobretudo o segmento do turismo da terceira idade. Neste cenário, observou-se uma série de ações voltadas à promoção do turismo com base em feiras, eventos e o fomento ao comércio de serviços e indústrias, tão importante quanto necessários para continuidade de uma das cadeias do comércio e serviços, o turismo, porém, voltamos a destacar a necessidade de se viabilizar estudos e projetos com fundamentos pautados em diversos estudos inter e multidisciplinares nos âmbitos acadêmicos, com vistas a utilidade e melhoria de aproveitamento social de forma a dinamizar os recursos oferecidos a partir da estrutura de equipamentos já disponíveis.

Com base nos dados verificados, é possível perceber que a atividade turística em Sergipe necessita de mais alternativas a serem desenvolvidas e implementadas, por vias governamentais, sobretudo no tocante ao segmento da terceira idade, mencionados ainda de forma tímida, nos relatórios do governo, pois esse segmento se apresenta ainda como uma boa alternativa para investimento, considerando o potencial de competitividade da capital Aracaju.

Com base nos relatórios de resultados das gestões dos anos de 2013 e 2014 verificados, foram mencionadas, no ano de 2014, a participação do governo em feiras nacionais e internacionais; promoção de capacitações para agentes de viagens, em parceria da EMSETUR às ações da ABIH-SE, em que foram realizadas 24 eventos de capacitações para agentes de viagens em formato de workshops e de seminários; ações de divulgações do Destino Sergipe; campanhas de conscientização “Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes”; lançamento do Programa “Viaja Mais, Melhor idade”, com descontos e vantagens oferecidas para todo o Brasil para as pessoas acima de 60 anos para desfrutarem das viagens turísticas nos destinos nacionais. Importante ressaltar que foi elencada como a principal motivação de viagens em Sergipe, o lazer, justificados pelo governo como resultado dos investimentos de promoção e *marketing* turístico nos principais mercados emissores nacionais e internacionais, sendo assim, conforme o relatório de 2014, 45,3% dos turistas optaram por esse tipo de viagem “lazer” em Sergipe e, em 2013, 50,7% optaram por esse segmento do turismo, ao passo que 43,76% optaram pelo turismo de negócios e trabalho em Sergipe, em 2014 e 34,9%, em 2013, a partir da realização de congressos, convenções, dentre outros eventos.

Considerada a maior parcela da procura em Sergipe pelo turismo do lazer, dentre eles, turismo de sol e praia, poderia viabilizar-se projetos voltados à questão pedagógica do lazer, como prática social, também voltados para os turistas da terceira idade, visto o lançamento do “Programa Viaja Mais” impulsionado pelo Ministério do Turismo.

Nesse contexto, Rodrigues e Silva (2011) defendem que a visão em torno do tema do lazer precisa superar a concepção simplista e cartesiana muito sustentada pelas práticas de entretenimento difundidas no mercado, pois a palavra de ordem nesta prática é o consumo do produto manipulado, sendo assim, o lazer como veículo de educação pelo lazer valoriza-se o processo educativo, cujas vivências proporcionam maior importância às questões comportamentais, costumes e valores para o desenvolvimento humano. O produto é costumeiramente supervalorizado em detrimento da vivência em si e nesse contexto os cursos de capacitação oferecidos aos atores envolvidos do ramo turístico poderiam incluir discussões acerca da prática do lazer como canal agregador não só ao sujeito turista como também ao sujeito enquanto ser.

Ainda com base no relatório de resultados, no ano 2013, o governo investiu em campanha de promoção do turismo interno “Vamos viver Sergipe”, através da colaboração entre SETUR, EMSETUR e o BANESE, com campanha promocional direcionada ao mercado local, com o intuito de estimular o sergipano em relacionar-se com os atrativos turísticos de seu estado. Neste mesmo ano, também foi aprovada a garantia da União referente à operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento BID, no valor de U\$ 60 milhões, através do Programa de Desenvolvimento do Turismo em Sergipe PRODETUR.

O governo investiu em ações, como de praxe, na participação de campanhas em feiras e eventos, como também Sergipe foi incluído na lista da FIFA para Copa, em 2014 e foi inserido como rota de captação para eventos como etapa do campeonato Banco do Brasil de Vôlei de praia, Moto Fest, Sergipe Show Jeep, Mitsubishi Motorsports, somados então 28 eventos; a EMSETUR promoveu divulgações em revistas nacionais e regionais, jornais de grande alcance, internet, rádio e cinema, a fim de ampliar e diversificar o leque de segmentos turísticos em Sergipe, a partir da implantação de novos roteiros no estado. Ocorreram também ações realizadas pelo CADASTUR, na finalidade de promover, organizar, formalizar e legalizar a prestação de serviços turísticos e até meados de novembro de 2013 já haviam 211 cadastrados, uma vez anteriormente haviam 108 cadastros, com 102 renovações confirmando um aumento aproximado de 20% dos cadastros, comparado ao ano de 2012.

Ainda em 2013 foram iniciadas ações que transpassavam por entidades governamentais e não-governamentais com atenção à prevenção, atendimento e encaminhamento de vítimas a partir do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Notou-se o crescimento na procura do turismo de eventos em Sergipe, uma vez que até então o segmento do turismo de lazer sempre foi o carro chefe nas terras sergipanas.

Foi observado que o governo tem se empenhado em consolidar o destino “Sergipe”, no cenário do turismo nacional, embora ainda necessite implementar a atividade turística para definir e fortalecer os segmentos turísticos mais procurados no Estado, o turismo de lazer, turismo de negócios e turismo da terceira idade Sergipe.

Com base nas informações do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável Polo Costa dos Coqueirais (2013), o Estado Sergipano em parceria com o Ministério de Turismo firmou 16 convênios, de 2008 a 2010, convênios que atingiram o total aproximado de R\$ 23,2 milhões e deste montante, R\$ 20,9 milhões foram originados do governo federal, enquanto R\$ 2,32 milhões, do governo estadual. Do total dos recursos investidos durante o período 1995 a 2010, no desenvolvimento turístico em Sergipe, 25% dos investimentos foram promovidos pelos Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo

PRODETUR, enquanto os demais 75% foram oriundas de fontes como o BNB, orçamento estadual e capital privado.

De acordo com o referido documento PDITS, os recursos governamentais foram investidos em infraestrutura de acesso, como vias e pontes, já a iniciativa privada tem sua participação com recursos investidos nos meios de hospedagem e outros equipamentos de lazer, a exemplo dos bares e restaurantes. Também houve aplicações de verbas públicas em ações complementares às do PRODETUR, no Polo Costa dos Coqueirais, de 2008 a 2012, voltadas aos Roteiros Turísticos:

- Litoral Norte: Roteiro Foz do Rio São Francisco, com a implantação da estrada parque fazendo a conexão entre os municípios de Pirambu e Brejo Grande;
- Centro: Roteiro City tour, com reformas de prédios públicos como o Museu da gente Sergipana e o Palácio Olímpio Campos; Construção da Orla Atalaia Nova, em Barra dos Coqueiros; Reforma do Complexo Gonzagão, na capital; revitalização do Parque dos Cajueiros; reforma do Centro de Convenções; reforma do Cine Vitória, no Centro histórico, em Aracaju; modernização do Estádio desportivo do Batistão. No tocante o Roteiro Cidades Históricas, revitalização de prédios Arquitetônicos, Urbanísticos e paisagístico da cidade São Cristóvão e implantação de via que interliga os municípios de Aracaju e São Cristóvão;
- Litoral Sul: Roteiro litoral Sul, obra de construção da ponte sobre o Rio Piauí que interliga Estância (Porto Cavalo) e Indiaroba (Terra Caída); obra de construção da Ponte sobre o Rio Vaza Barris interligando Aracaju e Itaporanga D'Ajuda. No tocante ao Roteiro Mangue Seco, levantamento da ponte sobre o Rio Fundo, em Estância interligando a Rodovia SE-476 a Rodovia SE – 100.

E em todas as demais áreas do Polo, investimentos com capacitação e treinamento de agentes atuantes na cadeia turística, equipamentos e serviços; promoção do turismo no cenário nacional, dentre outras ações.

Conforme a avaliação do PRODETUR (2013), no Polo Costa dos Coqueirais, o litoral Norte embora tenha captado investimentos não implicou num maior impacto da atividade turística naquela região, com pouca interferência da atividade considerando o espaço natural, a fauna e flora. Enquanto, no litoral Sul os impactos mais significativos resultaram na ampliação viária e construção de obras como a orla e atracadouros. Verificou-se então a carência da manutenção, o que tornou a infraestrutura insatisfatória e precária, dificultando, inclusive, o

acesso dos turistas da terceira idade na localidade, portanto, é importante e necessária uma gestão continuada na manutenção dos equipamentos turísticos investidos na região, pois esse cenário ficou visível aos olhos do turista, implicando na pouca visitação e permanência no local.

Com relação aos investimentos aplicados na região de Aracaju, área Central, o impacto frente ao desenvolvimento da estrutura turística foi positivo, principalmente para as segmentações turísticas de sol e praia, cultural e de negócios e eventos.

O Programa PRODETUR Nacional, segundo o documento do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, Polo Costa dos Coqueirais (2013), foi elaborado pelo Governo Federal, a partir do Ministério do Turismo, cujo objetivo é o financiamento de programas regionais para a obtenção de verbas junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento BID. O primeiro programa foi o PRODETUR Nordeste I e II, depois o Proecotur, na Região Norte e o PRODETUR Sul, com abrangência nas regiões Sul e MS, assim, o PRODETUR atingiu proporções em nível nacional tornando-se o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo, PRODETUR Nacional, instruído pela Política Nacional do Turismo.

Os Polos se distribuem em: 1) Polo Costa dos Coqueirais, composto pela região litorânea do Baixo São Francisco, Leste Sergipano, Grande Aracaju e o Sul sergipano; 2) Polo Velho Chico, composto pelos municípios situados no Alto Sertão e Baixo São Francisco; 3) Polo das Serras Sergipanas, composto pelo Agreste Central; 4) Polo dos Tabuleiros, composto pelos Municípios situados no Médio Sertão e Leste Sergipano; 5) Polo Sertão das Águas, composto pelos municípios situados no Centro Sul e Sul de Sergipe.

Segundo informações do PDITS Polo Costa dos Coqueirais (2013), em relação ao segmento turístico turismo de negócios e eventos, São Paulo continua assumindo destaque nesse cenário e, em segundo lugar, Rio de Janeiro, seguido de Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte, assim, o estado Sergipano ainda situa-se um nível muito abaixo dessas outras regiões, visto que esse segmento turístico concentra-se estritamente na capital Aracaju, ou seja, na área delimitada Polo Costa dos Coqueirais, assim como é desenvolvido também o segmento turístico de sol e praia, pois movimenta a integração dos atrativos, de modo que consolida o polo, com a atividade turística realizada nos diferentes municípios do polo.

Uma vez que a capital sergipana Aracaju está inserida no Polo Costa dos Coqueirais, este assumiu destaque no contexto turístico sergipano, pois reúne maior gama de atrativos e equipamentos turísticos, com 13 municípios cujas distâncias são curtas, com uma faixa litorânea de 163 km, ou seja, o Polo representa territorialmente 18% da área de Sergipe, com 4.031km².

O Polo Costa dos Coqueirais engloba uma porção de municípios que representa cerca de quase 50% do total de habitantes de Sergipe e só na capital situa-se 28% da população sergipana.

As duas que também compõem cidades da Região Metropolitana, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro também abrigam boa quantidade da população do Estado, em volume de habitantes e densidade demográfica. Neste cenário, Estância também se destaca pelo volume de habitantes e Barra dos Coqueiros, pela densidade demográfica e, segundo o IBGE *apud* PDITS Polo Costa dos Coqueirais (2013), dos municípios integrantes do Polo São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Itaporanga D'Ajuda, apontam distribuição de renda mais equitativa, com os coeficientes respectivamente, 0,48; 0,50 e 0,51 e em relação ao PIB estadual, a participação dos municípios do Polo totalizam 60% do produto interno arrecadado e dentre esses municípios, a capital Aracaju apresenta 36,57%, Nossa Senhora do Socorro, com 7,54%, Estância, com 4,30% e Laranjeiras, com 4,01%.

Referente à área turística, a metodologia adotada pelo PDITIS polo Costa dos Coqueirais, na versão revisada e atualizada, de 2013, instruída pelo Termo de Referência que proporcionou a contratação dos serviços abrangeu os princípios:

- a) Planejamento estratégico direcionado ao mercado turístico: com formatação de produtos e mercados para a identificação de pontos positivos e negativos; chances e riscos com o estudo dos procedimentos ideais em busca de correções e maior competitividade; foco nos investimentos que auxiliam na consolidação e definição da área turística no mercado, com atenção às necessidades dos segmentos de demanda que se pretende investir;
- b) Desenvolvimento sustentável: bom atendimento e receptividade aos turistas e melhorias e ganhos para a população residente, em razão da criação de empregos e geração de renda, com a proteção dos recursos naturais e culturais; melhoria da infraestrutura e espaços urbanos tanto disponíveis como utilizáveis; diagnóstico, prevenção e controle dos impactos, das oportunidades e riscos ambientais em função da atividade turística;
- c) Planejamento participativo: participação das esferas públicas, privadas e organizações sociais que fomentam e que possivelmente sofram impactos com o desenvolvimento do turismo;
- d) Planejamento integrado: estabelecimento de ações para alavancar a competitividade e promover a melhoria dos locais de destino turístico.

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável- PDITS- Polo Costa dos Coqueirais, cujo papel é a orientação do crescimento do turismo através do estímulo ao desenvolvimento sociocultural, ambiental, político-institucional e econômico dos municípios inseridos no plano. O PDITS está pautado de acordo com a política estadual de desenvolvimento do turismo para o Estado de Sergipe conforme as diretrizes do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, gerido pelo Governo Federal, através do Ministério do Turismo – Mtur.

Com base nos estudos e na proposição de metas traçadas para o local de estudo os objetivos e estratégias são elaboradas com vistas ao desenvolvimento do turismo de forma integrada e sustentável. Somente na primeira etapa de investimentos através do PRODETUR/NE I, em 2000, foram investidos US\$ 67 milhões, direcionados a 09 municípios no estado sergipano e sete destes estão incluídos no Polo Costa dos Coqueirais como: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itaporanga D'Ajuda, Estância, Indiaroba, São Cristóvão e Santa Luzia do Itanhhy, ou seja, os municípios situados na faixa litorânea.

O PDITS – Costa dos Coqueirais /SE versão 2001/003 não se ateve somente aos sete municípios dimensionados como área de estudos, na primeira etapa do programa, pois foram incluídos também os municípios de Nossa Senhora do Socorro e Laranjeiras, seguindo orientações do BNB/BID para complementar o PDITS.

Com base nesse acervo do Polo Costa dos Coqueirais os investimentos e ações foram direcionados em três segmentos turísticos em Sergipe: urbano de lazer; cultural e de convenções e eventos. No PRODETUR II, o propósito foi de dar continuidade às ações e programas iniciados tendo em vista a qualidade de vida da população local das áreas definidas na primeira etapa, PRODETUR I. Assim, o governo sergipano elaborou o documento Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Costa dos Coqueirais, PDITS – Costa dos Coqueirais/Se, versão 2001/003, conforme instruções do Banco do Nordeste – BNB e do BID.

O PRODETUR/ NE II deu continuidade às ações e programas para a melhoria da qualidade de vida da população local das áreas dimensionadas na primeira etapa, desta forma, foram executados investimentos para consolidação turística na região, como complemento aos investimentos iniciados na primeira fase do Programa, PRODETUR / NE I, cujas ações foram: a) Ações a serem completadas – ações não finalizadas ou já executados mas necessárias à sustentabilidade turística da região; b) Ações a serem complementadas: são ações definidas como prioritárias em razão dos resultados e impactos diagnosticados no PRODETUR/NE I.

De acordo com o PDITS 2001/2003, visou-se alcançar o equilíbrio entre a proteção do meio ambiente e a atividade do turismo, com foco no desenvolvimento socioeconômico, histórico e cultural, sustentavelmente. Dessa forma, concluíram que seria necessária a ação colaborativa entre os municípios contemplados e a sociedade local, no tocante ao planejamento e gestão compartilhada, de forma contínua.

Assim, as orientações básicas estipuladas pelo PDITS 2001/2003 para o Estado foram baseados nos seguintes pontos: a) A estruturação turística sergipana, concentrados em três elementos: polo regional de lazer e entretenimento; portão de acesso para a atividade turística nacional e internacional; articulação para integrar o destino Sergipe aos demais estados do nordeste; b) Divulgação dos atrativos singulares Sergipanos: a tranquilidade; melhor qualidade de vida da região; localização privilegiada e tradições próprias; c) Criação de parcerias entre entidades públicas e privadas com a sociedade para viabilização do desenvolvimento sustentável em paralela a gestão compartilhada do turismo, com vistas à eficácia da proposta, conforme o Programa Nacional de Municipalização do Turismo PNMT, da Embratur; d) A manutenção do equilíbrio durante a baixa sazonalidade: manutenção da atividade turística e da oferta do destino sergipano com atrativos oferecidos para os segmentos turísticos de negócios e eventos, turismo da melhor idade, científico e cultural, naturismo e ecologia, para implementação, no decorrer do ano.

Além desses pontos, a estruturação dos sistemas de informações e de estudos de mercado para atrair novos investimentos, bem como subsidiar também os investidores para o progresso da atividade turística no Estado; a estruturação de programas de conscientização pública e capacitação para a atividade turística: o artifício tem como foco áreas e circuitos com potencial turístico no estado, porém esses pontos podem ser melhor aproveitados considerando também a necessidade de viabilizar e executar projetos de incentivo à valorização da identidade turística sergipana, além da valorização da identidade sergipana.

Campanhas turísticas voltadas aos sergipanos como alternativa de valorização dos atrativos naturais e patrimoniais do estado, é uma ferramenta relevante para impulsionar o turismo com a finalidade de gerar autoestima e conhecimento sobre o potencial turístico de Sergipe. Logo, as orientações elencadas pelo PDITS, versão 2001/2003 são assertivas e pontuais no que dizem respeito à carência na estrutura turística no estado. Como alternativa de políticas públicas na atividade turística o turismo da terceira idade poderia ser melhor investido e aproveitado como segmento impulsionador para o equilíbrio de oferta e procura durante a baixa sazonalidade, tendo em vista a singularidade sergipana como alternativa para desfrutar da tranquilidade.

As regiões de interesse turístico no Polo Costa dos Coqueirais, PDITS 2001/2003 estão divididos em 05 categorias, quais são:

- 1) Litoral Sul: Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy, Estância e Itaporanga d'Ajuda, cujo objetivo o desenvolvimento do turismo náutico, turismo histórico-cultural, turismo gastronômico, turismo de lazer, turismo de entretenimento e ecoturismo. Com equipamentos e atividades, como marinas, complexos turísticos, condomínios para 2ª residência e também especializa para idosos, estâncias hospedeiras revitalizadas, à moda das “quintas” portuguesas, com o fito de revitalizar a memória e hábitos rurais e culturais canavieiros. A intenção do Plano é atrair o público-alvo de Aracaju e destino complementar aos visitantes do norte baiano havendo o intercâmbio nos dois sentidos. Visão esta muito restrita em relação ao potencial sergipano;
- 2) Grande Aracaju: Aracaju, Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro, cujo objetivo é o desenvolvimento do turismo de eventos e negócios, turismo de aventura, com mergulho e exploração subaquática, turismo náutico e turismo ecológico. Com equipamentos e atividades, como hotéis de poucos andares na orla, com instalações diferenciadas, hotéis de cadeia, pousadas resorts, espaço para eventos (multiuso), restaurantes e teatros, sala de espetáculos, centro de artesanato, dentre outros equipamentos, para o mercado nacional e internacional. Importante salientar que foi mencionada a plataforma desativada da PETROBRAS, no documento Polo Costa dos Coqueirais, como base para o turismo subaquático e de aventura, marinas e atracadouros para o lazer e entretenimento, até então, com pouca divulgação sobre essas atividades.
- 3) Cidades históricas: São Cristóvão e Laranjeira, com atenção aos roteiros histórico-culturais. Com equipamentos turísticos para eventos, serviços de alimentação e bebidas, recuperação e revitalização das cidades históricas, para a utilização sustentável. No documento do Polo, foi mencionado que o público alvo ainda deverá ser conquistado, por enquanto, entre os turistas domésticos, da capital Aracaju, do litoral sul, pesquisadores e estudantes. O que mostra pouco investimento em atenção aos atrativos culturais sergipanos, visto o propósito restrito em atrair visitantes locais, apenas.
- 4) Circuito dos engenhos: Santa Luzia do Itanhy, Arauá e adjacências, Itaporanga d'Ajuda, São Cristóvão, Laranjeiras e adjacências. Tem por foco nos prédios históricas dos engenhos, para revitalização dos engenhos em precário estado de conservação transformando-os em equipamentos de hospedagem, de acordo com o padrão das

quintas portuguesa, enquanto os prédios ainda preservados poderão se tornar atrativos de visitação, com exposição de costumes, equipamentos e técnicas de época.

5) Circuito das festas juninas: Indiaroba, Estância, Pacatuba, Aracaju e Itaporanga d'Ajuda. Este circuito compreende dez locais onde se realizam as festas juninas tradicionais no Estado incluindo também Crist n polis, Areia Branca, Muribeca, Capela e Neópolis. O intuito é o fortalecimento desses municípios com vistas às ações de planejamento, divulgação e marketing.

Ainda no PRODETUR / Ne I – SE, foram elencadas 03 fases do programa que distinguiram 03 áreas distintas de atuação em potencial para o turismo: No litoral Norte foram verificadas tendências ao ecoturismo; no litoral sul, o turismo para o lazer e praia, bem como para realização de esportes aquáticos; a região Aracaju e São Cristóvão, para o turismo urbano de lazer, cultural, convenções e negócios.

Não existe uma delimitação engessada para definir quais são as atrações apropriadas ou não apropriadas para o turismo da terceira idade, pois o que define a adequação do local são as implementações humanas, com vistas às necessidades deste público e não necessariamente o potencial natural, visto o universo diversificado de preferências entre as pessoas dessa faixa etária. Assim, o estado tem opções turísticas disponíveis para se implementar e impulsionar o turismo na região, ficando mais a cargo do poder de a  o do estado, com políticas públicas voltadas ao interesse turístico.

Foram eleitos Centros de apoio às atividades turísticas nas diversas regiões, principalmente em municípios com atrativos em potencial, com infraestrutura mínima já existente e respectivos equipamentos turísticas já instaladas, mesmo que incipientes para o esperado. Desta forma, selecionaram os seguintes Centros de Apoio Turísticos: Centro Receptivo Principal, em Aracaju; Núcleo Receptivo, em Estância, Complexos Turísticos, no Mosqueiro e Ponta do Saco. O desenvolvimento desses instrumentos de planejamento foi definido conforme balizadores do Plano Diretor Municipal e respectivos instrumentos legais da gestão, assim como os planos de Proteção de áreas frágeis e planos de manejo para área de proteção ambiental.

Foram determinados metas e objetivos para todas as áreas, respectivamente, cujas estratégias turísticas são: investimentos na acessibilidade rodoviária; estruturação de atrativos turísticos do Litoral Sul; fortalecimento do destino Aracaju como Centro Receptivo Principal; fortalecimento dos produtos histórico-culturais; e preservação do meio ambiente. No que diz

respeito ao setor produtivo duas ações norteadoras foram definidas: a capacitação de profissionais atuantes na atividade turística e o fortalecimento do artesanato sergipano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, verificou-se que os locais mais procurados no Estado situam-se no Polo Costa dos Coqueirais, com as Cidades Históricas, a Foz do Rio São Francisco, Mangue Seco (BA) e *City Tour* em Aracaju, cujos segmentos mais evidenciados são o turismo de sol e praia, o turismo cultural e o turismo de negócios e eventos, porém todo o potencial de atrativos turísticos no estado é pouco aproveitado ainda a exemplo da necessidade do estímulo e promoção de demais segmentos como o ecoturismo, turismo rural e náutico, também mencionado, no PDITS (2013) Costa dos Coqueirais.

Sergipe é considerado ainda um estado promissor na composição de potencialidade turística, mas é preciso mais investimentos com efetivação das políticas públicas e proposições educativas a nível local, como marco de resgate e elevação da identidade sergipana; investimentos em prol da consolidação e integração turística, cujo PDITS já vigorou como pontapé inicial.

Embora Sergipe já tenha em seu cenário atual regiões identificadas como turísticas, no mapa turístico nacional, em função do empenho dos órgãos governamentais e de gestão do turismo na promoção, divulgação e indução de produtos nas feiras ainda faz-se mister intensificar a atenção voltada ao segmento do turista da terceira idade, uma vez que embora esse público seja identificado com relevância nas últimas pesquisas de demanda turística de Sergipe, pouco é investido em programas socioeducativos de indução ao recebimento do turista, para a população local e setores produtivos da cadeia turística. Percebe-se que, por trás do público alvo da terceira idade em busca do destino Sergipe houve políticas públicas de indução e impulso ao desenvolvimento turístico, porém é incipiente a atenção voltada ao fortalecimento e inovação na estrutura e logística de apoio ao recebimento dos turistas no geral e em especial, às pessoas da terceira idade.

É propagado pelos órgãos de fomento ao turismo do estado o potencial das belezas naturais sergipanas como um dos elementos principais da atividade turística em Sergipe, no entanto, se comparado aos demais estados nordestinos brasileiros, precisa-se ainda de mais empenho e visão empreendedora por parte dos gestores e iniciativa privada para que os planos traçados pelas políticas públicas de fomento ao turismo repercutam com maior impacto na qualidade da população sergipana, nos âmbitos socioeconômico e ambiental. De acordo com os relatórios e planos verificados de 2013 a 2016 do governo anterior e atual houve esforços na intenção de impulsionar o produto turístico sergipano com foco nos atrativos naturais, porém

pouco foi feito em termos de efetividade na implementação e manutenção dessa estrutura para consolidação turística.

Ainda que as políticas públicas regionais em Sergipe voltadas ao desenvolvimento turístico tenham como suporte as diretrizes, planos e recursos federais direcionados ao desenvolvimento regional de forma sustentável, é trabalhado na prática, com uma ideologia mercadológica, como indução de consumo e, desta forma, os locais identificados como turísticos em cada região são trabalhados conforme a ideologia predominante de determinados grupos sociais, ou seja, os entes públicos e empresários.

Essa construção mercadológica firmada com a parceria entre a iniciativa privada e o governo induz à venda de uma imagem dos destinos turísticos, em especial, os atrativos naturais, maquiando a incipiência da infraestrutura ofertada, para o turista no geral, assim como o turista da terceira idade, nas campanhas e feiras promocionais, colocando mais ainda à margem, os cuidados necessários de manutenção ambiental e ecológica, em termos práticos, nas regiões economicamente viáveis turisticamente, conforme relatórios Institucionais verificados.

É perceptível o recorte de paisagens paradisíacas para venda dos destinos institucionalizados pelo governo, nas campanhas promocionais, mas, na prática há a ineficiência de medidas pouco utilizadas tão necessárias para sustentabilidade e valorização dessas regiões, por parte da própria comunidade local e do governo, com campanhas educativas.

É possível a viabilização das práticas de consolidação sustentável nos campos socioambiental, cultural e socioeconômico, nestes destinos turísticos com mais investimentos para inovação, construção e manutenção do aparato turístico em torno das cidades interioranas, a exemplo das belezas naturais do Cãnyon do Rio São Francisco, na cidade de Canindé de São Francisco; a Praia do Saco, em Estância, litoral norte e as cidades históricas São Cristóvão e Laranjeiras, ambas não integraram o objeto de estudo na pesquisa, visto que focamos os destinos mais procurados, em razão das paisagens naturais, pois as atenções são voltadas muito mais ao portão de entrada, Aracaju, a capital do Estado.

Tema a parte, é perceptível também a pouca atenção direcionada a valorização dos acervos materiais e imateriais nas cidades históricas sergipanas, muito embora o governo esteja aplicando recursos no propósito da revitalização destas cidades, possivelmente seja em função do pouco valor atribuído institucionalmente pelo Estado quanto do valor atribuído pela população à identidade sergipana: seu acervo cultural, folclórico e patrimonial histórico, então, essa identidade local é um elemento primordial, cujo enfoque não tem sido vislumbrado de forma integral, nas pautas de políticas públicas do governo sergipano.

Por isso é importante que sejam implementadas também campanhas de impulsão à valorização da identidade sergipana, bem como de disseminação do conhecimento sobre o potencial turístico do estado, para os sergipanos. Ademais, o governo poderia utilizar o segmento do turismo da terceira idade como ferramenta de indução ao equilíbrio de oferta e demanda, durante o período de baixa sazonalidade considerando o atrativo singular do estado, a tranquilidade.

O acervo imaterial e sua memória compõem a autoestima e a identidade de uma comunidade vez que o elemento da satisfação faz parte da cadeia de necessidades básicas de subsistência de toda pessoa em interação com o espaço em que se vive. Esses são os significados de valor ainda pouco internalizados, por parte das gestões públicas locais, assim, umas das alternativas seria a promoção de campanhas educativas referenciando a identidade local, visto que os destinos culturais em Sergipe ainda são colocados em segundo plano, nos investimentos de infraestrutura e políticas públicas governamentais.

Na capital, um dos pontos avaliados negativamente pelos turistas, na pesquisa de demanda turística realizada pela EMSETUR, em 2013, foi o transporte público, ou seja, um dos dispositivos importantes para população sergipana e para os turistas no geral, em especial, ao turista da terceira idade que precisa de dispositivos que facilitem a mobilidade, pois Aracaju é uma cidade plana, de curtas distâncias, o que territorialmente já dispõe desse diferencial e atrativo para este segmento da terceira idade.

Em suma, Sergipe oferece um leque de atrativos naturais com potencial turístico e para tanto, as políticas públicas de incentivo à atividade turística são importantes ferramentas que ainda precisam ser discutidas e implementadas com maior ênfase por parte do Poder público sergipano, demais entidades e comunidade, pois o lazer, na natureza, assim como em outros ambientes, é uma prática de desenvolvimento pessoal e social. Desse modo, as políticas públicas podem ser implementadas, no contexto do turismo da terceira idade, como ferramentas aliadas à prática social de estímulo à valorização da pessoa idosa em sua individualidade e como partícipe, em sociedade.

Foram apresentadas algumas opções de locais que possuem atrativos naturais com potencial a receberem recursos para estruturação e ampliação de espaços de lazer, cujo foco seja principalmente o segmento turístico da terceira idade. Destaca-se também a necessidade do trabalho de modo compartilhado em que as comunidades, gestores, pesquisadores do turismo, meio ambiente e lazer possam realizar estudos técnicos e de viabilidade ambiental desses locais que proporcionaram a ampliação da base econômica local e, conseqüentemente, a mitigação do impacto ambiental deste tipo de atividade.

6 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SERGIPE DE NOTÍCIAS: ASN. **Sergipe**. Disponível em:
< <https://agencia.se.gov.br/sergipe> > Acesso em: 15 jun. 2019.

ALMEIDA, Marcos Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis; MARQUES, Renato. **Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas, de pesquisa**. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012.

ASTORINO, Claudia. **Terceira idade ou melhor idade**. In: BRAGA, D. (Org.). **Agências de Viagens e Turismo: Práticas de mercado**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 203-209.

BURNS, Peter. **Turismo e Antropologia: uma introdução**. São Paulo: Chronos, 2002.

CAMPOS, Maria Beatriz. **A Terceira idade ganha o mundo**. Contexto: Jornal laboratório dos alunos de Jornalismo da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, ano12, n. 43, p. 9, set. 2014. Disponível em: <https://issuu.com/contexto-ufrs/docs/edicao_43_contexto_96ef4a993f6626>. Acesso em: 23 jan. 2017.

CAMPOS, Suzana Santos. **Segmento do Turismo**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. p. 29-41 Disponível em: <<https://grupootium.files.wordpress.com/2011/07/suzana-campos-completo.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de Políticas Públicas**. Ana Cláudia Niedhardt Capella. Brasília: Enap, 2018.151 p.

CASTRO, Mônica. **Idoso e aposentadoria: reflexões para novas atitudes no lazer**. In: GRAÇA, Lucia; STEPANSKY, Daizy (Org.). **Propostas multidisciplinares para o bem-estar na aposentadoria**. Rio de Janeiro: Quarter: FAPERJ, 2012. p. 283-304.

CODISE. Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe. **Infraestrutura**. Disponível em: <https://www.codise.se.gov.br/?page_id=77> Acesso em: 10 set. 2017.

CODISE. Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe. **Sergipe**. Disponível em: <https://www.codise.se.gov.br/?page_id=73> Acesso em: 10 set. 2017.

COOPER, Chris; FLETCHER, J.; WANHILL, D.; SHEPHERD, R. **Turismo, princípios e práticas**. Trad. Roberto Calado Costa, 2º Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CUNHA, Daniela Linhares Galvão Carneiro. **Turismo na terceira idade: um estudo sobre a capacitação de profissionais**. Brasília, DF, 2004.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas**. 9. ed. São Paulo: Futura, 2007.

DIAS, R., MATOS, F. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.

ENDEAVOR BRASIL. **ICE 2016: como anda o empreendedorismo nas cidades do Brasil**. Disponível em: <https://endeavor.org.br/ambiente/indice-cidades-empendedoras-2016/> Acesso em: 19 maio. 2018.

FREITAG, Luiz. **Como transformar a terceira idade na melhor idade**. São Paulo: Alaúde Editorial, 2005.

FROMER, Betty; VIEIRA, Débora. **Turismo e terceira idade**. São Paulo: Aleph, 2003.

GOMES, Christianne; PINHEIRO, Marcos; LACERDA, Leonardo. **Lazer, turismo e inclusão social: intervenção com idosos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

GUIA GEOGRÁFICO BRASIL. Disponível em: < <https://www.brasil-turismo.com/sergipe.htm> > Acesso em: 15 jul. 2018.

HADDAD, Eneida. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.

HILL, Manuela Magalhães; HILL, Andrew. **Investigação por questionário**. 2. ed. Lisboa: Edições Sílado Ltda., 2012. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/7480-turismo-e-meio-ambiente-juntos-para-aumentar-a-visitaçao-nos-parques.html>>. Acesso em: 15/07/2018.

INFOGRÁFICO: **a natureza e seus benefícios para a saúde**. In: BROTAS ONLINE. Disponível em: <<http://www.brotasonline.com.br/beneficios-para-a-saude-infografico/>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **A VEZ da terceira idade**. 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017. 2018**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017.html> . Acesso em: 21 jul. 2018.

Jornal Contexto. **Sergipe no mapa do turismo: as ações oficiais de divulgação de Sergipe no turismo global**. Edição 43 (Junho - Setembro/ 2014). Especial Turismo em Sergipe. Disponível em: https://issuu.com/contexto-ufs/docs/edicao_43_contextoo_96ef4a993f6626 . Acesso em 30 ago. 2017.

Jornal Gazeta do Povo. **A TERCEIRA idade viaja e ganha o mundo**. Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 11 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-terceira-idade-viaja-e-ganha-o-mundo>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. Tradução Ailton Bonfim Brandão. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Lazer e do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3 ed. São Paulo: Ed. Aleph. 2009. p.10-110.

_____. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

LEANDRO, Zilda Ferreira. Ecopsicologia: um conceito em construção e a dimensão da educação ambiental: horizontes para a recuperação do “perdido elo” com a natureza. In: MEDEIROS, Dalva Helena de. et. al. **Relação homem/natureza sob a ótica da interdisciplinaridade**. Campo Mourão: Fecilcam, 2008.

MACHADO, C. A. **Popper, a demarcação da ciência e a astrologia**. In: Ensaio sobre o pensamento de Karl Popper, OLIVEIRA, P. E. de (org.). Curitiba, Círculo de Estudos. Bandeirantes, 2002.

MARCELLINO, Nelson C. **Estudos do lazer: uma introdução**. 4.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p.51.

MARINHO, Alcyane. **Atividades na natureza, lazer e educação ambiental: refletindo sobre algumas possibilidades**. Motrivivência: Revista de Educação Física, Esporte e Lazer, Florianópolis: UFSC, ano 16, n. 22, p. 47-70, jun. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/1184>>. Acesso em: 17 jan. 2017. UNICAMP, 2005.

MEDEIROS, Dalva Helena de. et. al. **Relação homem/natureza sob a ótica da interdisciplinaridade**. Campo Mourão: Fecilcam, 2008.

METTRAU, Marsyl. Aposentadoria e potencial criativo. In: FRANÇA, Lucia; STEPANSKY, Daizy. **Propostas multidisciplinares para o bem-estar na aposentadoria**. Rio de Janeiro: Quartet Editora, 2012. p. 251-281.

MEYER, Juliana. **O turismo como fenômeno social de inversão**. Revista da Graduação, Porto Alegre: PUCRS, ano 1, v.1, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/viewFile/3476/2733>>. Acesso em: 03 nov. 2015.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/SERGIPE/PDITS_POLO_COSTA_DOS_COQUEIRAIS.pdf> Acesso em: 14 de jul. 2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional do Turismo**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/2015-03-09-13-54-27.ht>> Acesso em: 10 jan. 2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo**. Ministério do Turismo. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/programas/5066-prodetur.html>> Acesso em: 17 jul. 2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo**. Brasília/DF, 2013. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/aceso-a-informacao/63-acoes-e-programas/4882-programa-de-regionalizacao-do-turismo.html>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. **Segmentação do turismo e o mercado**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.p. 61-73. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo_do_Mercado_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 01 de set. 2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo e meio ambiente juntos para aumentar a visitação nos parques**, 2017. Disponível em:< <http://turismo.gov.br/ultimas-noticias/7480-turismo-e-meio-ambiente-juntos-para-aumentar-a-visitacao-nos-parques.html>> Acesso em: 15 de jul. 2018.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo lança cartilha com orientações para o atendimento de viajantes idosos**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7131-turismo-lan%C3%A7a-cartilha-com-orienta%C3%A7%C3%B5es-para-o-atendimento-de-viajantes-idosos.html>> Acesso em: 10 jan. 2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Viaja mais melhor idade**. Disponível em: <<http://www.viajamais.gov.br/vm/>>. Acesso em: 01 set. 2017.

MOTA, K. C. N. **Marketing Turístico**: promovendo uma atividade sazonal. São Paulo: Atlas, 2001.

MOTA, Karol Monteiro; BABINSKI, Luciana Raquel. **Lazer na terceira idade: o turismo como opção**. Universidade de Caxias do Sul. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt11-lazer-na-terceira-idade.PDF>>. Acesso em 04 de set. 2017.

OLIVEIRA, Antonio P. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 4ª Ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Cássio; Minasse, Maria Henriqueta; Marques, Sílvio César. **Processo de Formatação de Atrativos Turísticos Sustentável**. In: Turismo em Análise. Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/88600/107467>. Acesso em 09 jul. 2018.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e as pessoas idosas**. Pessoas idosas. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>> . Acesso em: 06 jan. 2017.

PAIXÃO, Dario. **Segmentação do mercado turístico**: estudos, produtos e perspectivas. Barueri, SP. 2009. 421 f.

POPPER, K. R. **Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária**. São Paulo: Itatiaia: EDUSP, 1975.

Portal Brasil. **Idosos reivindicam saúde pública e transporte para terceira idade**.

Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/04/idosos-reivindicam-saude-publica-de-qualidade-para-terceira-idade>> Acesso em: 14 jan. 2018.

Presidência da República. **Política Nacional de Turismo**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111771.html> Acesso em 10 de ago. 2018.

TURISMOSA. **O TURISMO para terceira idade**. Disponível em:

<<http://www.turismosa.com/viagem/turismo/turismo-para-terceira-idade>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

RODRIGUES, C; SILVA. R.A. **Encontros contemporâneos entre lazer e educação ambiental**:

um possível caminho para a educação ambiental pelo lazer: Lazer e Sociedade, v.3, p. 9-24, 2011.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida

Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismos para validação dos resultados. 1.ed. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

SANTANA, Carla. Velhice ou melhor idade? Dilemas éticos. **Revista O Mundo da Saúde**,

São Paulo: Centro Universitário São Camilo, v.36, n. 1, p. 98-102, mar. 2012. Disponível em: <http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/90/14.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2017.

SANTOS, RA; BERTOLDI, J. **Os benefícios da atividade turística para a melhor idade**.

Revista científica eletrônica de turismo. Ano IX, N. 16, Janeiro de 2012.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. **O pensamento epistemológico de Karl Popper**. Revista

Contexto. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. **Dados sobre o envelhecimento no Brasil**.

Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/dados-estatisticos/dados-sobre-o-envelhecimento-no-brasil>> Acesso em: 11 jan. 2017.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.

Enciclopédia dos municípios sergipanos. Disponível em:

<http://www.observatorio.se.gov.br/images/Estudos_especiais/enciclopedia_municipios_2014.pdf> Acesso em 11 set. 2017.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.

Pesquisa de Serviços de hospedagem 2016: Um recorte dos dados no estado de Sergipe.

Disponível em:

<http://www.observatorio.se.gov.br/images/NT_PesquisadeHospedagem_vf.pdf> Acesso em 31 ago. 2017.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.

SEPLAG/SEAD. **Plano de Desenvolvimento Regional de Sergipe**. Disponível em:

<<https://www.sead.se.gov.br/plano-de-desenvolvimento-regional-de-sergipe-pdr-sergipe/>>
Acesso em 10 jun. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.

SEPLAG/SEAD. **Plano Estratégico de Sergipe**. Disponível em:

<<https://www.sead.se.gov.br/planejamento/planejamento-estrategico-e-ppa-2016-2019/>>

Acesso em 10 jun. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.

Relatórios de atividades do Governo. Secretaria. Disponível em:

<<http://www.transparenciasergipe.se.gov.br/TRS/PlanejamentoEstadual/RAG.xhtml>> Acesso

em 30 jul. 2018.

SENA, MFA; GONZÁLEZ, JGT; ÁVILA, MA. **Turismo da terceira idade**: análises e perspectivas. Caderno Virtual do Turismo. V.7, n.1, p. 78-97, 2007.

SILVA, Joab Almeida. **Turismo e Organização do Espaço no Polo Costa dos Coqueirais**. São Cristóvão, 2011.

SOUZA, Rosemeri Melo e; OLIVEIRA, Anízia Conceição de Assunção. Natureza e paisagem nos sistemas ambientais. In: SANTOS, Antônio Carlos dos Santos (Org.). **Filosofia & Natureza**: debates, embates e conexões. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2010. p.168-188.

TURISMO viver Sergipe. In: Agência Sergipe de Notícias. Disponível em

<<http://www.agencia.se.gov.br/sergipe/turismo-viver-sergipe>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

UNGER, Nancy Mangabeira. **Filosofia e natureza**: Por uma fenomenologia do deserto. In: SANTOS, Antônio Carlos dos (Org.). **Filosofia e natureza**: debates, embates e conexões. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2010. p. 53-75.

VIAGEM. Disponível em: <<https://viagemeturismo.abril.com.br/estados/sergipe/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

7 APÊNDICE - FICHA DE ANÁLISE DOCUMENTAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
NÍVEL MESTRADO



FICHA DE ANÁLISE DOCUMENTAL	
Nº. da Ficha _____	Data da análise: ____/____/2018
Tipo de documento	
() Lei nº. _____ () Decreto nº. _____ () Outro: _____	
Ano de publicação : _____	
1-Trabalha com atrativos naturais por exemplo (praias, rios, parques, Canion, etc)	
() sim () não Em caso afirmativo qual (is)?	
2-Aborda atrativos naturais para terceira idade (praias, rios, parques, Canion, etc)	
() sim () não Em caso afirmativo qual (is)?	
3-Correlaciona variáveis turismo, ambiente (natureza) e terceira idade	
4-Ideias principais quanto ao turismo, ambiente (natureza) e terceira idade	
5-Os atrativos naturais encontram-se expostos ou seja pré-determinados:	
() sim () não Em caso afirmativo qual (is)?	
6-Outras observações	

8 APÊNDICE – FOLDER

TURISMO DA TERCEIRA IDADE: LAZER NA NATUREZA, EM SERGIPE

O estado Sergipano dispõe de um bioma diversificado distribuído ao longo de sua faixa territorial, atrativo natural, além do atrativo cultural, culinário, folclórico e histórico, atrativos turísticos que ensejam opções fantásticas para o turismo do lazer na natureza.

As localidades mais procuradas estão situadas na faixa litorânea de Aracaju e alguns locais do interior, a exemplo do sertão sergipano, como os lagos do Cânion de Xingó, o Rio São Francisco e o Parque Nacional Serra Itabaiana.



Fonte: www.agencia.se.gov.br



Fonte: www.agencia.se.gov.br



Fonte: www.aracaju.se.gov.br



Fonte: www.agencia.se.gov.br



Fonte: www.agencia.se.gov.br

TELEFONES DE EMERGÊNCIA:

192 Ambulâncias - SAMU
 193 Corpo de Bombeiros
 199 Defesa Civil
 190 Polícia Militar
 194 Polícia Federal
 191 Polícia Rodoviária Federal
 180 Delegacia da Mulher
 181 Disque-Denúncia
 100 Secretaria dos Direitos Humanos

HOSPITAIS PÚBLICOS: DDD (79)

Hospital Cirurgia 2106-7312
 Hospital de Urgência de Sergipe HUSE
 3216- 2600
 Hospital Nestor Piva 3212-0401
 Hospital e Maternidade Santa Isabel
 32114900

**HOSPITAIS PARTICULARES/
URGÊNCIAS: DDD (79)**

Clínica Santa Helena 3216-1400
 Hospital do Coração 2106- 5500
 Hospital Gabriel Soares Hapvida
 4002-3633
 Hospital Primavera 2105-2500
 Hospital do Rim de Sergipe 3211-9007
 Hospital São José 2105 - 1000
 Hospital São Lucas 2107-1000
 Hospital e Maternidade Sempre Viva
 3022 - 9600
 Hospital Renascença 2107-6400
 Hospital Unimed Sergipe 2106-4848/ 4813
 Ortho Day Hospital 3218-6800
 Pronto Clínica Ortopédica 3205-6550

POSTOS DE SAÚDE: DDD (79)

Posto de Saúde Augusto Franco 3179-3021
 Posto de Saúde Dona Sinhazinha
 3179-1540

Posto de Saúde Maria do Céu 3179 -1374

TELEFONES ÚTEIS: DDD (79)

Aeroporto – Infraero 3212-8500
 Correios – Aracaju 3003-0100
 Correios – outras cidades 0800-7257282
 DEPM - Delegacia de Proteção à Mulher
 3213-1238
 DEPROCIMA - Delegacia de Proteção ao
 Consumidor e Meio Ambiente
 3213-1064
 DESO 0800-790195
 Detran 3226-2068
 DETUR - Delegacia de Turismo
 3255-2155
 Disque-Denúncia 0800-790147
 Disque-Lixo 0800-790195
 DPCA - Delegacia de Proteção à Criança e
 ao Adolescente 3259-1144
 Energipe 0800-790196
 Estação Rodoviária 3259-2848
 HEMOSE 3259-3174

IML 3216-5429

NAT - Núcleo de Apoio ao Trabalhador
0800-790072

Polinter - Polícia Interestadual 3211-1124

Polícia Federal 3234- 8500

Polícia Rodoviária Federal 2107- 3901

SESC 3216-2700

SEST/SENAT 2107-4910

SESI 3215-5325

HOSPEDAGEM

Consultar a EMSETUR (79) 3179- 1937

Consultar a SETUR (79) 3198-2500

CLUBES EM ARACAJU: DDD (79)

Associação Atlética Banco do Brasil

AABB 98871-0958

Associação Atlética Banco do Estado de
Sergipe BANESE 3255- 2027

Clube do Pessoal da Caixa APCEF
3243 - 3279

Clube Melhor idade 3221-5381

Iate Clube de Aracaju 3211-9623

Rotary Clube Aracaju 3214-0560

Folder elaborado por:

Janini de Oliveira Félix.

Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente -
PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe - UFS